

Edson Batista da Silva

OS PARIDOS DA TERRA





Edson Batista da Silva

Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (2005), especialização em Educação Ambiental, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2009), (2014), (2018). Atualmente é professor Regime de Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual de Goiás (RTIDP), docente do curso de Geografia do Campus Nordeste – sede Formosa, do Mestrado Acadêmico de Geografia. Também é membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (NEPAT), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço Rural (GEPER) e do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) e do Laboratório de Geografia Humana e Ensino de Geografia (LEPEGE). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária e Ensino de Geografia.

**OS
PARIDOS
DA TERRA**



**EDITORA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS**

Presidente

Antonio Cruvinel Borges Neto (Reitor)

Vice-Presidente

Claudio Roberto Stacheira
(Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

Coordenadora Geral

Elisabete Tomomi Kowata

Assessor

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Analista de Gestão Governamental – Biblioteconomia

Andressa de Oliveira Sussai

Preparação de Originais

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Revisão Técnica

Patrick Di Almeida Vieira Zechin

Foto da Capa

Edson Batista da Silva

Revisão Ortográfica e Gramatical

Ricardo Gomes de Aquino

Capa, Projeto Gráfico e Editoração

Adriana da Costa Almeida (AD Arte Design)

Conselho Editorial

Adolfo José de Souza Andre (UEG-IAEL)
Daniel Blamires (UEG-IACSB)
Juliano Rodrigues da Silva (UEG-IACT)
Maise Borges Costa (UEG-IACT)
Raphaella Christina Costa Gomes (UEG-IACAS)
Renata Carvalho dos Santos (UEG-IACSB)
Roseli Vieira Pires (UEG-IACSA)
Sebastião Avelino Neto (UEG-IACAS)
Sônia Bessa da Costa Nicácio Silva (UEG-IAEL)
Thiago Henrique Costa Silva (UEG-IACSA)

Edson Batista da Silva

OS PARIDOS DA TERRA



ANÁPOLIS-GO, 2025

© 2025 – Editora UEG

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Catálogo na Fonte
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, GO, Brasil)

S586p Silva, Edson Batista
Os Partidos da Terra [livro eletrônico] / Edson Batista da Silva – 1.
ed. Anápolis, GO: Editora UEG, 2025.
228 p. ; 15,5 x 23 cm.

ISBN: 978-65-83606-20-4 (E-book)
ISBN: 978-65-83606-21-1 (Impresso)

1. Agroecologia. 2. Campesinato brasileiro. 2. Reforma agrária. 3.
Estrutura fundiária (Goiás). 4. Agricultura familiar. I. Título.

CDU 911.2(817.3)

Elaborado por: Andressa de Oliveira Sussai, CRB-1 / 3032

Esta obra, em formato impresso, foi produzida com recursos do auxílio Pró-Programas da Universidade Estadual de Goiás, processo nº 202500020020145. A obra em formato e-book foi produzida com recursos do auxílio, processo nº 2418/2022/88881.691199/2022-01, do PDPG-POSDOC. A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de inteira responsabilidade do autor.



EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
BR-153 – Quadra Área – CEP: 75.132-903
Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis – GO
www.editora.ueg.br / e-mail: editora@ueg.br

Ao *Francisco*,
que chegou no outono de 2022,

À *Vanessa*,
porto seguro no viver perigoso,

Aos *camponeses*,
produtores de alimentos no Cerrado.

AGRADECIMENTOS

A produção do conhecimento envolve diálogos, aprendizagens coletivas, agradeço aos membros do Grupo de Estudo e Pesquisa do Espaço Rural (Geper), ao Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo-Gwatá, ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (Nepat) pelos momentos de discussão, reflexão coletiva. Igualmente, ao Grupo de Estudo Espaço, Sujeito e Existência-Dona Alzira. Os textos, a compreensão proposta do campo também foram possíveis graças ao acolhimento e participação no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás. Gratidão aos coordenadores Murilo Mendonça Souza e Ricardo Assis Gonçalves, ao corpo docente e discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), da Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina, pelos momentos de reflexão, partilha e debates. Ao amigo e professor Murilo, agradecimento especial pelo prefácio realizado a este livro, pelas partilhas e parcerias.

Reconheço e agracio também a generosidade e amizade do professor Ricardo Assis Gonçalves pela oportunidade de publicação deste livro. Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), através do PDPG-POS-DOC – Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação(P-DPG), pelo apoio em formato e-book, processo nº 2418/2022/88881.691199/2022-01. Agradeço à Universidade Estadual de Goiás pelos recursos do Pró-Programas da Universidade Estadual de Goiás, processo nº 202500020020145, que possibilitaram a produção da versão impressa dessa obra.

De igual modo, reconheço a importância da Universidade Estadual de Goiás, a promoção de bolsas de Iniciação Científica, de Mestrado, o financiamento disponibilizado aos programas de pós-graduação via Pró-Programas, as condições mínimas de trabalho garantidas aos professores da pós-graduação, esforços importantes para a produção, divulgação e publicização do conhecimento produzido nesta instituição de ensino superior. Estimo também a contribuição dos bolsistas de iniciação científica que orientei no interregno de 2019 a 2023, valorizo a participação dos bolsistas Felypy, Marcos Vinicius, Karolayne, Nathalya, Leticia e Thyago nos projetos de pesquisa desenvolvidos no período.

Reconheço a importância dos diálogos, das problematizações feitas pelos amigos Fábio Tristão, Wilson Lopes, Renato Dias, Juliano Tiago, Lucas Pires, Valtuir Moreira, Manoel Caleta, José Gilberto (Giba), Eguimar Felício aos fenômenos abordados no livro. Estimo a compreensão, o carinho e afeto da minha amada, Vanessa Costa e do nosso filho Francisco. Reconheço e agradeço a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Escola Família Agrícola de Goiás (Efago), aos camponeses(as) do acampamento Dom Tomás Balduino pela

disponibilidade, receptividade e contribuição a realização das pesquisas desenvolvidas de 2019 a 2023. O livro é uma retribuição singela àqueles que cotidianamente dispendem esforços para oferecer alimentos à sociedade brasileira e goiana.

SUMÁRIO

Prefácio	13
Introdução	17
1 Carta de reminiscências	27
2 Camponês, um sujeito fora da moda?	37
3 Território: uso heurístico, uso instrumental	47
4 A Estrutura Fundiária de Goiás: mediações e conteúdo subjacente à propriedade privada da terra.	75
5 Políticas públicas de desenvolvimento territorial em Goiás.	103
6 Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino: promessas não cumpridas, camponeses(as) à contrapelo	127
7 Onde fica a educação do campo no Ensino Médio ao Alcance de Todos?	161
8 Da educação do campo à educação geográfica: concepções e experiências de ensinar e aprender na escola família agrícola de Goiás (2019)	167
9 Crônicas do campo Brasileiro e Goiano	201
Conclusão	213
Referências	217

PREFÁCIO

*“A educação é um ato de amor,
por isso, um ato de coragem.”*

(Paulo Freire)

O processo de produção do conhecimento científico não está apartado da produção da vida. Ao contrário, é na esteira da realidade concreta, molhada de suor, colorida com a cor da terra, que a investigação científica acontece em sua perspectiva mais transformadora. Esse foi o caminho trilhado na construção do livro que aqui se apresenta. Não confunde, porém não separa o pesquisador dos sujeitos da pesquisa. Estabelece, assim, uma trama metodológica que alcança a mais profunda reflexão teórico-conceitual, sem deixar de revelar a radicalidade das lutas e estratégias de resistência levadas a cabo na concretude dos territórios, inserindo o “sujeito da pesquisa no meio do povo”.

O campesinato, que na última metade de século tem sido representado enquanto *peça de museu*, fadado ao desaparecimento, revela-se aqui um *gato de sete vidas*, “um ser dinâmico, histórico, processual, que comporta superações e permanências, continuidades e descontinuidades”. Essa leitura contribui com a compreensão da dialética adaptativa do campesinato, possibilitando uma interpretação que mostra a atualidade de autores como

Alexander Chayanov e situa tais sujeitos na luta cotidiana de resistência às violências e agressões originadas em um modelo de desenvolvimento centrado no capital.

O que é o território? A preocupação com respostas superficiais a esta questão é elemento tratado com muito cuidado neste texto. O autor não divorcia o território de suas relações de poder ou da classe social, estabelecendo uma reflexão, em diferentes abordagens, buscando raízes conceituais a partir de uma crítica à coisificação do território, que, nas palavras do autor “ocultou a classe e as disputas espaciais de classe”. A reflexão sobre a categoria território é, ainda, debatida em sua vertente instrumental, com o alerta sobre o viés ideológico de tal perspectiva, o tornando sinônimo de espaço físico e intensificando sua coisificação.

Os acampamentos sem-terra tornaram-se símbolos da luta pelo território nas últimas décadas no Brasil ou, como assinala o autor, “uma resistência cotidiana grafada no espaço”. Essa temática é apresentada no livro a partir da experiência do acampamento produtivo Dom Tomás Balduino, analisado com base em narrativas dos sujeitos acampados e em referências teóricas que sustentam este espaço enquanto um “território dissidente”, que é refuncionalizado, tornando-se um espaço social produtivo. Agroecologia e produção de alimentos saudáveis se apresentam, nesse contexto, como base estruturante da produção camponesa.

Por uma educação libertadora! Esta poderia ser uma exclamação representativa deste livro, pois é uma ideia que permeia organicamente a sua elaboração. Mas tal debate também é revelado de forma específica no diálogo sobre educação do campo, pautando-se em um projeto estruturante de sociedade, construído por camponeses e camponesas em movimento. Ideia essa não tratada de forma isolada, mas imbricada na *práxis* que aproxima categorias teóricas e da prática como: campesinato, território, luta pela terra, agroecologia, educação. Aqui a educação do campo

ainda é posta a dialogar com a geografia escolar, sobre a qual o autor ressalta, deve “realizar-se para uso prático e estratégico”.

Um conjunto de crônicas, ao encerrar o livro, nos instiga novos diálogos e reflete caminhos percorridos pelo autor, que por esses caminhos, reflete sobre o conceito de violência, elabora crítica sutil à mineração e ressalta a fartura da roça de milho. E a culminância é na *Feira*, local simbólico para o campesinato, resultado de sua labuta. A feira é pedagógica, é alegre, é uma permanente *Festa da Colheita*. Aí está o território, está o camponês e a camponesa, está o acampamento em movimento, está a educação do campo, está a agroecologia, está a comida de verdade, está a produção da vida.

Os Partidos da Terra é um chamado à ciência comprometida com a sociedade e a natureza. Revela o compromisso do autor com a construção coletiva do conhecimento e um respeito profundo aos sujeitos da pesquisa. Este livro somente poderia ser o resultado da lida apaixonada de um educador, que entende cada segundo vivido como um momento de aprendizagem e construção coletiva do conhecimento, que age com amor, que age com coragem. Ler as páginas que seguem é partilhar um pouquinho do amor e da coragem do autor, mas também é se aproximar tranquilamente do povo que luta, cotidianamente, pela sua existência. Boa leitura!

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cidade de Goiás – Goiás

Abril de 2024

INTRODUÇÃO

“A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”

(Graciliano Ramos)

O livro: *“Os Paridos da Terra”* se origina dos projetos de pesquisa: *“O Campo Goiano: o avanço do capital e os desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa”* e *“Os paridos da terra estranhos em sua própria casa: cercamentos camponeses em Goiás, 2021 a 2023.”* Estas pesquisas foram desenvolvidas entre 2019 e 2023, no Programa de Pós-graduação em Geografia, situado no Campus Cora Coralina e no curso de Geografia, localizado no Campus Nordeste – Sede Formosa, somado à realização do projeto de extensão: *“Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática.”*

Além da participação no projeto *“Abordagem Territorial como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Renda e Gênero nos Territórios Médio Araguaia, Vale do Araguaia e Norte (GO)”*, que acompanhei de fevereiro de 2016 a abril de 2017 na condição de coordenador do Território Rural Norte goiano. Parafrazeando Graciliano Ramos, o desafio da palavra é dizer, o texto claro, simples, enxuto é o desafio do escritor. O dizer também situa o sujeito que escreve, reflete um momento de sua elaboração intelectual.

O que se diz nesse instante pode ser desdito em outro, as superações compõem a feitura de um pesquisador. Mas como enuncia Guimarães Rosa: “*viver é perigoso*”, um livro incorre no perigo do erro, da interpretação imatura. Mas é preciso dizer, pelo compromisso com a ciência geográfica, com os sujeitos de carne e osso que parem a terra e são paridos por ela. Neste livro, se fala dos camponeses, designação que define um lugar social no espaço geográfico. Como sujeito social determinado, o camponês vive o cerco do direito à terra, à política agrícola, à educação. Por isso, “*sobrevive e não vive*”, pois tem a renda da terra apropriada pelos intermediários, pelas corporações multinacionais do capital financeiro/industrial.

O cerco no Brasil não pode ser compreendido ao modo dos *enclouseres*, aqui a cerca, cerca, expulsa, expropria desde o período colonial. O camponês proprietário é uma fração diminuta do campesinato brasileiro comparado às demais frações. Adiciona-se o fato de que a apropriação da renda da terra expressa a “*caixa de pandora*”, o cerco histórico multifacetado do campesinato brasileiro realizado pelo capital. Mas os camponeses reagem com a proposição de outra política agrícola, agrária, de outro projeto de campo, de educação. Isso posto, esses pressupostos nos conduziram às seguintes questões de pesquisa entre os anos 2019 e 2023. Qual a contribuição das categorias território e campesinato à reprodução ideal do movimento da realidade, sobretudo na compreensão das disputas espaciais para o desenvolvimento do campo e da agricultura familiar camponesa? Quais prejuízos analíticos, pragmáticos decorrem da adesão acrítica a conceitos instrumentais, como território e agricultor familiar, efetuados pela literatura sobre desenvolvimento territorial rural?

A execução das políticas de desenvolvimento territorial rural solucionou as desigualdades no campo goiano? O “novo”

rural é uma idealização ou uma concretude histórica no estado de Goiás? O desenvolvimento territorial rural, negligente com o debate da concentração fundiária, marginaliza a discussão dos camponeses deserdados da terra? Entretanto, o que se descortina em Goiás quando se percorrem as mediações, o conteúdo subjacente a conformação da propriedade privada capitalista da terra? Existe mediação institucional na formação do latifúndio? Como essas situações se apresentam na estrutura fundiária de Goiás? Elementos concretos reforçam que velhas questões da questão agrária não foram solucionadas?

Nesse sentido, há um caráter dissidente dos acampamentos, inclusive os denominados acampamentos produtivos? Igualmente, as dissidências também se revelam na educação, como fortalecê-las com a educação geográfica? Essas indagações se desdobraram na análise das concepções heurísticas, instrumentais de território e agricultor familiar. Na avaliação das políticas públicas de desenvolvimento territorial rural em Goiás, especificamente dos Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais-Proinf e o Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária (Terra Forte). Além da apresentação da estrutura fundiária contemporânea de Goiás e as mediações históricas subjacentes à sua constituição.

Também nos ocupamos da compreensão do caráter dissidente dos acampamentos, especificamente do acampamento produtivo Dom Tomás Balduino e de propostas de educação do campo, especificamente de Escolas Famílias Agrícola-EFAs, como discussão da Escola Família Agrícola do município de Goiás (Efago). Os objetivos enumerados solicitaram o uso de pesquisa bibliográfica, do diagnóstico rural participativo-DRP, especificamente da técnica da caminhada transversal, da pesquisa participante e da pesquisa de campo, com observação sistemática da paisagem e registro fotográfico. Adicionado à

aplicação de questionário e entrevista focal, mediante formulário prévio elaborado. Também houve uso da pesquisa documental e na internet.

Dessa forma, procedeu-se à localização, ao levantamento, à leitura e ao fichamento de referências que discorrem sobre educação do campo, educação geográfica, formação de professores, poder, território, camponês, desenvolvimento territorial rural, acampamento, educação do campo, educação geográfica. De igual modo, se procedeu à pesquisa documental, com tabulação dos dados do Caderno Conflitos no Campo no Brasil (2020). Bem como o exame do documento: “*Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*” (MDA/SDT, 2005).

Ainda se realizou a busca de dados e informações disponíveis para *download* no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, no Sistema de Gestão Estratégica-SGE, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que publicou dados do Proinf, disponibilizados pela Coordenadoria de Monitoramento Autorial – CGMA, da Caixa Econômica Federal. Também foram analisados os Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PT)DRS e os perfis territoriais dos Territórios Rurais e da Cidadania de Goiás, fornecidos pela SDT.

Soma-se a isso o uso dos dados e informações qualitativas do relatório de atividades realizadas de 2015 a 2017, pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial Norte goiano. A pesquisa documental também envolveu consulta de documento de comodato, somado à resolução e à portaria emitida pelo Estado para aquisição de áreas para reforma agrária no Leste goiano. Além de *download* dos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR, da Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento-DT, vinculados ao Incra. Na tabulação dos dados dos imóveis rurais, se escolheu dispô-los em

minifúndios, pequenas e grandes propriedades, com valores da área e do número de unidades na escala municipal, mediante o parâmetro do módulo fiscal.

No capítulo sobre a estrutura fundiária em Goiás, não foram apresentados valores das médias propriedades. Os números de assentamentos foram dispostos em quantidade de projetos e de famílias assentadas na escala municipal. Já na pesquisa de campo no acampamento produtivo Dom Tomás Balduino, a entrevista focal foi desenvolvida com aproximadamente doze camponeses(as) acampados adultos, em novembro de 2020. Na menção aos entrevistados(as) se adotou nomes fictícios, tendo em vista a preservação de suas integridades. Já, os depoimentos foram apresentados, devido à autorização dos interlocutores. A caminhada transversal no acampamento pesquisado aconteceu com acompanhamento do setor de produção.

O coordenador local apresentou as áreas de cultivo, as culturas cultivadas, os tipos de sementes, de adubação, de controle das espécies “praga” utilizadas. Também informou sobre as formas de armazenamento das sementes, a condição socioeconômica das famílias acampadas, os desafios para realização dos cultivos e criações animais. No deslocamento, ele mediou o diálogo entre o pesquisador e as famílias acampadas. Na caminhada transversal, se procedeu a observação sistemática da paisagem. O pesquisador se atentou para o manejo do solo, para a agrobiodiversidade, para a ciclagem de nutrientes, as sinergias, combinações de culturas agrícolas e criações de animais, a indústria artesanal camponesa, o conhecimento empírico, em suma, a produção agroecológica. Tais aspectos foram objeto de registro fotográfico.

Isso posto, a pesquisa de campo envolveu os pressupostos defendidos por Brandão (2007). Conforme o autor, a pesquisa de campo é uma vivência subjetiva, com contaminação com os sujeitos e seu espaço de reprodução social. Outro instrumento defendido pelo

autor é a observação sistemática da paisagem. Trata-se de observação organizada, implica atenção do pesquisador com as relações, com a paisagem, com os acontecimentos do cotidiano banal. Essa técnica é importante pelo cuidado com o que os sujeitos fazem, com a lógica subjacente, por exemplo, que acompanha a produção para encontrar a essência do fenômeno pesquisado. Outra técnica da pesquisa de campo se relaciona à entrevista focal. Segundo Matos e Pessoa (2009), essa técnica de pesquisa estimula a participação dos entrevistados a versarem sobre temas específicos.

Sua opção no acampamento Dom Tomás Balduino se deu pela proximidade espacial das habitações dos acampados(as), maior abertura a diálogos coletivos, contraposição de ideias e depoimentos durante suas falas. Ainda na pesquisa de campo, tendo como premissa o processo de construção coletivo/popular do conhecimento, foi utilizado o Diagnóstico Rural Participativo-DRP, especificamente o pressuposto da intensa relação teoria/prática e a valorização do conhecimento dos discentes e dos acampados, atrelado à técnica da caminhada transversal. Conforme Souza (2016), essa técnica se caracteriza pelo deslocamento por propriedades camponesas, acompanhado de membros da comunidade que portam conhecimentos ambiental e produtivo do lugar.

Ao longo do percurso, são desenvolvidas atividades nos diferentes ambientes, com debate de problemas ambientais, produtivos, etc. Também tendo como pressuposto a realidade concreta, que se configura na relação dialética objetividade/subjectividade, se lançou mão de elementos da pesquisa participante. Segundo Freire (1981), nela é fundamental a delimitação da área, o levantamento e a leitura de estudos, além de visitas exploratórias, com realização de anotações do que desperta atenção e o estabelecimento do contato inicial com os participantes.

Após as visitas exploratórias, promove-se o contato com lideranças locais, instante em que é estabelecido diálogo franco e

proposto o trabalho conjunto, com esclarecimentos sobre os elementos da pesquisa, tais como: o método adotado, o papel do participante crítico, o direito dos participantes se manifestarem sobre seus problemas, etc. Posto isso, realizam-se, em seguida, reuniões amplas, em que os líderes populares expõem os objetivos e o método de trabalho. Na ocasião, pesquisadores e participantes possuem poder de “voz” simétrico. Freire (1981) propõe o registro das discussões, devido às necessidades de consulta.

Nas reuniões, os grupos elegem um coordenador, responsável pela síntese das argumentações, o que permite em seguida a elaboração de um documento final. Segundo o autor, também compõe a pesquisa participante o estudo crítico do discurso popular e a elaboração de um projeto hipotético de aplicação. Borda (1981) entende que a pesquisa participante deseja o desenvolvimento autônomo dos grupos subalternos. Nela se reconhece a importância do conhecimento empírico popular para o desenvolvimento da humanidade. Sua aplicação se materializa segundo os seguintes princípios: autenticidade e compromisso, antidogmatismo, restituição sistemática, *feedback* para os intelectuais orgânicos, ritmo/equilíbrio da ação-reflexão, ciência modesta e técnicas dialogais.

O autor adverte, nas lutas populares há lugar para os intelectuais e técnicos. Eles não precisam se transmutar em camponeses, operários. Também é importante tomar como base a cultura local, com negação do colonialismo intelectual. Deve-se conceber a cultura dos subalternos como realista e dinâmica, com isso é relevante a restituição histórica para constituição de novos níveis de consciência política. Para tanto, é importante o desenvolvimento político e educacional do grupo, com uso de linguagem acessível a todos, além de definição coletiva do que deve ser pesquisado e popularização de técnicas simples de pesquisa. Igualmente os sujeitos podem contribuir com conceitos, opiniões e críticas na realização da pesquisa e na tessitura dos resultados.

O pesquisador deve observar o conhecimento empírico/prático e articulá-lo com o conhecimento geral, também precisa entender que a ciência pode ser realizada com recursos locais, deve abandonar a arrogância do erudito, romper com relações sociais heterônomas e compreender os sujeitos como indivíduos pensantes e ativos. Esses entendimentos da pesquisa participante foram fundamentais para o projeto de extensão: *“Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática.”* Na sua execução, a pesquisa de campo na Efago lançou mão da observação sistemática da paisagem, aplicação de questionários de percepção com os estudantes do ensino médio, coleta de depoimento com a direção da unidade escolar. Mas isso foi antecedido por inúmeros espaços de diálogos temáticos.

Os acadêmicos do curso de Geografia, os professores da rede básica estadual debateram artigos concernentes à Efago, à educação do campo, à educação geográfica e à pesquisa participante. Associado a esse momento, foram estabelecidos diálogos francos com a direção da instituição escolar, em que se definiu pela realização de rodas de conversa, aulas dialogadas, oficinas temáticas, cine debate e caminhadas transversais com a comunidade escolar. O encerramento dos espaços de diálogos ocorreu com o seminário intitulado: *“Pesquisa Participante e Educação do Campo”*, realizado no dia 25 de setembro de 2019.

As atividades na Efago foram finalizadas com a atividade de extensão: *“A universidade na escola – a escola na universidade: o Campus Cora Coralina na Efago”*, desenvolvida entre 18 e 21 de outubro de 2019. Os depoimentos colhidos de discentes da Efago, da UEG-Campus Cora Coralina, da direção escolar, também faz uso de nome fictícios, tendo em vista o anonimato e o sigilo dos participantes, para preservar a autonomia, a dignidade deles. Os dados e informações coletados pelas diferentes modalidades de pesquisa foram tabulados, transcritos e apresentados em

depoimentos, fotografias, quadros, tabelas, figuras, assim como no corpo do texto.

O livro se organiza em nove capítulos; no primeiro o autor realiza um relato de reminiscências, “*cavuca*” na memória o que é o seu entendimento da feitura do método e da teoria. O segundo capítulo debate os conflitos teóricos postos no debate sobre cam-pesinato. Objeto de querelas constantes, de imbróglis nos estu-dos agrários que se relacionam a aspectos científicos, políticos, instrumentais. O terceiro capítulo se ocupa do debate de território na Geografia, percorre as concepções coisificadas, desconexas e controversas, do mesmo modo que conceitos relacionais, como expressão espacial do campo de forças entre classes. Nesse capít-ulo também se discute o uso instrumental do território e a sua concepção coisificada. O desenvolvimento territorial rural fez uso instrumental do conceito; seu intuito foi atuar desde espaços e sujeitos ideais.

O quarto capítulo debate a estrutura fundiária de Goiás. Nele, se expõe que os números são relevantes e comprovam a natureza da estrutura fundiária, mas não explicam o fenômeno na sua condi-ção de processo social. É preciso escrutinar a historiografia da propriedade privada, compreender as mediações, o conteúdo sub-jacente a sua constituição. O quinto capítulo versa sobre a política de desenvolvimento territorial em Goiás, expressão do projeto po-lítico do Partido dos Trabalhadores (PT) para o campo. Nesse pro-jeto, houve a adoção da política da conciliação e do silêncio, o que promoveu a reprodução do monopólio fundiário.

Já o sexto capítulo revela que a não resolução da questão agrá-ria mantém a constituição de territórios dissidentes no campo. Os camponeses(as) atualmente resistem à violência subjetiva, simbó-lica, institucional da oligarquia agrária e do Estado brasileiro. O sétimo capítulo analisa a denominada lei do “Ensino Médio ao Al-cance de Todos” que propõe o ensino com uso de recursos

tecnológicos para atender escolas situadas em distritos, regiões de difícil acesso e aquelas que possui déficit de professores em áreas específicas. O oitavo capítulo é um convite ao debate do imbricamento da educação do campo com a educação geográfica.

O processo de inter-relação contribuiu para formação de professores críticos e reflexivos, com observação de princípios, de saberes docentes, do conhecimento pedagógico geográfico, tendo em vista a execução de práticas de ensino de Geografia imbricadas à educação do campo, que corroboram para o desenvolvimento do campo. Por fim, o capítulo nove é composto por um conjunto de crônicas que retratam as experiências, apreensões, vivências, as necessidades do dizer do pesquisador sobre o campo e a cidade em Goiás. Mas antes disso vamos ao que ele nos diz sobre o ato da pesquisa de campo.

CARTA DE REMINISCÊNCIAS¹

Neste texto, para falar de teoria e método na Geografia decidi não retirar da estante livros empoeirados de método, de teoria de intelectuais da Geografia. Também não vasculhei as velhas apostilas que guardo rabiscadas com anotações ao lado da página sobre minhas apreensões do diálogo silencioso com os autores. Não, dessa vez decidi produzir um relato de reminiscências, vou “cavucar” na memória o que é o meu entendimento da feitura do método e da teoria. Espero não o decepcionar nessa empreitada. Vamos a prosa...

Dia cinco de novembro de 2021, sete da manhã, acordo e abro a porta da cozinha, vou até a varanda da área, dou uma reparada no tempo. O sol vem brotando lá das bandas da Bahia, radiante, o dia promete muito sol. Há um frescor, um clima ameno e gostoso, próprio das áreas elevadas do planalto central. Sento na mesa, tomando meu café começo a matutar na tarefa do dia,

1 Texto originalmente publicado no período *Caderno Territorial*, v. 11, n. 13. jan./dez. 2021.

é dia de campo. Reviso nas ideias que no dia anterior elaborei um conjunto de perguntas que responde as minhas intenções da prosa com os acampados do acampamento Dom Tomás Balduino.

Realizei isso no meu caderno azul, aonde anotei as questões que iriam direcionar a conversa, assim como minhas impressões do campo. Pensei nas perguntas elaboradas, me perguntei se alguma era destemperada, pergunta sem jeito, que não se faz a ninguém, daquelas indagações evasivas, chequei se faltava alguma, tentei prever tudo. No final sosseguei, prosa é coisa que não se controla assim tão fácil, o melhor que eu posso fazer é falar pouco, alimpar bem os ouvidos para fazer uma boa escuta. Na hora fiquei pensando que um bom perguntador é no fundo um bom escutador, daquele que toma um gole de cachaça, come um pão de queijo, sorri, olha atento para o sujeito que fala.

Fiquei pensando que o ato de ouvir é um dos mais difíceis, envolve atenção, respeito, capacidade para aprender coletivamente, abertura para respostas surpreendentes. Também ruminei que quem não experimenta, não comunga, não se lambuza com os sujeitos perguntados não entendi seu mundo, suas respostas, sua vida, suas lutas. Mais do que boas perguntas, é preciso criar uma comunicabilidade com o sujeito perguntado. Essa empreitada não é das mais fáceis, você corre o risco de ser evasivo, apelativo, caricato.

Já vi gente que pesquisa determinadas comunidades de destino criando para si personagens próprios, vestem-se como camponeses, indígenas, numa transmutação ridicularizada do seu ser. Ficam preocupados em retomar uma identidade, de fazer uma reafirmação desonesta, porque não vivem no cotidiano as dores e o gemido de SER camponês, indígena, ribeirinho, quilombola. Outros, por não se misturar com os sujeitos, não tecerem ao menos contatos prévios, os entendem como incapazes de compreender determinada linguagem, de saber pouco ou não saber nada sobre determinado tema, fazem questionamentos frágeis. Alguns

exageram na linguagem caricata, do tipo que “força a barra”, usam expressões como aquelas que a gente encontra em propaganda de quadrilha.

Pesquisa de campo é coisa séria, não basta um formulário prévio, uma boa caneta, um bom gravador. Do outro lado tem um sujeito e isso não é pouca coisa, basta dar uma olhada em *Lukács* que a gente vai entender com que está se metendo. Por isso todo campo é um aprendizado, uma possibilidade de refinamento para não cometer equívocos primários. O pensamento retorna para a xícara de café vazia, como diz meu pai com jeitão de mineiro dele: “é gente, a prosa tá boa, mais deixa eu agir.”

Abro a bolsa, confiro o que vou precisar na visita. Coloco lá meu caderno azul, uma caneta da mesma cor, levo outra para o caso dessa falhar. Sujeito deve ser precavido, como diz um tio meu: “cabra que vai capinar sem botina, sem enxada bem ajeitada, eu já perco a confiança na qualidade do serviço.” Pego máquina, coloco a bateria que por prudência no dia anterior carreguei. O gravador, com as modernidades do mundo atual o celular resolve, há programas de qualidade que produzem boas gravações. Tudo nos conformes, passo e repasso na ideia os materiais que vou utilizar na visita, tudo certo.

Mas falta uma coisa, lembro da prosa com o estudante de graduação. Menino curioso, iniciante nessa labuta, na prosa alongada ele se mostrou interessado, comprometido, resolveu acompanhar a atividade. Fiquei reticente, a pandemia, os riscos do campo, o alertei sobre o cuidado e os riscos envolvidos. Tudo isso não o demoveu de acompanhar a atividade, resolvi iniciá-lo na questão. Pego a bolsa, coloco no carro, entro, sento e com as mãos no volante dou um suspiro. A tarefa não é nova, já foi feita outras vezes, mas nessa oportunidade a notícia que vem do acampamento não é boa. A comunidade sofre ameaças, pode ser que no caminho eu possa ser impedido de chegar ao destino.

Neste país bárbaro e violento ninguém está isento, pesquisar é perigoso, como diz o ditado popular: “*a verdade as vezes dói.*” Mas o compromisso exige coragem, saio de casa, passo na casa do estudante, rumamos para o Norte de Formosa. No caminho o menino cheio de sonhos me conta sua vida, seus desejos no curso, seus sonhos. Rapaz sensível aos homens e mulheres que vamos conversar, parece que a materialidade da vida na periferia de Formosa o fez perceber que o gemido deles tem um pouco do gemido da sua comunidade. Estrada vicinal, relevo movimentado, zigzague e treme treme constante, curva para não acabar mais, a vista alcança belos mares de morros, cobertos por fitofisionomias do Cerrado e pastagens plantadas.

Como migrante, sujeito novo no lugar, os sentidos identificam contrastes na paisagem, em direção a Brasília predomina as monoculturas de grãos, já por essas bandas o agronegócio pecuário fez morada. Lembro de artigos lidos de gente respeitada que diz que há uma produção completa do ambiente, não há determinações naturais para determinadas atividades, coloco em dúvida tal afirmação. A conversa com o pensamento termina e lembro que a informante disse que após a terceira ponte a gente encontraria uma placa caída, nela estaria escrito fazenda Canga-lha. Curva vai, curva vem e nada da placa de referência, até que enfim avistamos a entrada.

Tomo a direção à direita e a atenção a estrada se confunde com a concentração na paisagem. Geógrafo atento gosta de ficar botando sentido em tudo. Os sentidos estão aguçados, feito cavalo com as orelhas tesouradas. Começou o “*papo reto*”, a conversa banal substitui os olhos, o olfato, os ouvidos que percorrem, cheiram, escutam a paisagem. Pastagem degrada de braquiária esparsa coberta por uma formação de capoeira, cercas com arames arreben-tados dividem os pastos. Aqui e acolá se vê uma rês pastejando, cheiro de fezes bovina, local onde besouros e mosquitos fazem sua

feira, a estrada produz solavancos que gera grunhidos no carro, ao longe pássaros cantarolam na estação da primavera.

Num certo descampado, onde a vista alcança mais longe, se vê que a capoeira tomou conta do latifúndio. Trago para a conversa do pensamento o Ariovaldo Umbelino, “*isso aqui é para especulação e reserva de valor, não é mesmo Ariovaldo?*” Essas vaquinhas aí é instrumento antigo da oligarquia agrária para camuflar a improdutividade da terra. O meu pai diria, “*produção aqui só se for de chiboca.*” Parece que o olho, o olfato entregou coisa para o pensamento, de repente eu já estou teorizando. Matuto que cabra que se coloca nesse serviço de pesquisador e tem preguiça da palavra escrita é a mesma coisa que colocar médico para avaliar motor de carro. Liga, escuta o barulho, acelera, observa, bota a mão aqui e acolá, sente o cheiro da fumaça, mas não identifica o problema, não o explica.

Acordo do devaneio intelectual com uma indagação: “*professor, já não passou do lugar não.*” Consulto a memória, conforme indicação recebida a entrada do acampamento ainda não chegou. Vejo de longe o ponto indicado, entramos numa estrada esburacada. Continuamos deslocando vagarosamente por alguns minutos por um topo aplainado, descemos um declive, ao longe um conjunto de barracos se confundem com a terra arada ao fundo de uma serra. O carro vai lento, passamos uma lagoa e chegamos numa porteira. Desço do carro, verifico a fechadura, uma corrente envolve a porteira e o poste esticador unida por um cadeado, do lado se lê: “*resistência Dom Tomás Balduino.*” O olho que vê indaga: isso não é sinal de território? Se não fosse, para que esse controle de acesso? Lembro na hora que Marcos Aurélio Saquet, Marcelo José Lopes de Souza, Rogério Haesbaert, etc., falam disso. Mas quem discutiu território como controle de acesso foi Robert Sack.

Repreendo o pensamento, não é hora da dialética realidade concreta/elaboração teórica para teorização da realidade. A

questão é que imagens vão desnudando conteúdo de um fenômeno concreto. O desafio posterior será escrevinhar idealmente o movimento concreto da realidade. Olho no horizonte, o devaneio teórico passa, avisto ao longe um grupo reunido num salão aberto coberto de palha. Bato palmas, alguém grita: “*O professor chegou, vai lá abrir.*” Um jovem de uns vinte anos chegou, fico pensando no relato de uma agente de pastoral. Na oportunidade ele disse que pessoas rondavam o acampamento armadas.

Como diz meu pai: “*dá um frio no espinhaço do cabra.*” Estou na fronteira, no limite, como diz o Raffestin, eles não são inocentes. A classe se revela com clareza na cêrca, que cerca o direito à terra de trabalho. O jovem abre a porteira, esse ato diz muito sobre domínio, controle, sobre quem domina quem naquele lugar porteira adentro. O tal do território volta na minha cabeça. Convido o jovem para entrar no carro, vamos até o ponto da prosa. Aproximo, homens e mulheres estão sentados. Há mais mulheres, sinais de transformações nas relações de gênero no campo. Chapéus, bonés, botas, alí todo mundo tirou uma hora do seu dia de lida. Olho para o céu, o tempo dá sinais de que é tempo do semeador e da semeadora jogar a semente na terra. Apresento, conversamos um pouco sobre temas avulsos para desnudar a prosa árida que vem em seguida.

Roda de apresentação, homens e mulheres contam sobre sua vida na cidade, a infância e adolescência no campo, a dureza de estar sob jugo de patrão, os sonhos que os movem, a labuta de plantar, criar, cultivar a terra numa perspectiva alternativa. Também versam sobre ameaças, preconceito, negligência do Estado, dificuldades de comercialização, projeto de sociedade do seu movimento social. Olho para o estudante brevemente, o sujeito está entesourado, atento. Olhos, ouvidos conectados no gesticular dos braços, na intensidade da voz, nas expressões faciais. Hora ou outra a voz de um ou outro embarga, o tom aumenta, assume um

compasso, os olhos ficam mais “esbugalhados”, alguém aqui e acolá se contorce ao falar. Do mesmo modo, discordâncias entre o grupo surgem sobre um ou outro tema, além de concordância e reafirmação de algumas situações.

Uma hora e trinta minutos, a prosa se esgota, uns já estão se mexendo nas tábuas do banco de madeira, conversas paralelas começam a acontecer, outros dizem que tem de ir à cidade, ou cuidar da feitura do almoço. Outra atividade nos espera, é hora de percorrer o acampamento. Guardo o celular, verifico, a gravação foi realizada. Retiro da bolsa o caderno e a máquina fotográfica. O coordenador de produção percorre conosco a área arada, mostra com orgulho a horta comunitária. Nos relata o que, como e porque se planta aquelas culturas agrícolas e olerícolas. Também porque se cria apenas determinados animais.

Fala da vida dos acampados, do desespero de alguns com a possibilidade de despejo: *“professor, tem gente aqui que se for mandado embora vai ter de ir pra debaixo de uma ponte.”* Da última vez que falamos nisso teve gente que entrou em desespero, *imagina isso nessa pandemia!!!!* Estradas que conectam barracos de lona, terra arada com feijões e milhos crioulos apontando aqui e acolá, noutros pontos o milho e o feijão já estão começando a ganhar tamanho. Estão assim como o diz o camponês goiano: *“verdolen-gos, o milho começando a retorcer a folha, sinal de boa colheita.”* São sete alqueires, não há um palmo que não esteja plantado, ou preparado para jogar a semente na terra, exceto a área dos barracos, os quintais e um *“cangueiro de pedra.”*

Latido de cachorros, cantarolar de galinhas, grunhidos de porcos, sinal de casa por perto. Convidados, adentramos os barracos, homens e mulheres retraídos, tímidos com nossa presença. O coordenador adianta a prosa. O olhar para baixo das mulheres, a desconfiança dos homens, a pressa e a labuta de outros. Esses não são os coordenadores do acampamento, nem os dirigentes do

movimento social. Se mostram, ao que parecem, envergonhados pela casa, pela situação que vivem, desconfiados com o chegante, seria mais prometedora de promessas? Um certo ar de culpa permeia o ambiente. Estereotipados de vândalos, vagabundos, vemos na nossa frente homens e mulheres de pele queimada, mãos grossas da lida com a terra, olhares cansados e, ao mesmo tempo, esperançosos com a luta, com os sonhos que carregam.

Nessa hora a gente dá um suspiro, encontra um resto de saliva para molhar a garganta e engolir seco a miséria do mundo. A dor do mundo vem tudo dentro da gente, penso na responsabilidade que tenho ao tratar do tema, no risco de promessas infundadas. Tento um “*fio de prosa*”, a conversa se envereda para o que fazem, como fazem a produção. Corpos se movem em direção a sacas de farinha, de polvilho, garrafas de semente crioula, ao paiol de milho, ao galinheiro, ao chiqueiro, a produtos da indústria artesanal camponesa. Gesticular de braços, passos apressados, cabeça aprumada, olhar entrecruzado ao nosso, a timidez, a desconfiança, a fala segura substitui o comportamento reticente. O camponês e a camponesa que trabalham a terra e garante o sustento da família sentem orgulho do que fazem, ali há um fio de autoestima, de identidade.

Sorrisos, indicações das galinhas, dos porcos criados, das plantações realizadas. Um ou outro faz a gente esticar a hora até um cultivo de mandioca, de abóbora, enxadão na mão, cavucam a terra: “*professor, leva para o senhor experimentar.*” Abrem a folhagem, mostram com alegria a abóbora sadia já no ponto de colheita. Alí se reafirmam como sujeitos honrados, trabalhadores, honestos, que só querem uma “*terrinha*” para morar, viver e criar a família. A tríade terra-família-trabalho tão versada nas pesquisas sobre o campesinato brasileiro se revela. A altura do sol e o ronco da barriga nos faz apertar o passo, descemos um leve declive, ao fundo um camponês com uma enxada prepara a terra para plantar “*maniva.*”

“*Achegamos*”, encosto conversa, pergunto porque não plantou, ele diz que está esperando a lua. Interesse na prosa, começo a bulir no conhecimento que move a lógica de plantio daquele sujeito. Segundo ele, determinada lua não dá produção boa. O sol já não faz sombra, é hora da “*boia*”, cenoura, alface, rúcula da horta comunitária, arroz e feijão crioulo, banha de porco para temperar, carne de lata suína de mistura. Estômago forrado, realizamos mais um percurso, o sol já descamba na serra, é hora de partir, os registros escritos e fotográficos já foram realizados. Tomamos o rumo da cidade de Formosa, o estudante diz: “*éeee..., a vida desse povo não é fácil né professor*”, só balanço a cabeça num gesto de aprovação.

Chego em casa, o estômago está revirando, anda desacostumado de comida com banha de porco. No dia seguinte faço o *download* das fotos no computador, crio um arquivo específico, o mesmo faço em relação a gravação efetuada no celular. Organizo minha sala de estudos, conecto o fone de ouvido e começo transcrever as falas dos homens e mulheres acampadas. Falas, expressões, sinto novamente as dores do mundo, as feridas do preconceito, da precariedade, da negação de direitos, do racismo, das violências simbólica, objetiva que atravessam a vida brasileira. Fico atento as reações, as dissidências, aos projetos, a negação do mundo que está aí. Fico pensando que a teoria que produz parte da realidade concreta, desse mundo “*cabrón e fudido*” existente.

Tenho medo de idealismos, daquilo que vagueia de um conceito, de uma palavra para a outra como simples exercício da abstração, daqueles que concebem a verdade como “ponto de vista, descolada da materialidade mundo.” Sou um escrevinhador incomodado com a verdade, gosto das palavras que representam sujeitos de carne e osso, com suas mãos grossas, sua pele queimada, seu olhar cansado, atento e esperançoso, não sou muito dado a divagações e idealizações.

Por isso que fico de “*orelha em pé*” com os gemidos, as dores, os projetos, as dissidências dos camponeses e camponesas brasileiras. Minha construção como pesquisador, o meu ato de pesquisa de campo não pode ser algo vazio, distante. Eu me misturo, sinto as dores e as esperanças desse mundo em movimento, depois me distancio, consulto um ou outro documento, algumas bases de dados, enfim, outras fontes, adiciono ao resultado do campo e escrevo, ouço meus pares, avalio, corrijo as rotas e sigo minha escrevinhação. Essa é a Geografia que tenho feito, transcrita nos capítulos que compõe esse livro, como o que segue, que versa sobre o campesinato.

CAMPONÊS, UM SUJEITO FORA DA MODA?¹

O camponês é objeto de querelas constantes nos estudos agrários. Os imbróglis têm aspectos científicos, políticos, instrumentais. As controvérsias ocorrem pela capacidade explicativa, pelo conteúdo ideológico, pela essência de classe, pela funcionalidade as políticas de Estado. Nesse capítulo atentar-se-á para os conflitos teóricos postos no debate científico do campesinato. A primeira questão é se camponês é uma palavra, uma denominação ou uma categoria. Marx (2011) afirma que categorias são seres existentes.

Declara que negar ao ser uma existência real, efetiva significa aderir a especulação. Concebe que o concreto é oriundo de múltiplas determinações, produto da unidade do diverso. Nesse ínterim, o camponês como universalidade dos camponeses assentados, ribeirinhos, proprietários deve ser uma representação

1 Esse texto compõe parte do artigo intitulado: “Territorialização do agronegócio e subordinação do campesinato no Cerrado”, publicado originalmente na revista *Eliséé*, v. 10 n. 1 (2021).

do real, não uma criação inventiva do intelecto. O camponês como categoria não deve desconectar-se dos seres reais. O desafio é retornar da representação para especificar as diferenças reais dos campesinat(os), desenvolver a dialética da singularidade/particularidade com a universalidade.

O que se quer dizer é que se o conceito adquire vida autônoma, desconecta-se dos seres reais torna-se especulação. Por isso concepções museificadas, estáticas, caricatas, estritas, acabadas são meras especulações, invenções do intelecto, recaem na a-historicidade, na criação do espírito (Silva, 2018). Esse autor concebe o camponês como um ser dinâmico, histórico, processual, que comporta superações e permanências, continuidades e descontinuidades. Como conceito comporta insuficiências e possibilidades, mas descartá-lo contém sentido estratégico.

Visto que possui conteúdo político, expressa sentido de classe (Martins, 1981). Shanin (2005) vaticina que camponês não é uma palavra vazia, sua eliminação não o substitui por outro termo que cumpra requisitos científicos semelhantes. Por isso, a despeito dos riscos de usos ideológico e místico, essa categoria não esgotou sua capacidade explicativa. A prisão as denominações significam negação do rigor científico, não cabe aos assentados, ribeirinhos, proprietários definir-se como camponeses. Eles não têm compromisso com a construção do concreto pensado.

As adesões *a priori* representam fuga do debate teórico-metodológico, enquanto anuências a categorias instrumentais revelam apoio a proposições de ajuste estrutural neoliberal para o campo. A categoria instrumental de agricultor familiar contém determinismo econômico, objetificação dos sujeitos, prisão as formas e funcionalidade aos interesses do agronegócio (Silva, 2018). Por isso nesse texto segue-se falando de camponeses. Na literatura eles são um incômodo, foram desprezados, tomados de modo utópico, analisados de modo deficiente. “*El campesinado*

no encaja bien em ninguno de nuestros conceptos generales de sociedad contemporánea (Shanin, 1983, p. 275)².”

Conforme o autor, os camponeses portam generalidade: são pequenos agricultores, usam trabalho familiar, produzem para autoconsumo, comercializam o excedente, detém relação singular com a terra, laços de interação na comunidade e na exploração familiar, possuem padrões culturais tradicionais, conformistas. A propriedade é sua unidade básica de produção, consumo e vida social. Sua solidariedade manifesta-se nas relações de ajuda mútua, nas ações de cooperação simples. A consciência, a cultura específica, os interesses em comum, a posição de classe produz coesão e os impulsionam para a luta.

Nela utilizam os trunfos de produtores de alimentos e de dispersão das habitações. Mas os camponeses, quando fragmentados, com objetivos variados, localizados produz efeitos reduzidos. Shanin (1983) compreende que o campesinato tem atuado como classe. Eles têm enfrentado fazendeiros, capitalistas e o Estado, em que são conduzidos por grupos externos, ou agem de modo espontâneo pelos motins, pela passividade camponesa, pela guerra de guerrilhas. O autor concebe o campesinato como classe, enquanto modo de vida. Sua posição o vincula aos populistas russos, que polemizaram com os marxistas ortodoxos, defensores do fim do campesinato. Lênin argumenta:

[...] testemunhamos a desintegração do campesinato em dois tipos diametralmente opostos: de um lado, o proletariado rural (que abandona a sua terra e vende sua força de trabalho) e, doutro, a burguesia camponesa (que compra terras, arrenda grandes extensões, especialmente dos lotes comunitários, aperfeiçoa

2 Tradução livre: o campesinato não se encaixa bem em nenhum de nossos conceitos gerais de sociedade contemporânea.

os seus métodos de exploração, emprega operários e diaristas [...] e incorpora empresas comerciais e industriais a agricultura (1985, p. 69).

O autor compreendeu que o capitalismo mercantil promoveu a descamponização, a destruição do campesinato médio. A polarização foi benéfica ao desenvolvimento do mercado interno. A burguesia camponesa adquiriu meios de produção, bens de consumo. Essa tese foi refutada pelo mesmo Lênin, sua autocrítica não significou revisão da posição dos marxistas ortodoxos. Eles também respaldaram suas posições em Kautsky (1998), defensor da proletarização camponesa, do desenvolvimento superior da grande propriedade em relação a pequena exploração.

Ele propôs que o grande estabelecimento sofre menor perda em área cultivada, usa máquinas de modo eficiente, conta com administração científica, acessa facilmente o crédito e detém maior quantitativo de trabalho vivo e de trabalho morto. Embora reconheça a permanência dos pequenos estabelecimentos. Afirma que isso ocorre não pela capacidade competitiva, mas para o suprimento de mão de obra. A grande propriedade torna o camponês um proletário a domicílio, sua propriedade é utilizada para produção de autoconsumo, o que o aproxima dos interesses do proletariado.

Os marxistas ortodoxos também se apoiaram em Marx; Engels (2008, p. 25-26): “[...] *os camponeses – combatem a burguesia para garantir a própria existência como classes médias e impedir o próprio declínio. Portanto, não são revolucionárias, mas conservadoras.*” Mesmo que esse autor tenha revisado tal posição. Expresso, por exemplo, na carta a Vera Sassulitch de 1881. Nela Marx negou o evolucionismo unilinear, a ascensão ao socialismo precedido pelo capitalismo industrial. Reconheceu que a Rússia agrária poderia saltar para o socialismo:

[...] a comuna rural, [...], pode se livrar [...] de suas características primitivas e desenvolver-se diretamente como um elemento de produção coletiva em escala nacional. Todo mundo consideraria a comuna como um elemento de regeneração da sociedade russa ([Marx *apud* Shanin, 2017, p. 156-157].”

Os marxistas ortodoxos, em nome dos desejos revolucionários desconsideraram aportes teórico-metodológicos fundamentais: “*Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência* (Marx; Engels, 2007, p. 94).” Não obstante, cisões ocorreram no interior do marxismo. Os marxistas heterodoxos consideraram os camponeses funcionais ao capitalismo. Luxemburgo (1985) argumentou que o sistema capitalista, no seu processo ininterrupto de expansão incluiu os camponeses na economia mercantil, tornando-os consumidores, fornecedores de matérias-primas, alimentos e mão de obra. A destruição da economia natural daria lugar a reprodução simples, base da economia mercantil.

O capitalismo, com a ruína do campesinato inviabilizaria sua reprodução ampliada. A autora vaticina que isso culminaria no último período da trajetória capitalista, o imperialismo. Vergopoulos (1977) crítica essa tese, os elementos diferenciais não capitalistas não tendem ao desaparecimento. Pelo contrário, são recriados, visto que o capitalismo não pressupõe a homogeneidade, mas a reprodução a partir da diferencialidade, com isso, os camponeses são recriados. Para o autor, os camponeses são reproduzidos pelo capitalismo para impedir a realização do capitalismo agrário. O que está em jogo é a apropriação da renda da terra. Por isso a realização da reforma agrária nos países capitalistas centrais beneficiou os capitalistas industriais, comerciais e financeiros urbanos. Os camponeses são subordinados na aquisição dos meios de produção, na realização da mercadoria

camponesa, no empréstimo bancário, no pagamento de encargos fiscais, na aquisição de bens de consumo.

A agricultura camponesa é socialmente pilhada (Vergopoulos, 1977). Os populistas russos também discordaram das teses ortodoxas, defenderam a resistência camponesa ao capitalismo. Shanin (2005) classifica essas teses como simplificação exagerada. Os marxistas ortodoxos negligenciam a coesão camponesa, supervalorizaram o ódio, as diferenças intraclasse. Também se prenderam aos determinantes econômicos, em detrimento dos aspectos internos e externos a unidade camponesa. Conforme o autor, o mercado, o Estado, a natureza, os fatores biológicos são elementos centrais para a mobilidade multifatorial das propriedades camponesas, com tendências de pauperização, marginalização e diferenciação.

Shanin dialogou com Chayanov (1974), membro da escola de Organização da Produção. Autor que analisou a propriedade camponesa pelo modo de produção camponês, tendo como pressuposto o balanço trabalho/consumo e a família como unidade básica da economia familiar. Esse autor avaliou o equilíbrio dos fatores de produção terra, família, trabalho, o equilíbrio utilidade/penosidade do trabalho, somado a racionalidade específica do campesinato na organização da propriedade e na relação estabelecida com o mercado. Ele não discutiu a distinção de classe, mas a diferenciação demográfica do campesinato.

Van Der Ploeg (2016) atualiza as proposições de Chayanov. Os camponeses acionam dispositivos antimercado para proteger a família, a propriedade, a comunidade camponesa. Eles são heterogêneos, rebeldes aos poderes externos, atuam nos interstícios, com construção de mercados locais, coletivos de armazenamento de sementes. Também se ajustam as circunstâncias contemporâneas do fazer agropecuário, o que promove a recampesinação. Portam uma lógica de desenvolvimento da propriedade que

escapa as determinações externas, com construção de equilíbrios internos singulares.

Van Der Ploeg (2016) reafirma o equilíbrio trabalho/consumo como o coração pulsante da propriedade camponesa. A ele se adiciona os equilíbrios penosidade/utilidade do trabalho. A intensidade do trabalho é ditada pelas necessidades de consumo, pelos braços disponíveis para o trabalho, pela formação de capital, pelos valores, normas, crenças, experiências, princípios da economia moral camponesa. Os camponeses realizam avaliações subjetivas; deliberam estratégias, realizam cálculos econômicos sofisticados, observam as condições de mercado para obtenção de maior renda familiar. Há também o equilíbrio sujeito/natureza.

A agricultura envolve uma coprodução, uma coevolução sociedade/natureza. Os camponeses aprimoram, enriquecem, diversificam a natureza. Nesse ato unificam o trabalho manual e mental, negam a padronização, lidam melhor com as adversidades, com as incertezas, remodelam as paisagens, cuidam das criações e plantações com afeto, dedicação, comprometimento. Van Der Ploeg (2016) compreende que a agroecologia é uma expressão da recomponização da agricultura, de retomada da agronomia social de Chayanov. Há uma luta de caráter emancipatório do campesinato contra os padrões produtivos instituídos pela “Revolução Verde.”

Por isso ele constrói uma agricultura resiliente, de baixa escala e baixa intensidade, com uso de recursos e insumos internos. Todavia, Van Der Ploeg (2016) reconhece novas demandas no equilíbrio trabalho/consumo, ditadas pelo modo de vida urbano, pelos impérios agroalimentares, pela especulação do mercado. Os camponeses reagem por meio da multifuncionalidade, da luta pela restauração da autonomia. O modelo elaborado por Chayanov continua válido, as deliberações da família camponesa são

fundamentais para os resultados da propriedade camponesa. Embora a unidade de produção exista imersa noutro ambiente político-econômico.

Para obtenção de equilíbrios nesse ambiente retiram-se de determinados mercados, criam outros, edificam cooperativas, reivindicam ações do Estado, fazem migrações cíclicas, usam tecnologias miniaturizadas. Também ocupam terras que os capitalistas não desejam. Nelas recriam o solo, usam energia solar, formam infraestrutura produtiva pelo trabalho vivo. Lançam mão do conhecimento empírico, negam a ciência imperial e organizam, interpretam, experimentam, reavaliam os processos de produção (Van Der Ploeg, 2016). Com isso, promovem inovações que permitem produções sustentáveis a longo prazo.

Van Der Ploeg (2016) refuta a tese de diferenciação definitiva, os camponeses seguem resistindo e existindo pelo campo no mundo. Esses pressupostos repercutem na produção científica sobre campesinato no Brasil e no Cerrado. Nas literaturas de cunho neoclássico, ou nas marxistas ortodoxas os camponeses serão extintos, são seres irracionais, retrógrados, objetos passivos do acontecer hegemônico (Silva, 2018). Esse autor compreende que na interpretação marxista heterodoxa os camponeses são funcionais ao sistema capitalista, enquanto na análise de Chayanov sobrevivem pela racionalidade econômica específica, centrada na família.

Entende-se que no Cerrado há um cercamento e, ao mesmo tempo, uma reação a contrapelo do campesinato (Silva, 2018). O autor não trata de um cercamento similar aos *enclosures* ingleses, com seus processos de expropriação. Mas a apropriação da renda da terra por meio de processos de acumulação primitiva, em que a água, as sementes, os minerais, as terras, (bens comuns), tornam-se propriedade privada. Soma-se a isso a criação das rendas da vida e da morte, com a constituição de “*latifúndios invizibilizados*” das sementes e dos agrotóxicos.

Adiciona-se a “*fertilidade fabricada*”, a coerção do mercado de alimentos, a mecanização pesada, a introgressão genética, a violência simbólica, a eliminação camponesa com o trabalho escravo, superexplorado, com as chuvas de veneno e a violência contra a pessoa. Acrescenta-se a mediação da renda da terra na construção dos assentamentos no Cerrado, a reforma agrária de mercado, a supressão da agricultura camponesa pelos monocultivos.

Todos esses elementos demonstram que há um cerco (i)material, simbólico, instrumental ao campesinato no Cerrado, que destrói seu modo de vida, suas condições de existência (Silva, 2018). Conforme o autor, isso origina os movimentos a contrapelo, expresso nas resistências, nos movimentos de contraposição, reação, dissidência, com elaboração de outro projeto de ordenação do espaço no campo. O campesinato atua como classe no Cerrado, ele luta na terra, ocupa, acampa, manifesta, prática e luta por outro mundo possível (Silva, 2018). Assim sendo, essa realidade objetiva no Cerrado nos convida ao debate do território, objeto de atenção do próximo capítulo.

TERRITÓRIO

Uso heurístico¹, uso instrumental²

O território não é uma categoria exclusiva da Geografia. Na ciência geográfica é associado à terra, e também é sinônimo de poder. Por isso se procede aqui à análise do poder, antes do escrutínio pormenorizado do território. Segundo Foucault (1979), na literatura, há concepções hegemônicas de poder. Uma delas é a compreensão jurídico-política, liberal, quando o poder se converte num bem transferível, alienável pelo contrato ou cessão. Nessa situação, o poder é sinônimo de operação jurídico/contratual.

Entende-se que a contratualização das relações atende aos fins econômicos, de realização do valor. O contrato obedece às determinações do capital, com cálculo antecipado dos êxitos, dos riscos e das consequências dos atos. A regulação jurídica das atividades é um complexo dentro do complexo ser social, com

1 Heurístico tem origem na palavra grega heuristós. Remete a categorias, conceitos, termos que fornecem instrumentos, ferramentas para descobertas, para investigação de problemas, tendo em vista a produção do conhecimento científico.

2 Texto originariamente publicado na revista GEOgraphia no ano de 2024, na revista do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

domínio de uma classe sobre outras classes (Lukács, 2013). Segundo o autor, o Estado, com uso estrito da força, promove desagregação social, o direito institui a concepção econômica idealista de igualdade, permite supressão abstrata das contradições e mantém a estratificação social.

Lukács (2013) reconhece que as classes hegemônicas raramente conseguem impor seus interesses de modo ilimitado. Conforme as circunstâncias, necessitam firmar compromissos, pactos com outras classes. O direito também pode adquirir autonomia relativa frente ao sistema econômico vigente. A luta de classes, com relações de força, proporciona espaços de manobra, determinado caráter e limites à ação legal. A concepção jurídico-política contribui para reprodução capitalista, com manutenção das relações sociais de produção e da dominação de classe.

Foucault (1979, p. 175) apresenta sua concepção nos seguintes termos:

[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.

Acrescenta que o poder é uma maquinaria que ninguém é proprietário, mas há posições sociais que promovem supremacia, domínio de classe. Adiciona, ainda, que o poder é analisado pelo caráter opressivo, enquanto deveria ser avaliado pelas relações de forças postas nos confrontos, nas guerras silenciosas. A escolha do pesquisador envolve seu exame pela relação contrato/opressão, ou dominação/repressão. O poder também não se exerce sem um discurso de verdade, que produz legitimação e dominação.

Neste texto refuta-se à prisão pós-moderna à fragmentação e ao ecletismo, que nega a totalidade, os referentes externos de

verdade, reduz o conhecimento às narrativas. O conhecimento possui condicionamento sócio-histórico. Não se separa a caneta do sujeito que escreve do sujeito vivo e histórico que redige (Marx, 2003). Como assevera o autor, nem por isso o conhecimento deve ser reduzido às narrativas, determinado pela autoconsciência, pela especulação, preso a conceitos desconexos e autônomos do ser social, como produto exclusivo do movimento contraditório dos conceitos.

A concepção teórica se origina de objetos reais, com construção de representações em que o ser existente se mantém essencial. O conceito é uma unidade viva, uma totalidade, que contém a diversidade, as distinções e o conteúdo dos objetos. Por isso o sujeito não é o conceito que se encarna nas coisas existentes (Marx, 2003). O abandono dos objetos, do conteúdo sócio-histórico, das contradições, da totalidade promove alienação e a idealização. Ainda sobre o poder, Foucault (1979) também menciona sua atuação nas microescalas, nas capilaridades, nas técnicas, nas táticas, nas normas, na invisibilidade, no controle dos corpos.

O poder institui vigilância, disciplina, que hierarquiza, enquadra e adentra os sujeitos. Foucault (1979) vaticina que é necessário estudar o poder em suas práticas reais, efetivas, de sujeição, no seu ato de circulação, de exercício em rede. Os sujeitos podem exercê-lo, serem centros de transmissão e, fundamentalmente, são produtos dele. Nesse texto, pondera-se que o poder não se autodetermina. O ser-em-si, como determinação biológica, transforma-se em ser-para-si no trabalho, modifica-se a si mesmo e, na relação com o ambiente, constitui a sociabilidade homem/homem, homem/natureza (Lukács, 2013). A relação sociedade/natureza, mediada pelo trabalho, põe alternativas concretas, o que requer reações, decisões conscientes, regulações sociais, repartições do poder.

Isso posto, a forma de poder vigente é histórico-social, por resultar da manifestação da sociedade existente. Foucault (1979)

também descreve que o poder coloca em circulação um saber, que permite ao agente de poder ver sem ser visto. Para isso, a produção do espaço é relevante, tecido com objetivos político-econômicos. Entende as redes de poder como piramidais, uma vez que os sujeitos posicionados no ápice não se sustentam sem a adesão dos situados em posições inferiores. O autor questiona o exercício do poder pela superestrutura, mas a entende fundamental ao desenvolvimento das forças produtivas.

Nisso há idealização, o poder não se autodetermina. A política emana da vida, de sujeitos determinados de carne e osso, que contraem relações sociais e políticas, isso conecta a vida material à estrutura social e à política (Marx; Engels, 2007), embora Foucault (1979) admita que a burguesia institui máquinas de poder de extração de lucros, o que ocasiona revoltas e contraofensivas. O autor adverte que os estudos sobre poder precisam analisar os sujeitos em luta, os projetos em disputa, os instrumentos utilizados nos confrontos e a racionalidade empregada.

Também alerta aos movimentos de resistência que não basta a conquista do poder, é preciso ter projeto diferente ao tomá-lo. Souza (2013) critica Foucault (1979) ao defender que ele se pronuncia de modo efêmero sobre as rebeldias, as contracondutas; ocupa-se longamente do poder opressor, heterônomo. Foucault (1979) se ocupou de questões particulares, objetos demarcados, como o manicômio, os hospitais, etc. Também não negou os aspectos positivos do poder, como a capacidade de produção de novos sujeitos e realidades. Forneceu ferramentas para os estudos do poder. Concebeu o poder como prática social, deslocou sua investigação do Estado, atentou-se para a microfísica de sua execução.

Igualmente, Foucault negou o poder como coisa, o concebeu nas relações, expresso na vida cotidiana, nas atitudes, nos corpos. Também recomendou o estudo das instâncias materiais de sujeição, a análise ascendente do poder, suas técnicas e táticas de

execução. Foucault criticou os marxistas, dada a preocupação excessiva com a classe, com o aparelho de Estado, em detrimento da luta, da mecânica de ação do poder. Essa concepção o associa novamente ao idealismo; as lutas emanam de condições materiais, do processo de vida real, de homens ativos e determinados social e politicamente. Mas esse autor não negou Marx (1818-1883):

Ocorre-me frequentemente citar conceitos, frases e textos de Marx, mas sem me sentir obrigado a acrescentar a isto a pequena peça autenticadora que consiste em fazer uma citação de Marx, [...]. Cito Marx sem dizê-lo, sem colocar aspas, e como eles, *[os marxistas]*, não são capazes de reconhecer os textos de Marx, passo por aquele que não cita Marx (Foucault, 1979, p. 142).

Foucault (1979) entende que o poder se transforma com as forças produtivas, e aponta que há classes dominantes, constituídas por táticas eficazes de poder. Nesse texto, compreende-se que o poder se manifesta de modo contratual, é engendrado pelas condições materiais e também emerge como micropoder. Mas os micropoderes não são fenômenos em si, autonomizados da estrutura de vida material. Como diz Lukács (2013), o ser social existe pela sua reprodução ininterrupta, pela singularidade, como expressão de um pedaço da natureza, como resultado da mediação social, que eleva a personalidade à generalidade. Ele se faz pelo trabalho, que o faz saltar da singularidade para a generalidade. Ele, pela consciência, torna-se ser-para-si, que se ocupa da reprodução singular/particular e nos atos práticos conjuga-se a generalidade. Nas manifestações da vida, conecta de forma dialética o particular, o singular e o universal. Nos atos, nas escolhas, nas resistências, nas adesões atua a generalidade, com redução extrema das particularidades, (Lukács, 2013).

Reconhece-se os micropoderes, mas refuta-se sua autodeterminação e a prisão unívoca a singularidade. Dado que há um ser social

que, pela consciência, preserva a memória social, as experiências pretéritas, a explicitação do ser-em-si, isso se constitui a base da práxis presente e futura (Lukács, 2013). O poder contratual hegemônico, o poder reativo da vida material, os micropoderes se imbricam na manifestação do ser social, que, nesse ato, enlaça de modo dialético a singularidade, a particularidade e a universalidade.

TERRITÓRIO: ESCRUTÍNIO GEOGRÁFICO

Os entendimentos de poder supracitados foram utilizados por geógrafos na renovação do conceito de território. Raffestin (1993), por exemplo, parte do entendimento de poder de Foucault. Também propõe uma abordagem relacional, abandona o Estado como único agente de poder. Segundo ele, atores disputam por meio de programas a edificação do sistema territorial, conformado por superfícies, nós e redes.

As relações estabelecidas são dissimétricas, simétricas e multidimensionais. Para o autor, nem todos atores são sintagmáticos, detentores de um programa, muitos são paradigmáticos. Os atores sintagmáticos controlam energia e informação, lançam mão de ações codificadas. A semiótica permite instituir códigos econômicos, políticos. Esses atores cindem o trabalho manual e mental, criam a equivalência aparente do dinheiro no valor de troca, utilizam discursos para repartição do poder. Com isso, pela manipulação de códigos, controlam outros atores.

Raffestin (1993) também anuncia sua preocupação com a produção imaterial e material do território. De acordo com ele, a produção material é antecedida pela representação, que revela imagens desejadas do território. A cartografia é relevante como instrumento de poder e do poder, permite projetar o arranjo mais eficiente e eficaz dos objetos para o controle e o domínio do

substrato material. Raffestin (1993) ressalta que as representações são egocêntricas, demonstram os interesses de um ator sintagmático. Como há inúmeros atores, isso ocasiona a disputa territorial. Nela está em jogo objetivos políticos, econômicos, culturais, em que os atores procuram organizar o campo operatório do exercício do poder.

Raffestin (1993) defende que o essencial das práticas espaciais é dado pela produção territorial. Nela, os nós, as malhas e as redes conformam uma estrutura universal, permeiam todos os tipos de sociedade. São essas estruturas que permitem controlar os objetos alocados, impor ordens, integrar espaços materiais. Também argumenta que tais estruturas demonstram as relações de produção, a estrutura profunda do território. Raffestin (1993) entende que o poder impõe tessituras desejadas e suportadas.

Isso significa dizer que os agentes de poder operam dentro de determinada escala, criam escalas próprias, mais rígidas ou menos rígidas. Também necessitam de lugares de poder, (nós) e condições materiais para efetivação das relações. Por isso criam redes visíveis e invisíveis. A disputa instalada permite a produção do território. Segundo o autor: “O território [...] não poderia ser mais nada que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território (Raffestin, 1993, p. 07).”

Raffestin (1993) renovou o conceito de território, ao colocar novas ferramentas para a abordagem territorial. Problematizou a escala unidimensional, propôs a abordagem relacional, o território (i)material, a abordagem territorial mediatizada pelo sistema territorial. Seus aportes epistêmicos revelam influências pós-estruturalistas, marxistas. O cerne de sua elaboração se edifica no quantitativismo estruturalista, na matematização científica, na virada linguística.

A querela se estabelece principalmente no conceito de ator e na diferenciação de espaço e território. A questão de fundo é

que, a despeito das ferramentas fornecidas, essa teoria não traz uma concepção classista de território. O uso do termo ator requer cuidado, nem todos os sujeitos disputam o espaço com programas elaborados *a priori*. Nas disputas espaciais, os *scripts* não estão fechados, as performances não estão predefinidas, a criação, a espontaneidade, a surpresa histórica, a indeterminação pertence aos embates de classe.

Por isso, muitas vezes, os atores são trabalhadores dominados, alienados, capturados por projetos de organizações da burguesia, não portam um programa de emancipação. Tais equívocos originam-se pela ausência de discussão do conceito de alienação. A adesão ao termo ator também faz com que se ignore o processo de individuação, de subjetivação, de negação, de exercício da liberdade (Silva, 2018). Raffestin (1993), do mesmo modo, defende que espaço e território não são equivalentes.

O espaço é uma matéria prima, preexiste à ação dos sujeitos, é sua prisão original. O território é a prisão produzida pelos seres humanos. O autor recupera a noção newtoniana de espaço como receptáculo. No seu texto não há menção à produção do espaço, mas a edificação do território. Isso produz consequências, anula-se o espaço como produto sócio-histórico, relacional. O território é eminentemente materialista, atenta-se mais às formas do que às relações. Mas o elemento fundante não é a materialidade em si, uma vez que espacializa, resulta das disputas, mas não é a própria disputa (Silva, 2018).

Essa é desenvolvida por classes, não por formas espaciais. Considerá-lo desse modo incorre no risco de imobilização, de adesão à espaciologia, que elimina a dinâmica da sua constituição. Os territórios podem ser efêmeros, fugazes, construídos nas microescalas, expressos nas indumentárias, nas faixas, nas palavras de ordem, nas canções de protesto, na aglutinação de sujeitos que não alteram as formas espaciais pré-estabelecidas. A prisão

à forma cria o risco de opor espaços materiais quando os confrontos se dão entre classes (Souza, 2009).

Esse autor entende que os objetos são representações, produções humanas. Isso quer dizer que o espaço material é uma produção das classes sociais. O trabalho, enquanto práxis, condição ontológica do ser humano, produz o espaço geográfico num determinado momento histórico. Adiciona-se que o ato de produção dos espaços materiais é coetâneo à produção dos sujeitos. Nessa querela de diferenciação de espaço e território, compreende-se o espaço como projeção da sociedade (Souza, 2009), enquanto produto sócio-histórico, relacional.

Nega-se a concepção de produção do território, de disputa territorial. As disputas são espaciais porque os enfrentamentos se dão pelo controle, pela apropriação do espaço material, resultado do trabalho vivo. Souza (2013) polemiza com Raffestin (1993) e Ratzel (1988) os “acusa” de coisificação do território. O território não é sinônimo de montanhas, de porções da superfície da terra.

[...] territórios são, no fundo, ‘antes relações sociais projetadas no espaço concreto’ (p. 87). [...] ‘relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial’ (p.97). [...] o território, conquanto sendo, também ele, umas das manifestações do espaço geográfico (ou, mais especificamente, do espaço social) e da espacialidade, nem por isso é uma “coisa” material (Souza, 2013, p. 96-97).

Segundo Souza (2013), a constituição dos territórios realiza-se pelas práticas espaciais de acesso, locomoção, alteração de denominações. A ação de territorialização envolve aspectos afetivos, culturais e econômicos. Os sujeitos sociais identificam atributos naturais, valor estratégico-militar, tecem memórias,

experiências com o substrato material. A questão central é saber quem domina quem e como realiza esse domínio.

A preocupação é o campo de forças, a luta em si. Souza (2013) defende que a prisão à espaciologia pode substituir o conteúdo pela forma. Embora a superestimação das relações pode negligenciar a materialidade, sociologizar o território. Haesbaert (2004) faz essa ponderação, as virtudes e atributos do espaço material são difíceis de serem qualificados. Raffestin (1993) entende que o espaço, dada sua finitude, é um recurso, um trunfo. Isso põe os geógrafos no debate dos trunfos, no papel da materialidade.

Foucault (1979) pondera que as demarcações, os arranjos dos objetos permitem realizar determinadas formas de poder. Do mesmo modo, os sujeitos são condicionados historicamente. No ato de enfrentamento, a materialidade comparece como trunfo, como determinante/determinada. Os sujeitos sociais são produtores e produtos de determinado espaço material. Nas disputas espaciais eles carregam não somente infrapoderes, valores de entendimento e execução do poder. Também portam imagens dos arranjos, das ordenações desejadas do espaço material (Silva, 2018).

O ser social recebe estímulo do mundo exterior, sejam físicos, sejam químicos (Lukács, 2013). O ser social, da sua base biológica, ascende a formações sociais, pelo trabalho, transforma a natureza e muda a si mesmo. Com isso, o desejo de reordenamento do espaço, com negação do arranjo existente, impele os explorados, os subalternizados para a luta. O substrato não é somente referência, é parte constituinte dos sujeitos sociais, seja para reafirmá-lo, seja para negá-lo. Souza (2013) não explora profundamente o veio oferecido pela dialética materialidade/ser social/classes sociais, separa o substrato material dos sujeitos, quando constituem uma unidade dialética.

O mundo existente é a expressão da práxis do ser social (Lukács, 2013). Souza (2013) acrescenta à discussão que o poder é

ambivalente, ubíquo, sinônimo de entendimento, também pode ser autônomo e radicalmente democrático. O autor defende a dialogicidade, o consentimento, as condições de igualdade efetiva no seu exercício. Embora admita que isso não elimina as mentiras, a manipulação retórica. Sua menção ao infrapoder permite conjecturar sobre adesões a formas de poder autoritárias, reacionárias. O autor também pondera a favor da multiescalaridade e da multitemporalidade. Há territórios cíclicos, em que usos intercalados não implicam mudanças no substrato material, descontínuos ou em rede, em que o controle de pontos se dá com a tessitura de arcos.

Existem ainda territórios de alta definição, controlado por apenas um agente de poder. Esses termos fornecem ferramentas para a abordagem territorial, adiciona novas chaves de interpretação e de análise. A geografia agrária também não escapa do debate do território. Nela a polissemia é coetânea às adjetivações políticas, sustentadas nas denominações dadas pelos sujeitos e suas organizações, não na problematização dos geógrafos. O que se quer dizer é que não se discorda de que possa existir territórios do campesinato, do agronegócio, territórios quilombolas, mas a adesão *a priori* sem problematização depõe contra as próprias intenções que o geógrafo possui.

É insuficiente repetir o que os camponeses e os quilombolas já dizem se a intenção é contribuir com esses sujeitos nas disputas espaciais. O que se defende não é a repetição, a adesão acrítica, mas parafraseando Gramsci (2010), mostrar pontos de menor resistência e de maior força, observar o nível de organização e predisposição da força social que se defende, analisar a situação de conjuntura, para lutar pela construção do espaço camponês/proletário liberto (Silva, 2018).

O geógrafo deve discutir a correlação de forças, o fazer-se da classe, as disputas espaciais insurgentes, as alianças interclasses, as

cooptações de classe. Ele precisa observar a formação da classe para si, o que implica discutir os momentos da consciência política, bem como o desenvolvimento das forças materiais de produção (Silva, 2018). O fato é que o geógrafo não precisa transmutar-se em camponês para defendê-lo. Precisa oferecer a ele ferramentas, instrumentos para as guerras de posição e de retomada.

Conforme Souza (2009), o apriorismo do território ignora sua dinâmica, sua formação, resultado das relações sociais de produção. Na geografia agrária, Fernandes (2008) propõe uma tipologia territorial, com os territórios governança, propriedade, relacional e imaterial. Em Silva (2018), argumentaram-se as insuficiências e fragilidades dessa compreensão. O território governança é isento de conflitos intra e interpoderes estatais. Também não cria uma tipologia territorial diferenciada, pois o território-Estado não difere nas práticas de poder emanadas na sua construção (Souza, 2009).

O território relacional separa aquilo que é inerente a todo território, o campo de forças tecido entre sujeitos e classes sociais. Todas disputas espaciais incluem posições ideológicas, objetivações opostas. Souza (2009) questiona Fernandes (2008), quando diz que o território imaterial é determinante do território material, porque isso recupera o racionalismo idealista kantiano. O autor se preocupa com o entendimento dos intelectuais como pensadores originais, quando deveria se ocupar do território como fenômeno.

Segundo Souza (2009; 2016), a elucidação deve ser se os sujeitos sociais constroem práticas socioespaciais que conformam o território para si, com realização histórico/geográfica da classe social. O geógrafo também não deve uniformizar aparência e essência, a realidade dos objetos não coincide com sua essência. Fernandes (2008), com o termo território imaterial, também adere à dialética hegeliana; teses e antíteses disputam a produção do espaço. Os territórios propriedades/camponeses denotam posicionamento político, em detrimento de entendimento heurístico.

O autor valida, *a priori*, que os camponeses determinam os usos, as normas, os símbolos, a organização e a estruturação do espaço. As expulsões, as expropriações, as apropriações da terra pelo capital são excluídas. Quando se reconhece o contrário, os camponeses estão inseridos no capitalismo e são subordinados a esse sistema. Por exemplo, as corporações multinacionais atuantes no *agro* quase sempre se apropriam da renda da terra. O risco é reafirmar o camponês como sujeito social de fora do capitalismo, como classe social autônoma, com supressão da avaliação do nível de domínio e controle que os camponeses possuem dos seus espaços materiais de reprodução social.

Tal termo também extingue a disputa, consequentemente invalida o uso do território numa abordagem relacional, já que o que se depreende disso é um espaço ordenado pelo campesinato, enquanto projeção desse sujeito social. Souza (2009) afirma que é frágil entender que relações não capitalistas constituem territórios não capitalistas. Isso requer a avaliação dos camponeses no sistema de produção, circulação e realização de mercadorias. Adiciona-se a isso que o capitalismo não se preocupa com formas de produção, mas com a realização das mercadorias, com o controle do trabalho.

Também é relevante analisar as determinações territoriais, ou seja, o estado e o movimento das lógicas de apropriação do espaço. O que envolve o exame dos símbolos, das normas, das forças sociais, para entender as formas de produção, as intencionalidades, os projetos das classes em disputa (Souza, 2016). Souza (2009) também concebe como associação arbitrária, equívoco teórico o vínculo camponês-propriedade privada-território não capitalista. As relações capitalistas buscam ser soberanas, suas intenções e objetivações procuram controle e domínio.

Propriedade privada é um conceito liberal, com concretude histórica, produto da determinação das relações de poder capitalista, não um princípio do território. Os camponeses não

resistem em nome da propriedade privada, mas em razão das experiências, das práticas socioespaciais, das concepções singulares do trabalho e da terra, em defesa de um modo de vida. Sem entrar na querela das diferenças de propriedade privada e de propriedade privada capitalista, como crer que um território autônomo existe quando seus limites são tecidos pelo Estado, em detrimento das relações sociais? No enfrentamento com o capital é que se produzem outras relações sociais.

Na luta de classes manifesta-se as determinações territoriais, reveladas nos projetos históricos processuais, construídos pelas práticas socioespaciais (Souza, 2009; 2016). A partir da luta dos movimentos sociais camponeses podem ser construídos os territórios camponeses. Atrelado a isso, uma classe pode realizar-se no espaço de reprodução social de outra classe (Souza, 2009). A propriedade camponesa quase sempre é conduzida por determinações capitalistas. A ideologia pode capturar o sentido de propriedade, instituir a terra-mercadoria, os capitalistas também podem drenar a renda da terra camponesa. Avaliar a negação do território capitalista implica analisar as determinações territoriais, as práticas socioespaciais camponesas. Souza (2009, p. 101) entende o território do seguinte modo:

O território é constituído de relações sociais fundadas sobre as diferenças de poder. O território seria o primeiro modo de dar significado às relações de poder e as mudanças na organização das relações sociais correspondem às mudanças nas representações de poder, e estas mudanças não implicam um único sentido.

Ele acrescenta que se trata de apropriações concretas que se fazem nas ações materiais/imateriais das classes. O território se dá pelo jogo das forças sociais, que disputam o sentido das

relações sociais. O geógrafo deve mapear as relações sociais de poder, observar as formas de produção, de apropriação, atentar na escala como instrumento teórico-metodológico, nas determinações territoriais (Souza, 2009; 2016). Certamente há outras compreensões de território na Geografia e na geografia agrária. A intenção foi apresentar conceitos heurísticos conflitantes.

Raffestin (1993) concebe o espaço como receptáculo, como matéria-prima e o território como produto dos atores sociais. Esses atores disputam e produzem o território. Seus aportes epistêmicos são o pós-estruturalismo, o marxismo, o quantitativismo, o giro linguístico, o que o vincula ao ecletismo. Souza (2013) compreende o espaço composto pela superfície terrestre, pelas relações sociais, pela primeira e pela segunda natureza. Como conceito matriz, o espaço é um produto social, oriundo das práticas espaciais dos agentes capitalistas e dos grupos sociais insurgentes organizados nos movimentos sociais.

O território é um campo de forças. Sua base epistêmica é o anarquismo, o autonomismo de Cornelius Castoriadis (1922-1997). Fernandes (2008) analisa o território pela tipologia territorial e o espaço como produto das classes. O espaço é uma totalidade multidimensional, multiescalar. O autor adere a Milton Santos e a Raffestin, o que faz com que o espaço, em inúmeras situações, torne-se sinônimo de território, de matéria-prima. Usa o materialismo histórico dialético, mas na sua produção revela manifestações do idealismo kantiano, hegeliano, do marxismo positivista. Souza (2009; 2016) compreende o território como um fenômeno que exige explicação, o avalia pelas relações fundadas nas diferenças de poder.

O espaço é um produto social relacional, a produção material é oriunda das disputas espaciais entre as classes sociais. Suas bases epistêmicas são o materialismo histórico dialético e o existencialismo, também sustenta suas análises em Thompson, Sartre,

Lukács, etc. Neste texto compreende-se o território como concre-tude histórico-teórica, como representação da realidade. Inspira cuidados o fundamentalismo espacialógico, sem subestimar o papel da materialidade, a relação dialética materialidade/ser social/ classes sociais.

A opção pela concepção relacional, pela análise do campo de forças entre classes, grupos sociais intraclasse orienta esse entendimento de território como sendo o enfrentamento, a luta travada e materializada pelas classes, grupos sociais. O território expressa o embate, o “*cabo de guerra*” pela permanência ou transformação do espaço. Disputa-se o entendimento, a forma, a repartição e execução do poder, as relações sociais, o modo de uso e a apropriação da natureza, a forma de arranjo, ordenação e estruturação do espaço material, a divisão dos resultados do trabalho. Os territórios dissidentes (Souza, 2013) expressam o “*não*” ao território hegemônico capitalista. Fragmentados, revelados nas microescalas, fugazes ou duradouros manifestam outro devir, tentativas de salto fora do capitalismo.

A classe fragmentada se exprime em territórios dissidentes fragmentados, efêmeros, que podem tornar-se duradouros. A classe no seu fazer-se necessita observar as universalidades, sem ignorar as particularidades. Os grupos intraclasses devem costurar “*pontes*” de unidade, em detrimento de intolerâncias, partidarismos e sectarismos. Eles precisam construir a unidade dialética da singularidade, particularidade e generalidade. As expressões de outro devir materializam-se nas práticas espaciais de contestação e negação do sistema capitalista.

Essas práticas socioespaciais revelam-se nas indústrias autogeridas, no movimento agroecológico, na luta pelo direito à cidade, na constituição de formas de uso e apropriação coletiva da terra, nas ações de economia solidária popular. Como o uso pragmático do território apropria-se dessas ferramentas oferecidas

pelo uso heurístico? Nas ações de planejamento do território nacional, sobretudo no campo o Estado reafirma concepções coisificadas? A negação da classe, do conflito reafirma o território capitalista? Essas e outras questões serão a preocupação do próximo tópico deste capítulo.

TERRITÓRIO: UTILIZAÇÃO INSTRUMENTAL

No continente europeu pós-1970, o desenvolvimento rural se fez pelo prisma territorial. A multifuncionalidade e a pluriatividade tornaram-se a solução para regiões empobrecidas e detentoras de patrimônio natural e cultural (Dias; Medeiros, 2011). Os sujeitos locais, apoiados pelos Estados nacionais e pelo Banco Mundial (BM), deveriam tecer projetos interescalares. Segundo Favareto (2010) em 1994 a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou uma divisão territorial, o BM produziu o relatório: “*a nova visão do desenvolvimento rural*”, com defesa do enfoque territorial multissetorial, da descentralização, da participação social.

Sabourin (2015) vaticina que o enfoque territorial europeu aderiu ao neoliberalismo, defendeu a concorrência entre territórios. Abramovay e Filho (2003) entendem que esse enfoque potencializou a sustentabilidade ambiental, social, cultural e a competitividade territorial. Sob os desígnios do “novo” rural, foram constituídas na Europa propostas de desenvolvimento territorial rural como o programa: “*Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (Leader)*” (Sabourin, 2015; Abramovay; Filho, 2003). Na América Latina, o enfoque territorial vinculou-se ao combate à pobreza rural (Dias; Medeiros, 2011).

As políticas de desenvolvimento para o campo brasileiro, sobretudo as direcionadas à agricultura familiar pós anos 2000, adotaram o uso instrumental do território, no que se nomeou de desenvolvimento territorial rural. Para Schneider (2004), a região se deteriorou como referência teórica nas políticas de planejamento. O território preencheu seus limites operacionais e regulacionais. Com o território, supostamente se valorizou a descentralização, a participação social, as esferas infranacionais do poder público. Schneider (2004) entende que o uso conceitual do território serviu para fins heurísticos. A apropriação instrumental, pelo contrário, fez uso normativo, prático. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) compreendeu o território nos seguintes termos:

[...] espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (Brasil, MDA/SDT, 2005).

Esse entendimento coisificou o território, o tornou sinônimo de espaço físico. Houve intuito ideológico. Os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania tornaram-se uma fração do território nacional. Gerardi (2012) argumenta que a divisão do território nacional facilitou o domínio da economia, da democracia, da institucionalidade. A distinção da população pela identidade, pela coesão social, cultural, territorial aproximou o conceito da categoria região. O território concebido como sobreposição de

elementos físicos e humanos, enquanto porção geográfica formada de aspectos singulares o associa à venda dos lugares. A cultura, a identidade, os personagens singulares são mercantilizados, transformados em ativos de mercado.

O neoliberalismo manifesta-se no interior da categoria. Os sujeitos sociais locais são responsabilizados pelo desenvolvimento. O Estado, com a criação dos Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania, capilarizou e aprofundou o domínio de regiões-problema. Locais em que a pobreza rural impede o avanço do *des-envolvimento*. O Estado “*viu sem ser visto*”. O olho do poder, expresso pelos representantes dos escritórios estaduais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelos representantes do poder público, agiu em nome do controle dos conflitos, das redes dissidentes.

Esse entendimento também produziu silêncios, regulou o “*dito*” e o “*não dito*.” A coisificação do território ocultou a classe e as disputas espaciais de classe. A promoção acrítica da identidade incorreu no risco de apoio a identidades inventadas. Adicionam-se os perigos dos sectarismos, dos divisionismos intraclasses. Camponeses proprietários, camponeses assentados, camponeses de fundo e feixe de pasto disputaram os exíguos recursos públicos. O território instrumental eliminou a especificidade do conceito. Território tornou-se tudo e nada. Por isso, não ofereceu ferramentas, chaves de interpretação para a práxis dos movimentos sociais camponeses.

Pelo contrário, naturalizaram-se as relações de classe, promoveu conciliações em nome de interesses de cadeias produtivas (Gerardi, 2012). O intuito foi produzir pactos, alianças, concertações favoráveis à produção de ordenamentos, ambientes benéficos ao capitalismo erigido na diferença; a pobreza, as desigualdades e as injustiças sociais seriam resolvidas pelo mercado. A realidade concreta foi ignorada, seja a concentração da propriedade privada

da terra, seja o coronelismo como gestão do poder nas municipalidades. Os intelectuais que se ocuparam do desenvolvimento territorial rural não cindiram com esse entendimento.

Há concepções restritas e desconexas. Segundo Sabourin (2002), caracterizar o espaço é quase criar o território. Conquanto, o espaço é um lugar mais ou menos delimitado. Nesses termos, espaço assemelha-se a um substrato material demarcado, enquanto território converte-se numa abstração. Há uma pseudoexplicação, uma miscelânea de palavras que não revelam a especificidade dessas categorias. Há entendimentos mais refinados, embora com permanência de similaridade entre espaço e território.

Farret (2013) reafirma o fundamento espacial das políticas públicas. Ele entende o espaço como entidade histórico-social, transformado em território com a produção social. Território é sinônimo de território usado, expressão da materialidade e da vida humana. Santos (1994) sustenta essa elaboração, ao afirmar que o território é concebido pelo uso, como quadro da vida cotidiana. Acrescenta ele que é uma forma híbrida, expressão do espaço humano, habitado, formado por objetos e ações. Os limites dessa concepção é a anulação da especificidade do território, sua coisificação, com reafirmação da espaciologia. Abramovay e Filho (2003, p. 4), em contraposição, destacam a identidade e a subjetividade.

Territórios não são, simplesmente, um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes da própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais. Em torno dos territórios existem certos modelos mentais partilhados e comportamentos que formam uma referência social cognitiva

materializada numa certa forma de falar, em episódios históricos e num sentimento de origem e de trajetórias comuns. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam.

Os autores salientam a personalidade unívoca dos territórios. Os laços, as memórias, a linguagem, os mitos fundadores produzem identidade. Essa concepção defende os territórios de identidade, sem romper com o território material, fundamento das ações de seletividade e antecipação espacial. A despeito da menção à subjetividade, a questão são as intenções que subjazem essa compreensão. A proposição do território como ator, em que os agentes locais (empresas, associações, representantes e órgãos do Estado), pela interação, criam riquezas, reafirma o conteúdo neoliberal dessa elaboração.

Abramovay e Filho (2003) propõem o empreendedorismo territorial e absolve o Estado, sob o argumento controverso de redução de recursos públicos para disponibilização de direitos às populações do campo. Fazem essa afirmação, mas não apresentam dados de arrecadação e divisão, por exemplo, do orçamento da união. Aderem ao desenvolvimento territorial rural de contorno neoliberal. O planejamento torna-se a panaceia para a criação de recursos. A técnica substitui a política, a disputa, tudo se resolve pela concertação, pelo capital cultural, político, social dos agentes locais.

Por isso é contraditório Schneider (2004) associar a compreensão de território de Abramovay às de Souza e de Haesbaert. Esses autores se ocupam de questões e partem de pressupostos dissonantes. Schneider (2004) entende o espaço como produto da relação indivíduo/ambiente. O território é o conteúdo do espaço, produto de relações sociais que expressam identidade, sentimento de pertencimento oriundos de agentes públicos e privados.

Acrescenta que é uma arena de disputas; atores sociais constroem alianças para o exercício do poder. Também adiciona que é formado pela sobreposição de elementos físicos e humanos, pela diversidade de grupos sociais.

Compreende que os limites do uso heurístico e pragmático podem ser solucionados por articuladores analíticos, como a escala e a noção de poder. Pondera que essa transposição necessita utilizar mediações e adequações. Por outro lado, recomenda aos usuários não acadêmicos o abandono de aspectos teóricos, pois o uso pragmático deve ser despido de incógnitas conceituais. Schneider (2004) reafirma o território de identidade, sem ignorar sua concretude. A despeito da menção das disputas, sua preocupação se localiza na transposição do uso heurístico para a utilização pragmática. A solução apresentada é controversa. Num primeiro momento, recorre a articuladores analíticos, noutra instante, defende o afastamento do entendimento teórico.

O que se perde com esse distanciamento são os instrumentos para ação de agentes nos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. Os articuladores territoriais, os assessores de inclusão produtiva, os assessores de gestão social, os coordenadores de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet), entre outros sujeitos, apreenderiam os limites para solução de problemas nos seus territórios de atuação. Esse distanciamento do entendimento, sobretudo geográfico, esteve vinculado à relação entre aportes teórico-metodológicos e os objetivos tecidos para o campo, por meio da política de desenvolvimento territorial rural. A maior parte dos conceitos geográficos contemporâneos não responderam às necessidades instrumentais desse projeto.

A observação do que está enunciado oblitera a atenção com silêncios institucionalizados, endossados pela literatura corrente sobre desenvolvimento territorial rural. Os desafios reais de desenvolvimento da agricultura familiar foram ignorados ou

tratados como questões secundárias. Em razão disso, é importante observar que a atenção dirigida à agricultura familiar encoberta silêncios instituídos e institucionalizados, que idealizam, que negam os sujeitos reais que compõem o campo brasileiro. Esse falseamento é engendrado por intencionalidades que escapam o espaço nacional. Logo, é relevante entender a proposta de desenvolvimento territorial rural. Esse esforço é objeto de preocupação do próximo item.

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NO BRASIL: IMBRICAÇÕES INTENCIONAIS

No Brasil, o desenvolvimento territorial rural absorveu de modo acrítico aspectos das experiências internacionais e seguiu orientações do BM, do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola-FIDA, do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO. Também assimilou experiências do projeto Umbuzeiro-ASSOCENE, da Sociedade do Sudoeste do Paraná, do Pacto Nova Itália, da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Sabourin, 2015; Abramovay; Filho, 2003).

Sua implementação iniciou-se em 2003. O Pronaf Infraestrutura e Serviços Municipais transformou-se no Programa Nacional de Desenvolvimento do Territórios Rurais (Pronat) pela ação da SDT (Delgado; Leite, 2011). No mesmo ano, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis-CMDRs foram substituídos pelas Comissões de Implantação de Ações Territoriais Locais (Ciats). Sucidadas em 2005 pelas Células de Acompanhamento e Informação (CAI) e pelos NEDETs em 2009, popularmente denominados de colegiados territoriais (Silva, 2019).

Os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania foram regulamentados entre 2005 e 2008. Os Territórios Rurais foram criados por critérios demográficos, pela concentração de sujeitos assistidos pelo MDA e pela ocorrência de consórcios governamentais. Os espaços economicamente débeis, desassistidos por direitos básicos, tornaram-se Territórios da Cidadania, acompanhados por dezenove ministérios (Delgado; Leite, 2011). O Pronat possuía como aspectos universais a adoção do território como instrumento pragmático/normativo de planejamento e o apoio aos agricultores familiares consolidados.

Os projetos territoriais tornaram-se o dispositivo para o desenvolvimento, com criação de institucionalidades intermunicipais³ de articulação, participação, controle e gestão de políticas públicas (Delgado; Leite, 2011; Abramovay; Filho, 2003; Schneider, 2004). Soma-se a isso o desenvolvimento produzido pelo empreendedorismo, pela descentralização, pela responsabilização dos sujeitos locais. Acrescenta-se a proposição do território como ator, a identidade como seu fundamento, as redes sociais enquanto produtoras de confiança, inovação, aprendizagens, conhecimentos, pactos de classe para redução da pobreza rural (Abramovay; Filho, 2003; Schneider, 2004). Agrega-se também a difusão de termos, como: capital cultural, social, político (Silva, 2015).

O arcabouço teórico-metodológico do desenvolvimento territorial rural ignorou as condições materiais hegemônicas do

3 Os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania materializavam-se pelo seguinte desenho técnico-institucional: plenária, composta pelos representantes do colegiado territorial, núcleo diretivo, responsável pela aplicação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PT)DRs, núcleo técnico, responsável pelo fornecimento de conhecimento e *expertise*, pelas câmaras setoriais (juventude, mulheres, comercialização). Nos Territórios da Cidadania também havia o Comitê de Gestão Nacional, o Comitê de Articulação Estadual, o Colegiado Estadual (Delgado; Leite, 2011).

campo brasileiro, atuou desde espaços e sujeitos ideais. Negligenciou, quase sempre, o coronelismo que permeia o exercício do poder no Brasil. Aderiu ao neoliberalismo, o desenvolvimento tornou-se sinônimo de negociação dos atributos locais, de capacidade de gestão, concertação dos sujeitos sociais. A autogestão, valor do movimento operário, foi despido de conteúdo autônomo, utilizada sem atenção às determinações territoriais macroescalares capitalistas que penetram sujeitos e espaços.

O credo da gestão social, da governança para administração de conflitos, escamoteou interesses inconciliáveis de classes, superáveis por correções estruturais e processos revolucionários. Os camponeses, nos colegiados territoriais, exerceram participação limitada, referendando o desenvolvimento territorial rural oficial (Gerardi, 2012). Segundo o autor, tais arenas funcionaram como instrumento de controle, enquadramento e adequação. Neles, a pobreza também foi isolada da produção e da reprodução ampliada do capital. Os camponeses foram entendidos como inaptos, extrínsecos ao capitalismo.

Os agricultores familiares cumpriram os requisitos exigidos para o desenvolvimento, erigido sob o fito da “Revolução Verde.” Houve silêncio sobre os cercamentos, seja da renda da terra apropriada pelo capitalistas mundializados, seja da concentração da propriedade privada da terra, seja dos efeitos dos grandes projetos, seja da violência instituída no campo. O desenvolvimento territorial rural suplantou a questão agrária, contraditoriamente, defendeu a justiça social e a distribuição de renda no campo.

Contudo, houve aumento das desigualdades regionais, uma vez que o mercado privilegiou espaços dotados de capital fixo. Também se defendeu a convivência de projetos antagônicos, os problemas se resumiram à visão setorial, unidimensional, parcial do campo. Igualmente, devido às intenções estratégicas em jogo, negou-se o território relacional, enquanto campo de forças travado

entre classes. Adotou-se a concepção material, coisificada, o território transformou-se em sinônimo de superfície, espaço físico.

Esse conteúdo ideológico do território se imbricou ao teor idealizado do campo e seus sujeitos sociais, transformados em agricultores familiares. O projeto capitalista expresso no desenvolvimento territorial rural não solucionou os desafios estruturais que atingem a agricultura familiar. O desejo de instalação de determinado tipo de campo negligenciou a realidade objetiva. Os desafios permanecem, segundo o Caderno de Conflitos no Campo no Brasil (2020), no ano de 2019, no Brasil, houve 89 ocorrências de trabalho escravo, com 880 trabalhadores envolvidos e 3 assassinados. Também houve 489 conflitos pela água, com 279.172 pessoas participantes.

No país, sucederam-se 1.254 ocorrências de ameaças contra a posse e a propriedade, com 144.742 famílias envolvidas, em que 1.044 famílias foram expulsas, 10.362 foram despejadas, 25.546 sofreram ameaças de despejo, 17.289 foram vítimas de tentativa e ameaça de expulsão, 1.826 tiveram suas casas destruídas, 2.212 foram acometidas pela destruição de suas roças, 10.171 sofreram ações de pistolagem e 39.697 tiveram suas propriedades invadidas. Em Goiás a análise dessa variável revela 29 ocorrências, envolvendo 3.226 famílias, com 101 famílias despejadas, 171 ameaçadas de despejo, 824 tentativas ou ameaça de expulsão e 76 famílias tiveram suas terras invadidas.

Acrescenta-se também 1.833 ocorrências de violência contra pessoa no país, com 859.023 pessoas inseridas, 28 assassinados, 30 tentativas de assassinatos, 201 ameaças de morte, 24 torturados, 107 presos e 82 agredidos. Em Goiás, os dados demonstram 34 ocorrências, com 13.324 envolvidos, um preso e dez agredidos. Esses dados exprimem a reação dos capitalistas à luta do camponato e das demais populações do campo (indígenas, quilombolas). No Brasil, deram-se 1.206 conflitos de terra, com 43 ocupações,

cinco acampamentos, 578.968 pessoas envolvidas em 53.313.244 hectares.

Também houve 1.301 manifestações, com 243.712 participantes. Em Goiás, ocorreram 28 conflitos de terra, com 3.226 envolvidos. Adiciona-se uma ocupação, cinco conflitos pela água com 105 participantes e 17 manifestações, com 80 envolvidos. Como declara Marx (2003) se o homem se forma pelas circunstâncias, é fundamental construir as circunstâncias humanamente. Logo, frente às circunstâncias desumanas da barbárie, da acumulação primitiva para produção e reprodução ampliada do capital. Diante das determinações territoriais capitalistas, as comunidades do campo se insurgiram com práticas espaciais insurgentes. Os camponeses e as populações do campo, como sujeitos determinados de carne e osso, como classe, reagiram à alienação, disputaram o rearranjo, a reorganização do espaço. O território insurgente se expressou nas ocupações, nas retomadas, nos acampamentos, nas manifestações.

Contra o território hegemônico capitalista, com suas determinações territoriais correlatas, as dissidências, as práticas espaciais insurgentes revelaram o território como concretude histórico-teórica, como campo de forças, como fenômeno, como síntese espacial da disputa travada entre classes. Mas na correlação de forças, como veremos no próximo capítulo, a despeito da validade das conquistas efetuadas, a concentração histórica da propriedade da terra se mantém em Goiás.

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE GOIÁS

Mediações e conteúdo subjacente
à propriedade privada da terra¹

*“Digo: O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”*

(Guimarães Rosa)

A propriedade privada capitalista da terra é produto de relações sociais de classe, de estratégias utilizadas para sua obtenção (Secreto; Motta, 2011). Não é um dado a-histórico, despido de produção social. A cerca guarda sangue, lágrimas, eliminação de camponeses/as, quilombolas e indígenas. De igual modo, a cerca abriga a exploração, a contradição e o cerceamento do direito à terra. Os números são relevantes e comprovam a natureza da estrutura fundiária, mas não explicam o fenômeno na sua condição de processo social. É preciso escrutinar a historiografia da propriedade privada, compreender as mediações, o conteúdo subjacente a sua constituição.

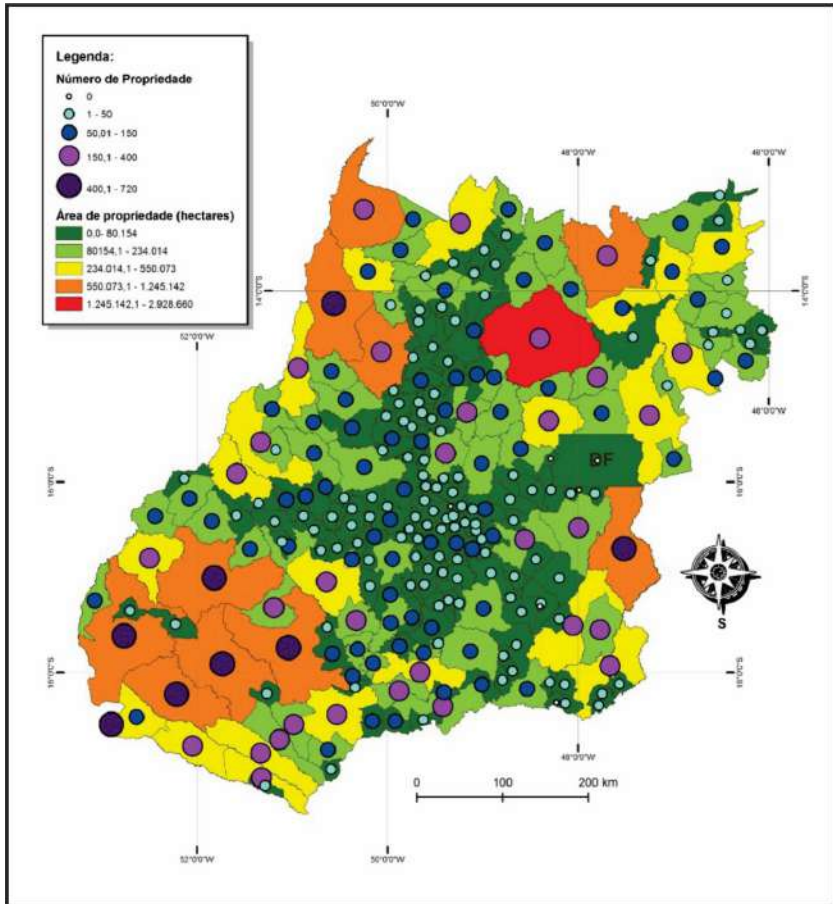
1 Artigo originalmente publicado na Revista GEOUSP: espaço e tempo, v. 27 n. 1, 2023.

A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA EM GOIÁS: A DISTRIBUIÇÃO DO LATIFÚNDIO E DO MINIFÚNDIO

O mapa 1 demonstra a quantidade e a área dos grandes imóveis rurais em Goiás na escala municipal. Nota-se maior concentração de área pelos latifundiários nas mesorregiões Norte, Noroeste, Leste e Sul. No Norte, do montante de área detida em hectares pelas diferentes classes de propriedade, o latifúndio concentra 62% e 6,10% do percentual de imóveis rurais, no Noroeste esses valores são de 61,48% e 9,48%, no Leste de 52,74% e 6,14%, no Sul de 51,14% e 7,74%, nessa sequência. O Centro diverge desse cenário, os grandes imóveis detêm 35,79% da área e 3,32% das propriedades da mesorregião.

Em Goiás, as grandes propriedades são 6,22% dos imóveis rurais e concentram 53,75% do total quando consideramos os médios imóveis rurais: em dados absolutos, são 19.637 imóveis que detêm 31.228.476,30 hectares. No Norte, em Cavalcante, o latifúndio controla 21,40% das propriedades e 80,16% da área; em Niquelândia, detém 5,98% dos imóveis e 82,26% das terras; em Porangatu, concentra 7,86% das propriedades e 55,61% da superfície; em Nova Roma, domina 9,94% das unidades e 59,72% da terra, e em São João D'Aliança detém 11,30% e 57,33%, respectivamente.

Figura 1 – Estado de Goiás – Quantidade e área de grandes propriedades na escala municipal (2018)



Fonte: Incra, 2018.

No Noroeste, em Nova Crixás, o latifúndio concentra 29,38% dos imóveis e 75,04% das terras; em São Miguel do Araguaia são 12,20% das propriedades e 71,48% da área dos imóveis; em Crixás são 7,71% dos imóveis rurais e 65,85% da superfície; em Jussara, as grandes propriedades são 9,44% dos imóveis e 67,93% da área e em Montes Claros de Goiás, 18,17% e 65,21%, nessa ordem.

No Leste, em Cristalina, os latifúndios concentram 15,51% dos imóveis rurais e 61,98% da terra; em Formosa, 7,02% das propriedades e 61,40% da área; em Padre Bernardo, 10,12% das propriedades e 62,30% da superfície; em São Domingos, 7,11% propriedades e 52,45% da terra; em Flores de Goiás, 10,82% das unidades e 72,70% da área.

No Sul, em Caiapônia, os latifúndios controlam 9,70% dos imóveis rurais e 52,03% da área; em Mineiros possui 11,31% das propriedades e 58,19% da terra; em Serranópolis, 22,04% das unidades e 75,82% da superfície; em Jataí, 9,82% das propriedades e 52,31% dos hectares, em Rio Verde, 9,75% das unidades e 55,80% da área, nessa sequência. No Centro, os municípios com maior concentração fundiária são Goianésia, Ivolândia, Barro Alto e Itapaci, que detém 8,22%, 11,06%, 11,35%, 6,4% das propriedades e 55,95%, 55,11%, 62,68%, 42,18% da área, respectivamente. No estado de Goiás, Niquelândia e Cavalcante são os municípios com maior concentração fundiária, no primeiro, o latifúndio se apossa de 82% das terras, no segundo de 80%.

A estrutura fundiária é o estado determinado, transitório da correlação de forças tecido pelas classes sociais no espaço/tempo. Sua produção é fruto de lutas históricas, de tensões (Motta, 2011). O Estado legal em Goiás nos séculos XVIII, XIX e, via de regra, no século XX foi mera ficção, haja vista que as oligarquias atuaram, quase sempre, ao arrepio da lei. O domínio da terra se fez conforme determinações de classe (Alencar, 1993). A força física, paramilitar, com anuência “a macheza, a brabeza”, a suposta virilidade, ao “*cano da cartucheira*” foram mediações de obtenção da propriedade privada da terra, e tudo isso com o consentimento institucional a acumulação primitiva. Oligarquias também ampliaram seus domínios com a compra, herança e casamentos intraclasse. Os latifúndios se configuraram em reservas de valor (Aguiar, 2001).

O intuito oligarca foi o controle da renda territorial (Maia, 2011), cujo intento foi atingido com a assunção do poder do estado. A província de Goiás foi controlada por clãs de origem portuguesa, como as famílias Fleury e Jardim (Aguiar, 2001). Nela as sesmarias foram diminutas, requerimentos, concessões, confirmações foram exíguos, além da observação de dimensão do terreno em três léguas de comprimento e uma de largura após o século XVIII (Silva, 2000). Campeou-se, na região, a posse arbitrária, as enormes glebas, posseiros ricos se converteram em criadores de gado, senhores de engenho, especuladores, o tamanho da terra foi determinado pela ocupação do rebanho bovino (Silva, 2000; Borba, 2018).

Parte diminuta deles solicitaram a sesmaria ao Estado português, outros as abandonaram. As sesmarias medidas e confirmadas utilizaram técnicas inusitadas, como encher o cachimbo, caminhar a passo com o cavalo e após o consumo de todo fumo determinar uma légua (Silva, 2000). A Lei de Terras nº 601, normatizada pelo Regulamento nº 1.318, exigiu a confirmação das sesmarias e a validação das posses detidas até 1854. Sua execução se deu ao sabor dos presidentes das províncias, dos posseiros ricos, de seus interesses escravocratas, de aferição da renda fundiária (Maia, 2011; Borba, 2018).

Na República Velha, o interesse oligárquico se manteve com a transferência das terras devolutas para os estados. Soma-se a isso o coronelismo, com a política dos governadores, seus pactos, compromissos, tráfico de influências, sua objeção à oposição mediante a verificação de poderes (Campos, 1983). Isso conformou o controle do executivo, legislativo, judiciário e engendrou o poder absoluto dos coronéis. Constituíram-se potentados defensores de sanções, ações, legislações favoráveis a oligarquia.

Em Goiás, nesse momento, a arrecadação fiscal foi detida pelos latifundiários, os tributos sobre a terra foram irrisórios e houve oposição às infraestruturas de circulação. Tentativas de

moralização e efetivação da institucionalidade foram rechaçadas. No domínio xavierista, a proibição de condescendências fiscais aguçou a ira dos coronéis do Norte e do Sul de Goiás. Eles arremataram “homens de confiança” e avançaram sobre a capital (Campos, 1983). A “revolução” de 1909 garantiu os interesses da oligarquia pecuarista.

Outra expressão do poder absoluto dos coronéis no início do séc. XX foi a questão judiciária. O conflito envolveu o poder executivo e judiciário devido à concessão de 1.071.476 hectares às margens do rio Araguaia a Antônio Caiado (Pereira, 2006). De acordo com esse autor, o irmão de Antônio Caiado, Brasil Ramos Caiado, propôs a modificação da lei nº 725, que impunha pagamento dos custos processuais e de demarcação da área, intento negado pelo Tribunal de Justiça de Goiás-TJ/GO. A contenda resultou na ampliação do número de desembargadores e a divisão do TJ/GO nas comarcas civil e criminal, isso permitiu o controle oligárquico do judiciário goiano.

Acrescenta-se as leis agrárias do interregno de 1890 a 1930, tais como a Lei nº 28, conhecida como Lei de Terras de Goiás, suprimida pela Lei nº 134, bem como a Lei nº 735 de 1919. Essas leis privilegiaram a oligarquia agrária. Também houve o descumprimento das determinações do Regulamento da Lei de Terras nº 1.318, uma vez que os cartórios reconheceram como títulos legítimos o registro paroquial, ou contratos de compra e venda posteriores a esse regulamento.

A inserção do Brasil no regime de acumulação urbano-industrial se deu pela via prussiana de desenvolvimento capitalista (Borba, 2018). Frações da burguesia urbano-industrial se aliaram à oligarquia agrária, e o poder do estado foi entregue a frações oligárquicas opositoras (Pereira, 2006). Segundo esse autor, o bloco de poder conformado em Goiás pós-1930 foi constituído no Sul goiano, especificamente em Rio Verde. O coronel

Martins Borges e seu genro Pedro Ludovico, descontentes com o caiadismo, migraram para oposição e se aliaram à burguesia mercantil do Triângulo Mineiro, isso os legitimou ao poder no governo Vargas.

De 1930 a 1964 a oligarquia Ludovico não alterou a estrutura fundiária. Contraditoriamente, as Leis nº 52, 313, 3.059 e os artigos 141 e 136 da Constituição Estadual de 1947 cogitaram a revisão da estrutura fundiária. Contudo, os artigos constitucionais não foram efetivados e a Lei nº 52 não foi regulamentada (Campos, 2015). Já o artigo constitucional 150 e a Lei nº 1.067 foram efetivados conforme os interesses oligárquicos. Na ditadura militar, as oligarquias Caiado e Lage disputaram no interior da União Democrática Nacional (UDN) o controle de Goiás nos gabinetes militares de Brasília (Pereira, 2006).

Com a abertura política, Mauro Borges, aliado de Henrique Santillo, Íris Resende pactuado com Derval de Paiva, disputaram o controle do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB. A maior capacidade de arregimentação garantiu o domínio de Íris, que enfrentou as oligarquias Caiado e Lage, aglutinadas no Partido Democrático Social (PDS). Apesar de cisões intraclasse, esses grupos representaram interesses conservadores oligarcas. O período marconista (1999-2018) manteve os interesses oligárquicos com verniz de modernização, desenvolvimento e planejamento estratégico.

Contemporaneamente, Ronaldo Caiado radicaliza tais interesses. A análise da política goiana comprova que historicamente frações da oligarquia agrária se alternaram no poder. O controle da propriedade capitalista da terra viabilizou o domínio do território. Em Goiás, há um imaginário social ideológico deliberado do fazendeiro, concebido como produtor do espaço, sinônimo de honestidade, labor, cupidez, por isso detentor de imensas propriedades. Essa captura simbólica, que legitima o controle material, se

expressa, por exemplo, no ícone de um homem montado num cavalo² na praça Cívica, ponto nuclear do poder do estado.

A ideologia do trabalho permeia classes e grupos sociais, que entendem que a terra possuída é resultado de trabalho laborioso. Os latifundiários, compreendidos como homens de sucesso, inteligentes, são legitimados como competentes, eficientes para o governo do estado. Subjaz o entendimento de que a riqueza material é sinônimo de trabalho, de que a promessa capitalista de bonança é exequível a todos. O poder do Estado significa domínio da legitimidade social da ação, da sanção, da política pública, da normatização do espaço. O Estado em Goiás é oligárquico porque viabiliza os negócios da oligarquia agrária.

No Brasil, a grilagem é um instrumento histórico de apropriação da terra. Grileiros, pactuados com serventuários, tabeliões de cartórios de imóveis, juizes, promotores, deputados, delegados, advogados, assentados em redes de solidariedade, em subornos, legalizam o ilegal (Motta, 2001; Campos, 2015; Maia, 2011). Segundo os autores, em Goiás, há o fenômeno das cercas “andantes”, dos nomes de rios e montanhas modificados, dos documentos forjados em fornos, com uso de folhas de Assa Peixe (*Vernonia polysphaera*), de grilos, redigidos e timbrados com tintas e selos antigos.

Igualmente, existem as cadeias sucessórias fabricadas; antigos latifundiários concebem filhos nas artimanhas dos cartórios. Segundo Motta (2001), com base no “*Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil*”, em 1999, eram suspeitos de grilagem 100 milhões

2 A Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira, denominada também de Praça Cívica, é o marco inicial da edificação de Goiânia, capital do estado de Goiás, localizada no centro da cidade. Nela há a estátua de Pedro Ludovico Teixeira sobre um cavalo. A despeito da suposta menção ao deslocamento dele por Goiânia no momento de sua construção. O símbolo supracitado reforça a concepção ideológica dos bandeirantes, latifundiários ebrugreiros como os agentes fundamentais de produção do espaço goiano.

de hectares no Brasil, em Goiás esse valor era de 1.306.363ha. Borba (2018) menciona em Goiás a “*Estranha Caravana*”, grupo grileiro liderado por João Inácio. Seus membros se intitularam funcionários do “*Ministério das Coisas Velhas*”, o que legitimou o acesso a paróquias para amealhar folhas do livro do registro paroquial, como realizado no distrito do Carmo, em Porto Nacional.

Em Goiás, nesse instante, vigorava sobretudo no Norte, o regime de posse, o propósito dos grileiros era obter registros paroquiais e antigas cartas de concessão de sesmarias, forjar cadeias sucessórias, fabricar títulos de propriedade e expulsar posseiros pobres (Borba, 2018). O autor menciona ações de João Inácio em Porangatu, Pirenópolis e em estados limítrofes, comprovadas por comissão parlamentar de inquérito de 1960. Também afirma a (in)ação dos governadores José Feliciano e José Ludovico acerca de ações discriminatórias para averiguação de títulos fundiários, desatenção a atuação de corretores de imóveis e grileiros no Departamento de Terras e Colonização de Goiás (DTC-GO).

Adiciona-se as acusações de levantamento de terras devolutas com favorecimento a correligionários políticos e latifundiários. As denúncias no DTC-GO implicaram na criação do Instituto de Terras e Colonização de Goiás (Idago) em 1960, mas Mauro Borges não avançou na investigação de títulos fundiários suspeitos, favoreceu a especulação fundiária e a questão agrária foi suprimida pela questão técnica (Borba, 2018). No regime militar os pactos de especuladores, grileiros com capitalistas internacionais, como *Stanley Amos Selig*, mediante requerimentos de terras em nome de terceiros e uso da grilagem permitiu o esbulho de terras devolutas.

Nas primeiras décadas do século XXI a política fundiária brasileira favorável à oligarquia agrária se manifesta nas Leis nº 422/2008, 558/2009, 13.465/2017 e no projeto de Lei nº 191/2020 (Alentejano, 2020). As duas primeiras legislações compuseram o “Programa Terra Legal”, instrumento criado no governo LULA

que facilitou e ampliou o limite de regularização fundiária na Amazônia para 1.500ha. A terceira ampliou esse valor para 2.500ha, com parcelamento e pagamento irrisório em vinte anos, carência de três anos para início da quitação e juros reduzidos.

Já o projeto de Lei nº 191/2020, válido para todo Brasil, reafirma 2.500ha passíveis de regularização e dispensa a fiscalização. Também se baseia na autodeclaração do posseiro rico, amplia o prazo de ocupação inicial para o ano de 2018 e concede regularização de mais um imóvel por titular (Alentejano, 2020). Em Goiás, a Lei nº 18.826/2015 dispõe sobre as terras devolutas, cobra pelo valor da terra nua, pelos procedimentos administrativos e regulariza áreas de até 1.000ha (Silva, 2021). Essa legislação reafirma a valorização da propriedade privada capitalista.

Campos (2015) e Borba (2018) mencionam o descontrole histórico das terras devolutas, a conivência com a grilagem e a inoperância da legislação agrária em Goiás. Maia (2001) entende que o Estado participou da limpeza das áreas griladas e amparou a expulsão de posseiros pobres. Silva (2000) afirma que permanece em Goiás uma mentalidade de poder ilimitado do latifundiário, de propriedade absoluta da terra. Isso quer dizer que subjaz a edificação do latifúndio, conteúdos de acumulação primitiva, assegurada pelo poder paramilitar e pelo abono legal do Estado ao esbulho das terras devolutas.

A modernização do território com as ferrovias, rodovias, a edificação de Goiânia, de Brasília, a construção de usinas hidrelétricas promoveu a elevação da renda fundiária (Campos, 2015; Pereira, 2006). A via prussiana de desenvolvimento capitalista, com pacto de classes, conformou o endosso ao latifúndio como reserva de valor. A política agrícola, amparada na “modernização conservadora”, possibilitou a suposta modernização do latifúndio.

Políticas públicas como o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

(Polocentro), o Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (Prodecer) compuseram o conjunto de condições efetivas de viabilização do latifúndio. Em Goiás, se adiciona o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e o Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (Fomentar).

A política agrícola acentuou a concentração fundiária, expulsou o meeiro, o agregado para as corruptelas, para centros urbanos médios e metropolitanos (Campos, 2015; Ferreira; Mendes, 2009). Na escala mesorregional, a formação dos latifúndios no Sul goiano se deu principalmente no final do século XIX, com dotação de isenção fiscal, validação da “guerra justa” contra os indígenas (Alencar, 1993). Houve, também, a contribuição das condições fisiográficas, a posição geográfica em relação ao Sudeste, a dotação de infraestrutura de circulação e o avanço da pecuária.

Maia (2001) acrescenta que áreas enormes foram regularizadas por contratos de compra e venda e ativo mercado de terras foi impulsionado pela expansão cafeeira. Após 1970, muitos fazendeiros “tradicionais” do Sul negociaram seus latifúndios com paranaenses, gaúchos e catarinenses. No Norte, a grilagem, a sanha para apropriação de terras, ocorreu simultânea à dotação de infraestruturas urbanas e de circulação, como a construção de Brasília e da BR-153. Embora antes desse período já existissem latifúndios resultantes dos períodos minerário e pecuário (Aguilar, 2001).

No Centro e no Leste, a formação dos latifúndios também foi concomitante à extração do ouro de aluvião. A pecuarização foi a atividade que acentuou a formação de enormes posses. No Leste, enormes sesmarias e posses se constituíram pelo avanço da pecuária do vale do São Francisco (Bertran, 1994). Inúmeros desses latifúndios foram negociados com mineiros e paulistas no decorrer do século XX, sobretudo no período da Marcha para o Oeste e da construção de Brasília.

A fragmentação subsequente de muitos deles se deveu à urbanização, a concentração de infraestruturas de circulação e comunicação e a divisão familiar. No Noroeste, as condições fisiográficas e as infraestruturas de circulação conformaram a região da “*Estrada do Boi*”. Segundo Barreira (1997), a ocupação inicial se fez por nordestinos, criadores de bovinos em moldes tradicionais. A frente pioneira se concretizou com goianos originários do Sul, do Centro goiano, com mineiros e paulistas, que instalaram latifúndios, monocultura de pastagem e a pecuária moderna.

A pecuária moderna foi o gatilho para construção da GO-164, que articulou a mesorregião ao mercado nacional, internacional, elevou a renda fundiária e ativou a especulação da terra. Contraditoriamente, o minifúndio representa a dimensão irrisória da propriedade da terra, o que pode impedir a reprodução camponesa. Parafraseando Chayanov (1974), representa o desequilíbrio dos fatores terra, trabalho e capital. No mapa 2, se observa a distribuição deles em Goiás na escala municipal. Esses imóveis controlam 3,53% da área das diferentes classes de propriedade, em contrapartida, detém 42,14% das propriedades.

Em números absolutos, são 133.053 imóveis rurais, numa área de 2.393.743,88 hectares. Na escala mesorregional, o Leste goiano detém 2,18% da área e 49,83% do número de unidades de produção. No Sul 3,31% da área e 35,62% dos imóveis, no Centro 8,19% da área e 49,31% das propriedades, no Noroeste 3,81% da área e 36,24% das unidades de produção, no Norte esses valores são de 3,25% e 40,72%, respectivamente. No Centro, os minifúndios são significativos em Bela de Vista de Goiás, com 68,98% das propriedades e 21,02% da área, em São Luís de Montes Belos, com 62,25% e 15,67%.

Adiciona-se Itapuranga, com 53,42% e 12,28%, Anápolis, com 52,67% e 8,63% e Jaraguá com 41% e 6,15%, nessa ordem (Mapa 2). No Noroeste, Goiás, com 48,89% dos imóveis e 8,38%

da área, Faina, com 39,68% e 6,97%, Piranhas, com 37,36% e 4,43%, Jussara, com 43,26% e 3,20% e Crixás, com 37,75% e 3,06%, nessa ordem são os municípios com maior destaque. No Norte, em Mara Rosa, os minifúndios são 48,94% das propriedades e 9,53% da área, em Uruaçu, 46,84% e 9,38%, em Minaçu, 43,40% e 7,58%, em Porangatu, 37,65% e 3,40% e em Niquelândia 39,16% e 1,37%, respectivamente.

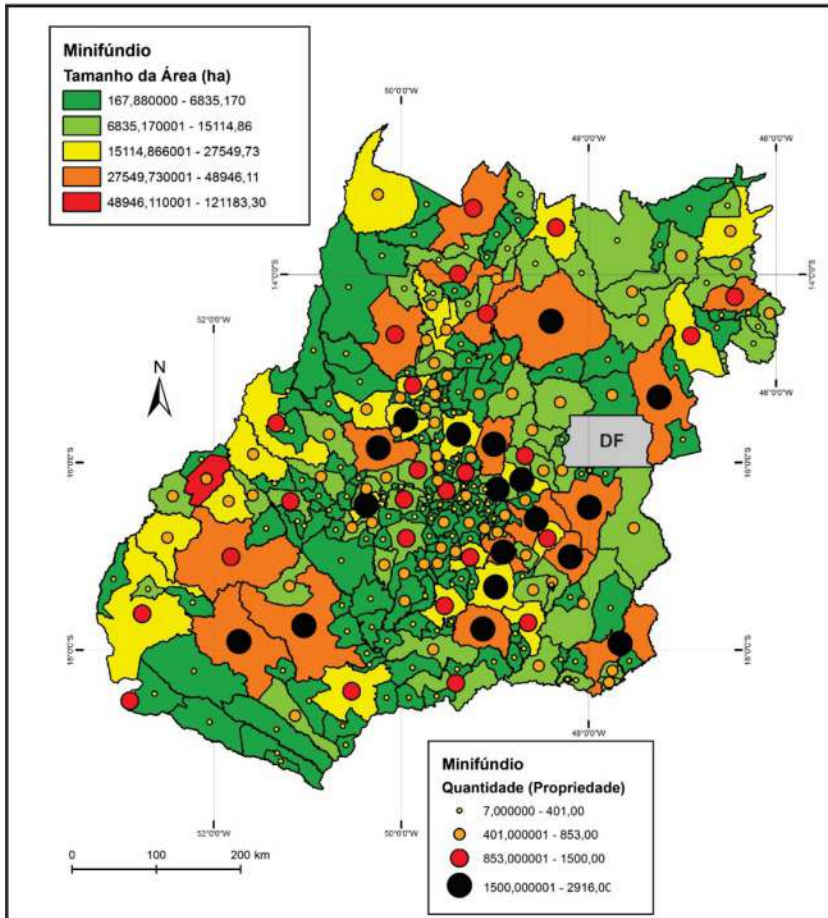
No Sul, em Orizona concentram 51,72% das propriedades e 11,96% da área, em Morrinhos, 46,69% e 8,52%, em Silvânia, 45,83% e 7,11%, em Catalão, 42,96% e 5,67% e em Piracanjuba, 42,50% e 6,94%, nessa ordem. No Leste, em Buritinópolis, os minifúndios correspondem a 83,77% dos imóveis rurais e detêm 27,53% da área, Damianópolis, 71,85% e 19,88%, Novo Gama, 79,35% e 13,11%, Águas Lindas de Goiás, 67,80% e 16,76% e Abadiânia, 66,44% e 15,77%, respectivamente.

As hipóteses para a distribuição desigual dos minifúndios envolvem aspectos da renda da terra, do binômio latifúndio-minifúndio, da relação capital/trabalho, do fenômeno da segunda residência. Nas mesorregiões Sul, Centro e Leste, especificamente na microrregião do Entorno de Brasília, a presença de monoculturas de exportação, densas redes de circulação e comunicação, centros urbanos médios e metropolitanos, condições fisiográficas favoráveis, elevam a renda fundiária. Camponeses minifundiários arrendam suas terras para agentes do agronegócio, dada a impossibilidade de aquisição de glebas de familiares e vizinhos.

No Sul, inúmeros minifúndios são arrendados para a produção de cereais e cana-de-açúcar. Outros sobrevivem subalternos ao *agronegócio*, usam o pacote tecnológico das corporações multinacionais, são integrados às cadeias de aves, leite, suínos. Nos municípios das regiões metropolitanas, que sediam cidades médias, se consolida um cinturão de abastecimento de hortifrutigranjeiros e de derivados lácteos. Como hipótese, esses seriam

os casos das regiões metropolitanas de Brasília, Goiânia, dos centros urbanos médios de Catalão, Jataí, Rio Verde, Itumbiara, Anápolis, de municipalidades do Entorno de Brasília.

Figura 2 – Estado de Goiás – Quantidade e área dos minifúndios na escala municipal – 2018



Fonte: Inbra, 2018.

Os camponeses minifundistas são beneficiados pela renda diferencial I. A localização em relação ao mercado e, em menor grau, a qualidade dos solos garantem a reprodução social. Essas famílias são funcionais ao capitalismo, sofrem a monopolização do território pelo capital (Oliveira, 1995). Elas produzem horti-frutigranjeiros, criam pequenos animais, fabricam produtos lácteos, da cana-de-açúcar, comercializados em feiras livres, feiras da agricultura familiar, redes de supermercado, frutarias, padarias, lanchonetes, nas Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa).

Assegurado na renda da terra, afirma-se que a condição de camponês minifundista no Norte, especificamente na microrregião da Chapada dos Veadeiros, é diametralmente oposta àquela desse sujeito no Centro, por exemplo, na microrregião de Goiânia. Também são associados aos minifundiários um universo de sujeitos oriundos da classe média que carregam uma imagem social bucólica do campo, ou o veem como espaço de lazer. Como afirma Williams (1989), concebem essa forma espacial como expressão de paz, inocência, virtude simples, de refúgio, salvação, de lugar do homem gentil, de fuga da violência e do suposto caos dos centros urbanos metropolitanos, de ojeriza ao modo de vida urbano.

Soma-se a isso a memória da vida pretérita no campo, o desejo de experimentar sabores, cheiros, sons, sensações vividas na infância/adolescência, oportunizados pela vida campestre. Isso promove um ativo mercado imobiliário, em que diminutas áreas são negociadas próximas a lagos de Usinas Hidrelétricas, a rios caudalosos, em lugares de paisagens cênicas, o que configura o fenômeno da segunda residência. No Norte, Noroeste e Leste, sobretudo na microrregião do Vão do Paranã, assim como nas demais mesorregiões, o minifúndio, em inúmeras situações, é recriado na relação capital/trabalho. Trata-se da cessão da força de trabalho aos latifundiários limítrofes, ou a “empresários” rurais produtores de *commodities*.

Trata-se de campesinato recriado como trabalhador para o capitalista, mediante baixíssima remuneração (Martins, 1986a). Os minifúndios fornecem trabalhadores temporários para o processo de modernização da agricultura em Goiás (Pereira, 2006). Martins (1986a) informa que o capital invade a propriedade camponesa, retira dela os braços de maior vitalidade, insere o trabalho feminino e infantil prematuro na produção agrícola, o que garante a reprodução do camponês e, contraditoriamente, do operário para o capital. O trabalho camponês barato, em sua condição de operário, ocorre porque sua reprodução não é mediada apenas pelo salário.

No Leste, Norte e Noroeste, minifundiários sediados nas adjacências dos centros urbanos também são recriados pelo fornecimento de hortifrutigranjeiros, de derivados lácteos, pela criação e comercialização de pequenos animais. A incidência de minifúndios também se associa ao processo histórico desigual, contraditório e combinado de colonização do território goiano, de avanço da frente de expansão e da frente pioneira. A título de exemplo, nas áreas de mineração, os minifúndios também se constituíram pela divisão subsequente das propriedades (Alencar, 1993). Latifúndios e minifúndios são expressões de necessidade de realização da reforma agrária, que deve ser conduzida conforme as especificidades regionais/locais.

OS CAMPONESES GOIANOS: A LABUTA E A LUTA NAS PEQUENAS PROPRIEDADES E ASSENTAMENTOS

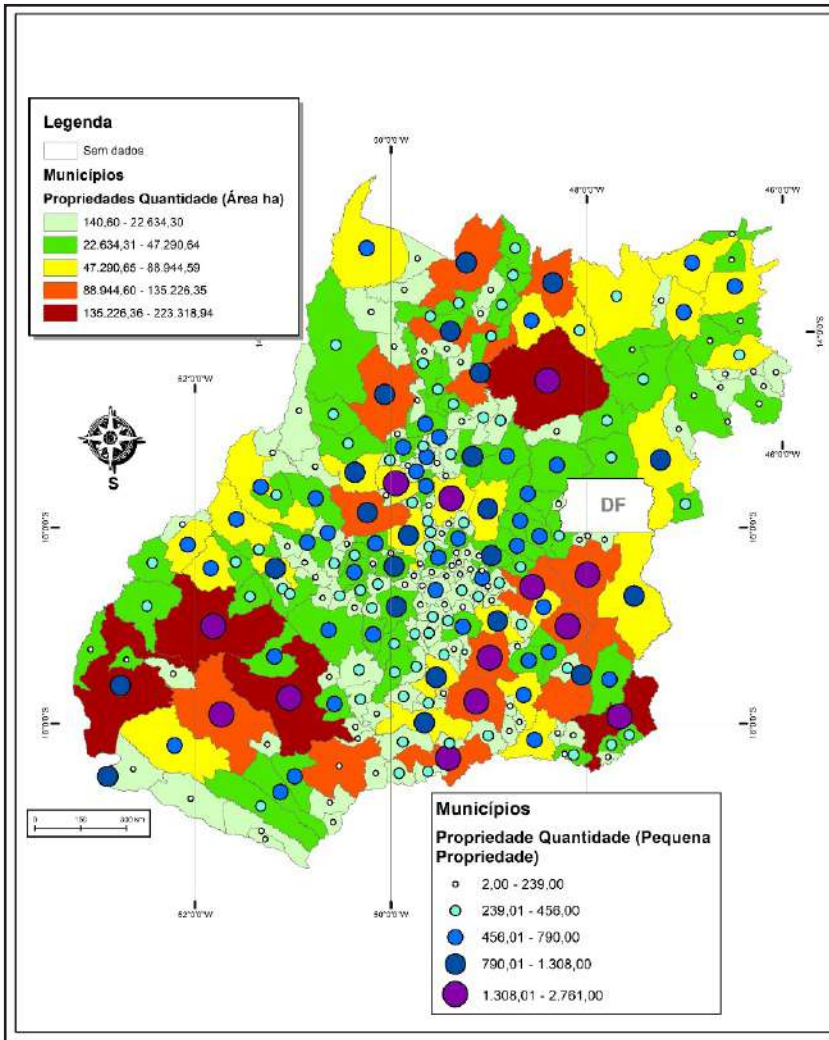
No Mapa 3, se observa a distribuição das pequenas propriedades na escala municipal. No estado de Goiás, esses imóveis correspondem a 34,09% das diferentes classes de propriedades e detêm

14,40% da área, em dados absolutos são 315.697 unidades que concentram 58.096.266ha. Na escala mesorregional, o Norte concentra 36,46% das propriedades e 12,45% da área, o Sul, 35,73% e 14,94%, o Noroeste, 33,36% e 10,16%, o Leste, 27,40% e 12,99%, o Centro, 34,47% e 24,72%, nessa ordem. Em Goiás os minifúndios e as pequenas propriedades controlam 76,23% das propriedades.

Na escala mesorregional, no Leste essas classes de propriedade detêm 77,23% das unidades de produção e 15,17% da área, no Sul, 71,35% e 18,25%, no Centro, 83,78% e 32,91%, no Noroeste, 69,6% e 13,97%, no Norte, 77,18% e 15,7%, nessa sequência. No Leste, em Luziânia, os pequenos imóveis formam 33,50% das diferentes classes de propriedade e 20,43% da área, em Pirenópolis, 26,13% e 23,79%, em São Domingos, 31,23% e 14,59%, em Cristalina, 33,30% e 8,37%, respectivamente. No Norte, em Uruaçu as pequenas propriedades são 38,98% e possuem 34,43% da área, em Minaçu esses valores são de 42,18% e 27,34%, em Mara Rosa, 36,81% e 26,76%, em Nova Roma, 39,64% e 14,23%, nessa ordem.

No Centro, em Bela Vista de Goiás, os pequenos imóveis concentram 25,47% das propriedades e 42,30% da área, em Iporá esses percentuais são de 41,73% e 35,98%, em Itapuranga, 33,96% e 30,43%, em Hidrolândia, 27% e 29,06%, nessa sequência. No Noroeste, em Faina as pequenas unidades possuem 40% dos imóveis rurais e 27,60% da área, em Goiás esse percentual é de 33,22% e 21,92%, em São Miguel do Araguaia, 30% e 21%, em Piranhas, 38% e 18,59%, respectivamente. No Sul, em Orizona, as pequenas propriedades detêm 36,43% dos imóveis e 37,68% da área, em Morrinhos são de 37,38% e 29,11%, em Piracanjuba, 38,56% e 27% e em Silvânia de 36,36% e 25,16%, nessa ordem.

Figura 3 – Estado de Goiás – Quantidade e área das pequenas propriedades na escala municipal – 2018



Fonte: Incra, 2018.

Tem-se como conjectura que a reprodução histórica da pequena propriedade envolve a divisão vintenária das grandes e médias propriedades, as políticas agrárias do Estado, a recriação funcional camponesa, a luta pela terra e pela reforma agrária, a elevação da renda fundiária e a cessão de glebas como pagamento de pactos de lealdade. No período colonial, nas áreas de mineração, escravos forros, empregados leais aos seus senhores receberam doações de terras de meia légua em quadra (Aguiar, 2000; Borba, 2018).

Os camponeses com terra foram representados pelos posseiros: escravizados “libertos”, mestiços, bastardos, brancos pobres com ranchos de capim construídos em terrenos devolutos ermos, com lavouras de autoconsumo, conduzidas com exíguos instrumentos técnicos (Campos, 2015; Silva, 2000). Como sujeitos sociais determinados, foram submetidos à precedência legal da sesmaria em relação à posse (Martins, 1986b). O posseiro é o sujeito das franjas, das margens da colonização. Motta (2001) os compreende como sujeitos anônimos de uma história de expulsão que questionam a legalidade do latifúndio.

No século XX, o Centro-Norte e o Norte de Goiás se converteram em espaços de recriação do posseiro, isso ampliou o número de pequenos imóveis entre 1920 e 1960 (Borba, 2018). Requerimentos impetrados no Estado com alegação do caráter devoluto das terras, contraposição ao direito absoluto foram instrumentos usados na luta pela regularização fundiária, aspectos negligenciados pela oligarquia agrária. Apesar de que, com a luta na terra em Trombas e Formoso, o estado de Goiás adquiriu a fazenda Onça e regularizou 343 imóveis, pagos pelos posseiros pelo valor de Cr\$1.000.000,00 por posse.

Mas os “moradores de favor”, em maior número, foram historicamente explorados pelo latifúndio, orbitaram em torno do coronel, que os utilizaram politicamente e os submeteram à

exploração pelas rendas em trabalho, dinheiro e produto (Lisita, 1996; Ferreira; Mendes, 2009). No século XVIII, XIX e, via de regra, no século XX o cativo da terra sujeitou o trabalho no campo em Goiás. O camponês agregado formou a “*roça de toco*”, manejou o rebanho bovino, pagou com pastagens, produção de bezerros, de cereais o uso da terra.

A formação da pequena propriedade, também se deu pelos projetos de colonização, como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás-CANG, ou planos estaduais, como em Itapirapuã, Rubiataba, Santa Cruz e no distrito de Colônia de Uvá (Goiás), ou de combinados agro-urbanos no governo Mauro Borges (Borba, 2018; Campos, 2015). Evidente que o *boom* inicial: “nos combinados agro-urbanos” foi suprimido pela frustração, devido às péssimas condições para a produção resultaram em abandono dos projetos, revoltas e reconcentração fundiária.

Houve, também, a rebeldia no Movimento de Trombas e Formoso, em Goianésia, na Fazenda São Carlos, além de conflitos entre posseiros e grileiros em Porangatu, Santa Tereza, Jusara, Britânia, Novo Brasil, Pilar de Goiás, São Miguel do Araguaia, Itapuranga, Baliza, Itapaci, Ceres, Planaltina, o que ocasionaram conquistas de regularizações fundiárias (Campos, 2015; Borba, 2018). O campesinato atuou como classe, tanto pelas ligas camponesas, associações, lutas de guerrilha, sindicatos, quanto pelos movimentos sociais. O campesinato em 1960 organizou o campo de treinamento guerrilheiro em Dianópolis, coordenado pela Associação Goiana dos Trabalhadores do Campo (AGTC), setor revolucionário das ligas camponesas (Borba, 2018).

O campesinato também participou do Congresso Nacional de Lavradores, realizou a Conferência Regional de Ceres, momentos em que propôs a reforma agrária radical mediante a luta armada, projeto contrário ao da Igreja Católica, ao Partido Comunista Brasileiro-PCB e ao governo Mauro Borges. Essa classe

foi objeto de expulsão, vítima de assassinato, ameaças de morte, torturas, despejos, agressões, humilhações, desqualificações. Esse conjunto de violência com endosso do Estado resultou em situações de acumulação primitiva. A maioria das posses foi convertida em partes do latifúndio.

A modernização do território ocasionou a elevação da renda fundiária, o que também restringiu a reprodução social camponesa, bem como converteu, contraditoriamente, médios proprietários em camponeses. Em Goiás subjazem à edificação da forma espacial da pequena propriedade conflitos de classe, (ina)ações de políticas agrárias do Estado e estratégias de economia familiar camponesa. O processo desigual, combinado e contraditório do desenvolvimento capitalista, converte os camponeses em sujeitos funcionais ao capitalismo em determinados espaços, mesmo com detenção de pequena área e, contraditoriamente, os expulsa em outros que possui interesse de produção e especulação da oligarquia agrária.

Os camponeses goianos abastecem o mercado interno, adquire bens de consumo, ofertam mão de obra barata e dinamizam as economias municipais. Nos municípios goianos, os camponeses comercializam produtos hortifrutigranjeiros, os quais sobrevivem da policultura, ou integrados às cadeias agroindustriais, como fornecedores dos impérios agroalimentares. Acrescenta-se redes dissidentes do *agronegocinho*, que articulam territórios-rede pelo uso do sistema técnico-científico informacional, criam grupos de cestas camponesas agroecológicas pelo aplicativo *WhatsApp*. Há, ainda, os camponeses que se recriam pelas Comunidades que Sustentam a Agricultura-CSA. De algum modo, constituem *geo-grafias* do campesinato, contrapostas a *geo-grafia* do agronegócio.

No universo das pequenas propriedades se inserem os assentamentos de reforma agrária. O mapa 4 revela a distribuição deles no território goiano. No ano de 2020, existiam 426 assentamentos

com 23.670 famílias assentadas. Cabe registrar que esse último dado corresponde às famílias efetivamente estabelecidas na terra, em contraposição à capacidade de assentamento do projeto de reforma agrária, o que eleva o número de famílias atendidas. Na escala mesorregional, o Norte concentra 19,95% dos assentamentos e 18,39% das famílias assentadas, no Noroeste esses percentuais são de 24,41% e 20,49%, no Leste de 25,35% e 41,48%, no Sul de 20,89% e 14,03% e no Centro de 9,38% e 5,59%, respectivamente.

Em valores absolutos, o Leste concentra 108 assentamentos e 9.820 famílias assentadas. No Noroeste esses números são de 104 e 4.850, no Sul, 89 e 3.321, no Norte, 85 e 4.354 e no Centro 40 assentamentos e 1.325 famílias atendidas. No estado de Goiás, o município de Goiás é a maior municipalidade em dados de assentamentos, 24. Embora, Formosa, localizada no Leste, concentre o maior número de famílias atendidas, 2.937. No Norte, os municípios com maior número de assentamentos são Montividiu do Norte, Niquelândia, Porangatu e São João D'Aliança, com 13, 11, 10 e 8 projetos de reforma agrária, respectivamente. No que tange ao número de famílias assentadas, São João D'Aliança, Montividiu do Norte, Porangatu e Minaçu possuem 661, 655, 580, 438 famílias beneficiadas, nessa ordem.

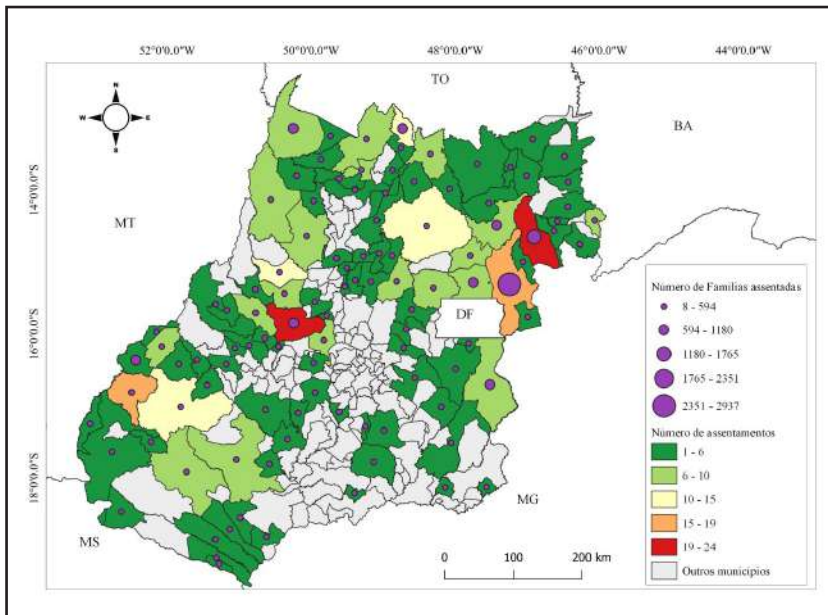
No Centro, se destacam Itaberaí com 6 assentamentos, Fazenda Nova, Santa Rita do Novo Destino e Heitoráí, com 5 projetos de reforma agrária. Quanto às famílias assentadas, os três primeiros municípios concentram 223, 190 e 143 famílias atendidas, nessa sequência. Já Goianésia detém 215 famílias beneficiadas. No Leste, Flores de Goiás, Formosa, Cristalina e Padre Bernardo contam com 22, 17 e 9 assentamentos. Os dois primeiros municípios possuem 1.325, 2.937 famílias assentadas, enquanto Planaltina e Cristalina concentram 802 e 596 famílias atendidas. No Sul se destacam Doverlândia, Caiapônia, Rio Verde e Jataí

com 15, 12, 9 e 6 assentamentos, assim como 514, 555, 376 e 415 famílias assentadas. Os assentamentos constituídos em Goiás ocupam uma área de 1.342.597,89ha, criados principalmente na década de 1990 e na primeira década de 2000.

Mas após 2010, houve um descenso na política pública de reforma agrária. Depois de 2015, foram construídos somente 14 projetos em Goiás, dois deles corresponderam à titulação de territórios quilombolas no Norte goiano, em Barro Alto e Cavalcante, com 898 famílias ocupando 263.813ha. Nos assentamentos foram territorializadas 417 famílias em 12.493,99ha, situadas sobretudo nas mesorregiões Noroeste e Leste. Em Goiás, na década de 1950, o governo de José Feliciano aventou a criação de colônias agrícolas no Norte do estado (Borba, 2006). Mauro Borges inclui no plano de governo uma proposta de reforma agrária cristã e democrática, representada pelos projetos de colonização.

Segundo Pereira (2006) e Borba (2018), esses projetos convergiram com os interesses dos latifundiários e das burguesias urbanas, qual seja, o privilégio as terras devolutas do Norte, com criação dos combinados agro-urbanos, inspirados nas experiências de colonização e cooperativismo dos *kibutzin* e *Moshaves* israelenses. A proposta não interferiu nas áreas de elevada renda fundiária, atendeu a economia urbana, com redução dos custos com matérias primas e capital variável. As burguesias urbanas, com a reforma agrária, tal como se deu nos países capitalistas centrais, poderiam extrair a renda da terra. No Brasil e em Goiás a proposição mobilizou setores reacionários contrários à reforma agrária, aglutinados na União Democrática Nacional (UDN), no Partido Social Democrático-PSD, nas organizações patronais do campo.

Figura 4 – Estado de Goiás – Quantidade de assentamentos e número de famílias assentadas na escala municipal – 1985 a 2020



Fonte: Incra, 2020.

Na correlação de forças, a oligarquia agrária garantiu a modernização do latifúndio, com tessitura de um pacto de classes e divisão do lucro e da renda da terra com as burguesias urbanas. O monopólio da terra representou freio histórico ao avanço do capitalismo urbano/industrial, a interceptação da renda da terra se fez na Europa e nos EUA pelo apoio à pequena propriedade, com realização da reforma agrária (Amin; Vergopoulos, 1977). O que se quer dizer é que os latifundiários, pelo monopólio da terra, garantiram historicamente direito à especulação sobre o mercado. Os camponeses precisaram utilizar toda terra à disposição, são históricos tomadores de preços, produzem independente da conjuntura de mercado, motivados pela reprodução social.

Por isso a reforma agrária não elimina a monopolização do território pelo capital. Os capitalistas urbanos mantêm, quase sempre, a captura da renda da terra. No Brasil, o capitalismo se realizou pela aliança do moderno com o atraso, os industriais se converteram em latifundiários (Martins, 1986b). Por isso, a despeito da industrialização da agricultura brasileira, com a criação das rendas de monopólio da vida e da morte, expressos nos *royalties* de germoplasmas de sementes e nas moléculas de princípios ativos de agrotóxicos, adicionado à fabricação do solo e as patentes industriais da mecanização pesada criadas pelo capitalismo monopolista financeiro/industrial, o monopólio da terra se impõe na interceptação de parte da renda da terra (Silva, 2021).

Os latifundiários, apoiados pelas corporações multinacionais, mesmo como consumidores de pacotes tecnológicos, se apropriam dos fundos públicos do Estado, tanto para aquisição do pacote tecnológico, quanto para o provimento de infraestrutura de circulação, armazenamento, industrialização da produção. Constata-se que não é o “*agro pop, tech, tudo*” que produz o espaço do campo e das cidades adjacentes aos monocultivos. O domínio da terra produz o domínio do território, do Estado nacional, que direciona o orçamento, as regulamentações, a política cambial, ambiental, agrária em favor dos interesses da oligarquia agrária, pactuada com as burguesias urbanas.

Essa coalização de classes implicou o fato de que Mauro Borges, na década de 1960, por exemplo, também reprimisse os posseiros, uma vez que o IDAGO não regularizou as posses requeridas. Igualmente, aderiu à reforma agrária redigida pela Aliança para o Progresso, pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais-IPES, com proposição de modernização do latifúndio e criação de projetos pontuais em espaços de conflito (Borba, 2018). Ele também assinou a “*Carta de Araxá*”, documento redigido por dezesseis

governadores conservadores, que pactuou com combate ao comunismo e a execução da contrarreforma agrária.

O Estatuto da Terra pós-1964 esvaziou a luta dos movimentos sociais do campo, privilegiou a empresa rural, o leilão das terras públicas, de tal modo que a reforma agrária perdeu força como instrumento de realização do capitalismo urbano-industrial. No Brasil e no campo goiano a estrutura fundiária concentrada resulta em concentração de poder, riqueza e negação da democracia. Os latifundiários sempre estão na “cadeira” ou se sentam à “mesa” do poder do Estado. Quanto aos assentamentos criados em Goiás, a maior parte deles se localizam distantes das principais redes de circulação, o uso e a apropriação seletiva do espaço implica em sujeitos e regiões marginalizadas (Silva, 2021).

Conforme esse autor, se constitui um espaço geográfico desigual, o Centro/Sul e a microrregião do Entorno de Brasília se tornam áreas *core* do agronegócio goiano de grãos, nas quais são realizados os maiores dispêndios em redes de circulação e comunicação, o que resulta em elevação da renda fundiária. Também, apesar da fabricação dos solos, as características naturais são determinações importantes na escolha dos locais de cultivo. No Centro/Sul, as condições fisiográficas são superiores para produção de *commodities*. A renda fundiária determina “lugares” destinados aos assentamentos e espaços privilegiados para o agronegócio.

Segundo Silva (2021), no Norte, Noroeste goiano e na microrregião do Vão do Paranã, a realização da renda da terra absoluta, associada à criação de viveiros de mão de obra barata, se combinam para a criação de projetos de reforma agrária. No Noroeste e Centro goiano os assentamentos constituídos também foram oriundos da ação da igreja da caminhada pós-1970 e da oposição sindical, no Sul resultaram do enfrentamento dos movimentos sociais ao agronegócio, sobretudo com a crise do setor

em 1990. A luta pela terra e pela reforma agrária surge nas áreas de elevada renda fundiária, todavia, os assentamentos criados, via de regra, são construídos nos lugares de renda fundiária menor. A isso se soma a fragilidade das políticas públicas destinadas ao campesinato, como a de desenvolvimento territorial rural. O próximo capítulo se atenta a essa questão em Goiás.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM GOIÁS¹

Na Europa, após 1970, o enfoque setorial do desenvolvimento rural foi substituído pelo prisma territorial, multifuncional (Dias; Medeiros, 2011). Regiões decadentes, dotadas de patrimônio natural, cultural e propícias ao turismo rural foram objeto de apoio dos Estados nacionais. Os agentes do desenvolvimento tornaram-se os atores locais, aliados a sujeitos localizados nas escalas regional, nacional e internacional. Expressões disso foram o Programa Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (Leader) e Leader+ desenvolvido na União Europeia e o Zonas de Capacitação e Comunidades Empresariais EZ/EC, implementado nos EUA (Sabourin, 2015; Filho; Abramovay, 2003). Conforme os autores, na América Latina, o desenvolvimento territorial rural transformou-se em sinônimo de combate à pobreza e o campo tornou-se espaço de vida, permeado por singularidades e peculiaridades locais.

1 Artigo publicado originalmente na Revista Sociedade & Território, v. 33 n. 2 (2021).

O debate conceitual resultou na abordagem territorial do desenvolvimento rural. No Brasil essa abordagem, além das referências internacionais, se sustentou na Constituição de 1988, na sua proposição de descentralização da gestão pública, com a criação de inúmeros conselhos, como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes), os consórcios municipais, com experiências importantes de desenvolvimento regional no Sul do Brasil, adicionado a ação da Confederação da Agricultura – Contag no Nordeste, especificamente no Projeto Umbuzeiro (Assocene) (Sabourin, 2015; Dallabrida, 2010). Nas primeiras décadas do século XXI, essas experiências e instrumentos legais, esse arcabouço teórico/metodológico sustentou a construção das políticas públicas no Brasil e em Goiás.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sabourin (2015) compreende política pública como um conjunto de ações ou inércia que agentes públicos adotam para solucionar problemas determinados. Trata-se de construções provenientes de enfrentamentos das classes e expressam valores, crenças, saberes, princípios, normas, regras sociais. As efetuadas no campo brasileiro na primeira década desse século originam-se de disputas de classe e de determinada concepção de desenvolvimento territorial.

Conforme ressalta Souza (1995), há um imbricamento de território e desenvolvimento, visto que a divisão do poder incide sobre a justiça social. O desenvolvimento como sinônimo de crescimento, de identificação de grupos alvo para aplicação de programas de redistribuição, revela-se distante das necessidades

humanas. Concebê-lo como exercício da liberdade, da participação, sem ter em conta o capitalismo, eivado de contradições, de poder heterônomo, significa demagogia política ou proposição de melhorias cosméticas.

O desenvolvimento é o exercício do poder de decidir, autonomia enquanto capacidade de se autorregar, com instituição de mais liberdade e justiça (Souza, 1995). Negação do Estado, ceticismo do produtivismo, da modernidade capitalista, controle e gestão do espaço vivido são elementos que compõem essa proposição autonomista. Kay (2018) afirma que, na América Latina, os projetos hegemônicos utilizaram pressupostos estruturalistas, marxistas, neoliberais e neoestruturalistas. A reforma do capitalismo, a adoção do socialismo, o desmonte do Estado desenvolvimentista e seu projeto de substituição de importações foram soluções dadas para superação do desenvolvimento dependente, bem como o equilíbrio do desenvolvimento interno conectado ao mercado global.

Sucintamente, os neoliberais propõem o desenvolvimento como sinônimo de liberalização, de prioridade do mercado; os neoestruturalistas adotam a combinação e o equilíbrio entre Estado e mercado, os estruturalistas veem o Estado como agente de planejamento, de intervenção e de investimento econômico (Krisztobal, 1993). Os neoestruturalistas defendem o Estado hábil, pragmático, capaz de dirigir o mercado, de investir mirando as exportações e de estimular a promoção da equidade (Kay, 2018). Mas o progressismo negligenciou os conflitos de classe e sustentou o extrativismo, dando limites e concessões aos capitalistas para comporem seus projetos de desenvolvimento (Gudynas, 2019).

Sob o slogan “*Eu te contamina, mas eu te pago*”, esses projetos ampliaram contradições e limites da exploração da natureza e do trabalho. A crise de exportação de *commodities*, com redução de preços e declínio da demanda chinesa esgotou o

progressismo no Brasil no início da segunda década do século XXI. O que se viu, no Brasil, foi um declínio das políticas de redução da pobreza e de promoção do consumo. Na década de 2000 permaneceu o modelo neoliberal, despido do equilíbrio entre concessões ao mercado e políticas redistributivas. O desenvolvimento territorial rural das primeiras décadas do século XXI decorreu do progressismo, preocupado com a mitigação dos efeitos do neoliberalismo, especificamente com a redução da pobreza rural. Favareto (2010) defende que em 1950 o desenvolvimento rural foi sinônimo de unidade da população com os governos para o desenvolvimento do campo.

Entre 1960 e 1980, os programas de desenvolvimento rural foram suprimidos, ressurgiram em 1990, dentro da crise da dívida externa dos países periféricos e das políticas de ajuste estrutural. O Banco Mundial (BM) e a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) aderiram ao prisma territorial (Favareto, 2010; Geraldi, 2012). Nos países periféricos, esse modelo tornou-se solução para a pobreza rural e para diversificação das exportações (Favareto, 2010; Fialho; Waquil, 2008), como é o caso do Brasil, que assimilou os pressupostos teóricos europeus (Schneider, 2004).

Na literatura tornou-se sinônimo de pluriatividade, sustentabilidade e supressão do produtivismo agropecuário, cujas concepções marginais propuseram a superação do agricultor familiar pelo agricultor/camponês, agente de estratégias autônomas. O Brasil aderiu às diretrizes do BM, do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola-FIDA, do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola-IICA (Sabourin, 2015; Fialho, Waquil, 2008). Por isso a literatura nacional aderiu aos termos: pluriatividade, multifuncionalidade, identidade, sustentabilidade, multiescalaridade, conhecimento e empreendedorismo local, capital social, simbólico, descentralização, participação, ativos locais,

elementos que conformariam o denominado “novo” rural (Abramovay; Filho, 2003; Sabourin, 2002; Schneider, 2004; Clemente, 2013; Delgado; Leite, 2011).

Schneider (2004) compreende desenvolvimento territorial rural enquanto processo de transformação produtiva, ambiental e institucional para redução da pobreza e promoção da qualidade de vida. Dallabrida (2010) o define como ação social coletiva local organizada, para promoção de mudanças conjunturais e estruturais, condicionadas às determinações macroescalares. A abordagem territorial atende aos objetivos de planejamento e intervenção multiescalar. O território comparece como instrumento normativo e prático, como unidade de planejamento para superação da municipalização das políticas públicas da década de 1990, para criação de novas institucionalidades e para o atendimento das reivindicações dos movimentos sociais e sindicais (Abramovay; Filho, 2003; Sabourin, 2002; 2015; Schneider, 2004).

Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs), de 1990, foram construídos como lista de compras, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural-CMDRs solucionaram questões pontuais (Delgado; Leite, 2011). O desenvolvimento rural brasileiro não foi uma proposta autonomista das populações do campo, uma vez que, no seu escopo, o que se defendeu foram arranjos institucionais de integração ao mercado e a municipalização da ação do Estado nacional (Geraldi, 2012). Os pactos e concertações ignoraram disputas de classe, de tal modo que os conflitos foram subestimados (Delgado; Leite, 2011; Clemente, 2013).

Os programas redigidos no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) resultaram em participação decorativa dos camponeses (Geraldi, 2012), haja vista que, nas instâncias territoriais, houve controle de redes e relações sociais dissidentes, estímulo à competição de lugares (municípios), enfim, foi uma panaceia de solução da pobreza via mercado. As políticas ditas de *bottom-up*,

tornaram-se instrumentos de normatização, padronização e disciplinamento dos sujeitos e da realidade, com territorialização de determinadas relações de poder (Geraldi, 2012), ou seja, houve a supressão da questão agrária pelo desenvolvimento.

Fialho e Waquil (2008), em contraposição, defendem o compromisso do Estado com o desenvolvimento rural. Segundo os autores, os problemas foram decorrentes da desorientação das organizações e da motivação dos agricultores. Favareto (2010), por outro lado, crítica o descompasso entre a concepção e a efetivação desse projeto. Explica que nas instituições territoriais, houve incorporação por adição das dimensões ambiental e territorial, mas permaneceram velhas práticas e valores do enfoque setorial e o lugar subalterno do camponês.

Na literatura, comparecem outros problemas da efetivação dessa política, como: carência de marco legal e capacidade de administração das instâncias territoriais, prefeiturização e oposição de governos municipais e estaduais, escassez de tempo, capital político, recursos e legitimidade para fiscalização e participação da sociedade, dependência do poder público municipal, permanência do clientelismo, coronelismo, conservadorismo nas instituições territoriais, privilégio aos agricultores familiares consolidados e precariedade na coordenação e articulação multiescalar (Clemente, 2013; Delgado; Leite, 2011; Sabourin, 2015; Bonnal *et al.*, 2014; Medeiros; Miná, 2011).

E a lista de problemas continua, como: a idealização do sujeito histórico do campo brasileiro e a negligência com determinações da política macroeconômica (Clemente, 2013); a associação automática equivocada entre participação popular, descentralização e territorialização do desenvolvimento (Sabourin, 2015); o silêncio sobre a reforma agrária, a regularização fundiária e o crédito fundiário, aspectos estruturais para o desenvolvimento territorial rural (Bonnal *et al.*, 2014). Conforme os autores, a superação desses

dilemas requeria aprimoramento das instituições territoriais, com profissionalização do gerenciamento, da governança, do suporte técnico, com contratação de profissionais especializados e a dotação de personalidade jurídica dos colegiados territoriais (Delgado; Leite, 2011; Abramovay; Filho, 2003; Bonnal *et al.*, 2014).

É necessário que haja a devida supressão de concepções anacrônicas do rural, que fortalecem o agronegócio em detrimento da agricultura familiar (Medeiros; Miná, 2011). As disputas de concepções se associam à consideração das representações mentais das comunidades rurais, que envolvem o capital cultural e simbólico. A solução deve ser buscada dentro de uma série de critérios, como a participação de segmentos subalternizados da agricultura familiar, o fortalecimento do desenvolvimento territorial rural alternativo, centrado nos sujeitos e no ambiente, erigido pela democracia participativa (Dallabrida, 2010), e pela realização de políticas estruturais, como a reforma agrária, para o desenvolvimento econômico, social, sustentável do campo (Leite, 2011; Bonnal *et al.*, 2014; Medeiros; Miná, 2011).

Entende-se que o desenvolvimento territorial rural atuou desde espaços e sujeitos ideais, o que se quer dizer é que, muitas vezes, foram ignorados os sujeitos de carne e osso do campo brasileiro. O campo, com suas diferentes carências estruturais foi negligenciado, ou seja, os campesinat(os) territorializados em diferentes regiões do Brasil. Em determinados locais no Brasil a escassez é de água, em outros, de sementes, adubos, manejos naturais para o controle das “espécies-praga”, com vistas a adoção da agroecologia. Noutros, as terras são exíguas, ou os camponeses estão desterrados, enquanto aqueles que têm a terra integram a cadeias produtivas que os vinculam ao mundo e, contraditoriamente, os empobrecem com apropriação da renda da terra.

Nessa situação, não há como discutir desenvolvimento sustentável ignorando as determinações econômicas macroescalares.

A isso se somam os *habitus* distintos das diferentes frações do camponato brasileiro. Em outras palavras, em determinados segmentos, existem predisposições para a organização política e econômica, noutros, tais disposições precisam ser construídas, visto que suas concepções de infrapoder endossam relações coronelistas, clientelistas, conservadoras. Mas os sem-terra, sem água, sem sementes, sem crédito, sem direito à educação, sem participação política, “num passe de mágica”, foram responsabilizados pelo desenvolvimento, obrigados a se converterem em empresários rurais eficientes.

Houve a absolvição do Estado com relação às disputas de classe, que, ou se omitiu, ou dissimulou os enfrentamentos dos projetos políticos em jogo. O empreendedorismo converteu o território em ator, para negociação das singularidades e particularidades locais. As instituições territoriais serviram a promoção de um nível ótimo de organização, tendo em vista a inserção acrítica no mercado. Os problemas estruturais do campo brasileiro se tornaram questões de concepção, gestão, legalidade, concertação e adequação das políticas públicas.

Faz-se as seguintes indagações: A adesão ao desenvolvimento territorial rural do BM melhorou a distribuição de renda, reduziu a pobreza rural, aplicou os termos conceituais defendidos, reduziu as disparidades regionais no campo em Goiás? De outro modo, representou a identificação de grupos alvos para efetivação de melhorias cosméticas, distantes do desenvolvimento autônomo do campo? Questões que são objeto de preocupação do próximo item desse capítulo.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM GOIÁS

A política de desenvolvimento territorial em Goiás foi a expressão do projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT) para o campo. Nele, houve a adoção da política da conciliação e do silêncio (Forigo; Lerrer, 2019), o que promoveu a reprodução do monopólio fundiário, a criação de políticas redistributivas para a agricultura familiar e internacionalização de corporações nacionais atuantes no agronegócio, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

Em 2003 foi criada no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), responsável pelo desenvolvimento do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat). Sua operacionalização e acompanhamento ocorreu por meio da Comissão de Implantação de Ações Territoriais (Ciat), substituída em 2005 pelas Células de Acompanhamento e Informação (CAIs), preteridas em 2009 pelos Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial (Nedet) (Silva, 2019).

Os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania consubstanciaram as ações do Pronat, com o intuito de construir um governo territorial intermunicipal, com criação de institucionalidades para efetivação de intervenções planejadas, participativas, articuladas entre agentes públicos e privados (Geraldí, 2012). A matriz das ações e o PTDRS foram os instrumentos principais do planejamento territorial, aonde foram previstos os projetos específicos prioritários e as ações de monitoramento e avaliação das políticas públicas.

As gestões foram direcionadas pelos Comitê de Gestão Nacional e Comitê de Articulação Estratégica (Delgado; Leite, 2011). Os colegiados territoriais foram concebidos como espaços

públicos de diálogo, gestão, controle, destinação e tomada de decisões de políticas públicas. Sua composição foi condensada na plenária, no núcleo diretivo e no núcleo técnico. O objetivo dos Territórios Rurais e da Cidadania foi superar a centralização política, econômica e financeira do governo federal, com concentração das ações via projetos territoriais (Dallabrida, 2010). A proposta era, também, reduzir a pobreza, garantir renda e trabalho mediante a universalização de programas de cidadania e inclusão produtiva (Bonnal *et al.*, 2014).

O mapa 1 apresenta os Territórios Rurais e da Cidadania criados em Goiás, com os projetos do Proinf desenvolvidos de 2003 a 2015. Nota-se a distribuição desigual desses projetos, com concentração nos Territórios Rurais do Médio Araguaia, da Estrada de Ferro, do Vale do São Patrício e das Águas Emendadas, esse último inclui os municípios mineiros de Buritis, Cabeceira Grande e Unaí. De 2003 a 2015, a quantia de R\$ 5.271.736,62 foi destinada ao Território Rural da Estrada de Ferro, R\$ 4.178.297,95 ao Território da Cidadania Vão do Paranã, R\$ 4.043.744,84 ao Território Rural Vale do São Patrício, R\$ 2.334.036,98 ao Território da Cidadania Vale do Rio do Vermelho, R\$ 2.066.608,60 ao Território Rural do Médio Araguaia, R\$ 1.687.659,38 ao Território Rural das Águas Emendadas, R\$ 698.486,55 ao Território Rural Parque das Emas, R\$ 575.211,11, ao território Rural Norte goiano, R\$ 418.670,30 ao Território Rural Serra da Mesa e R\$ 253.831,68 ao Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros.

Outros R\$ 17.024.142,79 foram destinados a diferentes municípios goianos. O Território Rural das Águas Emendadas possuía PTDRS elaborado pelo Instituto Terra Brasil-ITB. No plano, além da caracterização, estão detalhados os problemas, as oportunidades, os projetos prioritários, com definição das estratégias adotadas para o desenvolvimento do território (MDA, 2006). O Território Rural da Estrada de Ferro também detinha PTDRS formulado,

onde constava a caracterização e a indicação de redação de políticas públicas prioritárias para a valorização dos jovens e das mulheres, de efetivação da educação do campo, da assistência técnica pública e comunitária, de avanços na infraestrutura, na conservação ambiental e na qualidade de vida (MDA, 2010).

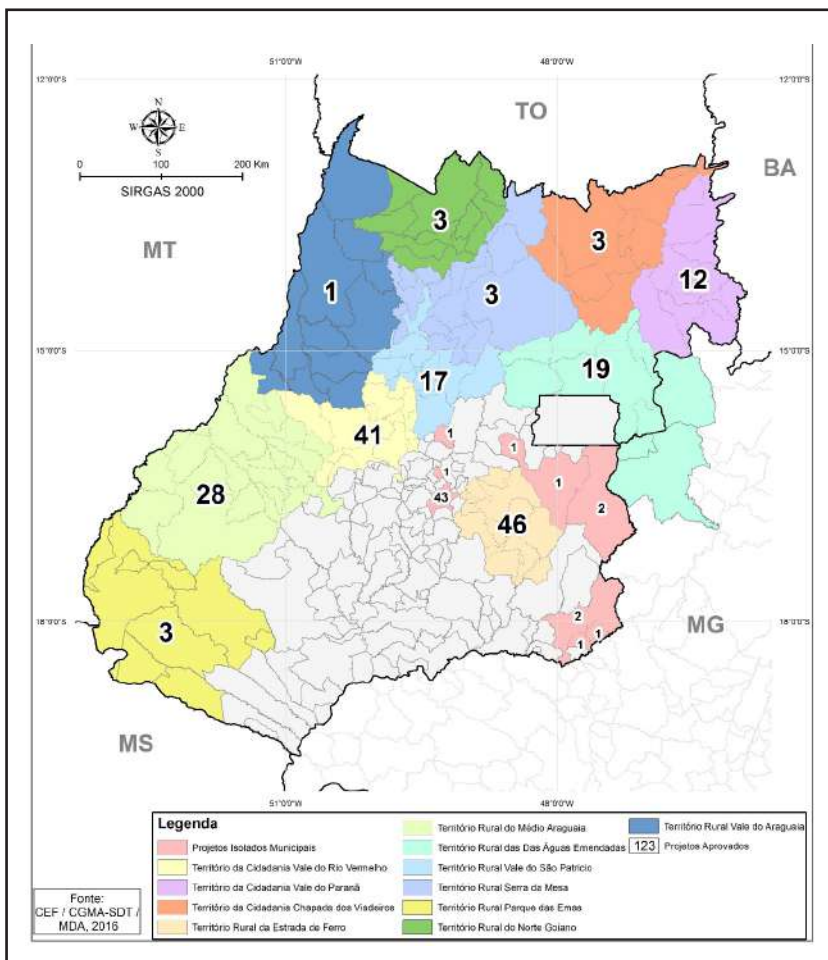
Nesse território, elegeu-se a produção leiteira como a atividade hegemônica, o que impôs prioridade ao fortalecimento da cadeia produtiva do leite, em atenção às suas debilidades e resistências. Esse PTDRS possuía uma matriz em que constava prioridade de elaboração de projetos nas seguintes áreas: educacional, sociocultural, ambiental e de desenvolvimento de atividades produtivas. O Território Rural Vale do São Patrício detinha somente um perfil territorial apresentado (MDA, 2015), enquanto o Território Rural do Médio Araguaia possuía o PTDRS.

Nesse documento, estavam identificados os eixos estratégicos de ação, com a consecução dos objetivos e estratégias fundamentais aprovadas nas dimensões sociocultural e de infraestrutura, com vistas a fortalecer cadeias produtivas, por exemplo, da apicultura e da produção leiteira (MDA, 2006). No mapa 1, também se observa concentração de projetos do Proinf nos Territórios da Cidadania Vale do Rio Vermelho e no Vale do Paranã. Na pesquisa documental, constatou-se apenas documentos de caracterização desses territórios. No mapa apresentado, os territórios rurais do Parque das Emas, Serra da Mesa e Norte Goiano possuíam diminutos projetos realizados. Na pesquisa, não se identificou PTDRS elaborado desses territórios.

O Território da Cidadania Chapada dos Veadeiros e o Território Rural Vale do Araguaia também realizaram poucos projetos do Proinf, ambos detinham somente perfis territoriais redigidos. No mapa supracitado se percebem projetos municipais isolados do Proinf, com destaque para o município de Goiânia, com quarenta e três propostas desenvolvidas. Na execução do

projeto *Abordagem Territorial como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Renda e Gênero nos territórios Médio Araguaia, Vale do Araguaia e Norte (GO)*, na condição de coordenador do Território Rural Norte goiano, pode constatar o estágio de “gestação” desse território.

Figura 5 – estado de Goiás – número de projetos aprovados por territórios rurais e da cidadania, 2003-2015



Fonte: CEF/CGMA (SDT)/MDA, 2016.

Nos contatos iniciais, em julho de 2015, foram identificados apenas coordenadores provisórios, eleitos para o colegiado territorial em 2009, que representavam quatro dos onze municípios integrantes do território. No diagnóstico, foi relatada a inexistência de institucionalidades territoriais, (comitê diretivo, núcleo técnico e câmaras temáticas), com dificuldades de realização de plenárias, por exemplo, para participação em chamadas de políticas públicas. O Nedet-Norte e os coordenadores provisórios promoveram, em novembro de 2015, plenária extraordinária territorial, momento em que cinco novos representantes se somaram à comissão existente.

Os membros do poder público, da sociedade civil e o NEDET decidiram promover ações para garantir a instituição do território. O coordenador, acompanhado do Assistente de Inclusão Produtiva (ATIP) e do Assistente de Gestão Social (ATGS), mediante agenda previamente elaborada, realizaram visitas entre novembro de 2015 e março de 2016 em associações de camponeses assentados, proprietários e beneficiários do crédito fundiário. Essa ação também foi empreendida em cooperativas, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e autarquias do Estado.

A mobilização e o trabalho de base instituíram sete CMDRs provisórios em municípios que tinham leis de criação dessas institucionalidades e reestruturou o conselho do município de Porangatu. Também foram escolhidos representantes da sociedade civil e do poder público para a eleição do comitê diretivo, da câmara técnica e das câmaras temáticas de mulheres, juventude e comercialização realizada na plenária territorial de abril de 2016. Na revisão do regimento de funcionamento do território, ficou pactuado que os CMDRs indicariam os representantes municipais para o colegiado territorial.

De abril a dezembro de 2016, foram traçados planos de formação, capacitação e planejamento do PTDRS, os quais foram

executados com o núcleo diretivo, a câmara técnica e as câmaras temáticas recém constituídas do Território Rural Norte. Atividade similar também foi desenvolvida com os conselheiros dos CMDRs provisórios, com redação de planos de ação para o desenvolvimento territorial local. No quadro 1, notam-se outras ações promovidas pelo NEDET no Território Rural Norte goiano. Essas atividades de formação, capacitação e planejamento ocorreram após a constatação de coleta, comercialização *in natura*, ou beneficiamento artesanal de frutas típicas do Cerrado.

Todavia, outros problemas surgiram, como o uso de máquinas do Programa de Aceleração do Crescimento-PC2, destinadas prioritariamente à agricultura familiar, mas utilizadas nos centros urbanos, ou apropriadas pela oligarquia agrária local para reforma de estradas vicinais, construção de represas e transporte de calcário para seus latifúndios. Houve diminuta inserção dos camponeses no Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O argumento dos agentes públicos foi que os camponeses não desenvolviam atividades produtivas. Mas o que se sabe é que tais razões envolviam clientelismo, coronelismo, acordos políticos locais e frágil organização política e econômica dos camponeses. Naquele território, constatou-se cinco cooperativas, mas somente três em funcionamento: Cooperativa dos Produtores de Açafrão de Mara Rosa (Cooperaçafrão), Cooperativa de Apicultores e Agricultores Familiares do Norte Goiano (Coopermel) (Porangatu), Cooperativa Mista Agropecuária dos Agricultores Familiares de Formoso (Cooperfor), especializadas na comercialização de açafrão, mel e leite, respectivamente.

Quadro 1 – Estado de Goiás – Território Rural Norte Goiano
– Ações de gestão social e inclusão produtiva (2015 a 2017)

Instituição promotora	Ação desenvolvida	Objetivo proposto
Nedet/ Embrapa	Unidades de construção do conhecimento.	Difundir práticas agroecológicas.
Nedet	Visita a Feira da Agricultura Familiar de Goianésia.	Formação de camponeses/ feirantes.
Emater	Cursos de beneficiamento do Pequi.	Beneficiamento de frutos do Cerrado.
Emater/Nedet	Seminário sobre Programa de Garantia de Preço Mínimo da Biodiversidade (PGPM-Bio).	Capacitação para o acesso a política pública do PGMBio.
Nedet– Campo- neses Agro-ecológicos	Intercambio: Curso prático de Sistemas Agroflorestais.	Difusão de práticas agroecológicas.
Nedet/Fic/Ufg (Magnifica Mundi)	Oficina de Comunicação Popular.	Disseminar experiências de mídia comunitária.
Nedet	I Seminário de Jovens do Território Norte.	Capacitação para o acesso em políticas públicas.
Fetaeg, Cecaf, DFDA, Nedet	I Seminário de Políticas Públicas e comercialização Institucional (PNAE e PAA).	Capacitação para o acesso a políticas públicas de compra institucional.
Gemes/Seduc, DFDA, Nedet	Seminário de Comercialização institucional pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.	Capacitação para o acesso a políticas públicas de compra institucional.

OS PARIDOS DA TERRA

Instituição promotora	Ação desenvolvida	Objetivo proposto
Gemes/Seduce, DFDA, Nedet	II Seminário de comercialização Institucional, PNAE.	Capacitação para o acesso a políticas públicas de compra institucional.
Nedet, FIC/UFG (Magnifica Mundi)	I Seminário de Comunicação Popular.	Disseminar experiências de mídia comunitária.
Emater/Nedet	Curso de beneficiamento de alimentos: pequi, hortaliças e pimenta.	Capacitação para beneficiamento de alimentos.

Fonte: Relatório do Território Rural Norte, 2017 Elaboração: SILVA, Edson B. da.

Os camponeses, sobretudo os assentados, tinham dificuldade de acesso a Declaração Jurídica de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). Os grupos informais, as inserções individuais, com possível concorrência de organizações econômicas formais, conformavam instrumentos político-econômicos frágeis. A débil política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), também comprometia a inserção no PAA, no PNAE e o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Isso se somava à exígua quantidade de agências do Banco do Brasil e a alta rotatividade dos funcionários operadores do programa. Tornou-se recorrente depoimentos de camponeses assentados que aguardavam oito, dez anos pelo acesso ao Pronaf.

Outras motivações das ações apresentadas no quadro 1 foram o fortalecimento de cadeias produtivas, além da difusão de práticas de comercialização direta, com ações de mobilização, articulação, orientação, por exemplo, para construção da Feira de Agricultura Familiar Camponesa do Município de Mutunópolis. A proposição de mercados alternativos foi disseminada nos

CMDRs. Nos municípios de Porangatu e Novo Planalto, os camponeses se articularam para a efetivação de Feiras da Agricultura Familiar. Trombas retomou essa ação de comercialização direta. A articulação do CMDRs com o poder público municipal culminou no cartão verde, emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social no valor R\$ 20,00, destinado exclusivamente à aquisição de alimentos.

Os diferentes níveis de institucionalização e organização dos Territórios Rurais e da Cidadania expressam o espaço desigual, contraditório e combinado no campo goiano. Determinados territórios careciam de mobilização, articulação, trabalho de base para sua efetivação. Noutros já instituídos, o planejamento, a coordenação e a gestão se deram para obtenção de políticas públicas. A abordagem territorial, de certo modo, também esvaziou experiências anteriores, como os CMDRs, importante instrumento construído na década de 1990. No estado de Goiás, a distribuição desigual do Proinf é coetânea ao nível de institucionalização dos territórios Rurais e da Cidadania.

A política territorial efetuada revelou questões observadas pela literatura nacional em Territórios Rurais e da cidadania no Brasil, como é o caso dos territórios que requeriam mobilização e formação, dado o número reduzido de lideranças e proposta de desenvolvimento territorial rural redigida (Abramovay; Filho, 2003). Frações do campesinato (assentados), foram considerados exóticos às forças sociais e ao poder público municipal, com isso, foram tratados como problemas do governo federal. Na execução de tais projetos sociais, viu-se que os problemas se acumulam, tais como: reduzido número de profissionais de planejamento nos municípios, somado à diminuta tradição de planejamento intermunicipal (Bonnal *et al.*, 2014); aumento das desigualdades regionais, sobretudo de acesso a projetos de infraestrutura e serviços, com apoio aos camponeses consolidados (Clemente, 2013); contradição entre governo territorial e

dependência do poder municipal, sobretudo para proposição de projetos do Proinf (Geraldi, 2012; Sabourin, 2015).

E a lista continua: a participação dos camponeses fica condicionada aos recursos financeiros, pela exígua cultura democrática, pelas concepções de infrapoder. No Nedet-Norte, a formação do território privilegiou a organização de classe, articulada pelos movimentos sociais; houve a promoção de mercados e processos de agroindustrialização alternativos; a apropriação das políticas públicas; a atenção às subalternidades no interior do campesinato e a difusão da agroecologia. A tabela 1 demonstra as características dos projetos do Proinf desenvolvidos em Goiás. Os dados revelam tendência de especialização do campesinato na produção leiteira, com tecnificação do armazenamento, da reprodução e da alimentação do rebanho bovino.

No setor avícola, houve dotação de equipamentos, sobretudo para o abate de aves. O pacto tecnológico adotado foi proveniente da “Revolução Verde”, especificamente das corporações multinacionais atuantes no agronegócio. Nas tabelas 1, 2 e 3, do mesmo modo, são demonstrados projetos de infraestrutura para eliminação dos intermediários, dotação de espaços para comercialização direta, importantes mecanismos para apropriação da renda da terra, além da provisão de infraestrutura de produção, agroindustrialização e comercialização apícola.

Outros projetos disponibilizaram aos camponeses equipamentos, serviços e insumos para produção agrícola, correção do solo, beneficiamento e transporte da produção agropecuária e informatização das atividades produtivas. Em contrapartida, houve poucas propostas de produção agroecológica, educação do campo e conservação do Cerrado. Os projetos também apoiaram a construção dos Territórios Rurais, da Cidadania, os CMDRs e proporcionaram cursos para formação de organizações políticas, econômicas, dentre outros fins de gestão social e desenvolvimento produtivo.

Tabela 1 – Brasil – estado de Goiás – Projetos/ações realizadas pelo Proinf (2003-2015)

Equipamentos de infraestrutura para atividade avícola e para pecuária de leite e de corte	
4	Abatedouro-construção e aquisição de equipamentos
3	Construção de galpão para ração e centro comercial
6	Equipamento para produção de ração
9	Aquisição de equipamentos de pasteurização de leite
1	Compra de botijão de inseminação artificial
44	Compra de tanque de resfriamento de leite
2	Assistência técnica e extensão rural em bovinocultura
26	Construção de salão e equipamentos para bovinocultura (kit multimídia/unidade didática)
1	Aquisição de touros reprodutores
1	Implantação de parque agropecuário
1	Ampliação/adequação de frigorífico municipal
2	Melhoria de pastagem e alimentação bovina
1	kit mata burro
101	Total
Apoio a cooperação e Apicultura	
1	Fortalecimento da intercooperação
1	Construção de sede de cooperativa
1	Construção de central de cooperativa
1	Estruturação de central de cooperativa
3	Formação de cooperativa de economia solidária
1	Melhoria de comunicação e transporte cooperativo
1	Construção de centro de referência
11	Construção de sala para produtos apícolas e compra de equipamentos para apicultura.
16	Obtenção de equipamentos para apicultura.

OS PARIDOS DA TERRA

Apoio a cooperação e Apicultura	
1	Compra de roupas para apicultura.
1	Construção de casa do mel.
2	Construção de beneficiadora apícola e aquisição de equipamentos.
3	Construção de fábrica de cera alveolada e fábrica de cera e colmeia.
43	Total
Apoio à comercialização na agricultura familiar	
1	Ampliação de mercado do produtor.
1	Construção de unidade de produção e comercialização de açafraão.
3	Compra de equipamentos para centro de comercialização.
5	Reforma/ampliação do centro de comercialização.
5	Aquisição de bancas de comercialização.
2	Construção de entreposto de comercialização.
1	Construção de centro de comercialização.
5	Apoio a produção e a comercialização da agricultura familiar.
18	Total
Construção de infraestrutura para projetos na agricultura familiar	
2	Aquisição de equipamento elétrico e hidráulico para estufa, além de equipamento para fábrica.
34	Aquisição de veículo popular e camionete.
3	Construção de salão e equipamentos, além de móveis e utensílios.
7	Infraestrutura e serviços e salão, além de equipamentos.
14	Aquisição de moto e implementos agrícolas.
11	Aquisição de equipamentos de informática, além de toneis de plástico.

Construção de infraestrutura para projetos na agricultura familiar	
21	Aquisição de patrulha mecanizada
16	Aquisição de caminhões: Truck/caçamba/frigorífico/isotérmico/basculante.
106	Total

Fonte: CEF/CGMA-SDT, 2016 Elaboração: SILVA, Edson B. da.

Na tabela 2 estão demonstradas as intromissões das prefeituras nos projetos, bem como o controle da redação e submissão por autarquias públicas do estado de Goiás, empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural, com reduzido número de propostas realizadas por movimentos sociais, associações, cooperativas e STTRs. No ano de 2016, do montante de projetos do Proinf submetidos entre 2003 e 2015, 87% estavam concluídos, 6% tinham obras paralisadas, 6% não iniciadas e 1% atrasadas.

De 2003 a 2006 foram desenvolvidos 51,29% dos projetos, de 2007 a 2010, 34,91%, de 2011 a 2015, 13,79%. No Território Rural Norte, a redução orçamentaria das políticas públicas após 2010 dificultou a atuação do Nedet-Norte, em decorrência das promessas não cumpridas das autarquias do Estado. No município de Montividiu do Norte, a Cooperativa de Montividiu do Norte-Coopermu submeteu projeto de construção de frigorífico em chamada pública do Terra Sol. O Incra se comprometeu a instalar a estrutura, mas a não efetivação dessa agroindústria provocou tensões internas na cooperativa.

As famílias assentadas foram compelidas a entregar sua produção ao PAA. O Nedet-Norte constatou que o território obteve dois projetos no valor de R\$ 575.211,11. No ano de 2010 a prefeitura de Mara Rosa, município sede da Cooperaçafrão, submeteu projeto para construção de uma unidade de processamento e comercialização de açafração, no valor de R\$ 207.639,17. No mesmo município, foi submetido e aprovado em 2011 outro projeto de

OS PARIDOS DA TERRA

aquisição de veículo para transporte de açafrão, orçado em R\$ 367.571,94. No ano de 2015 foi reprovado o projeto da Coopermel, para aquisição de veículo para o transporte de mel. A prefeitura municipal de Porangatu não comunicou à cooperativa e à câmara técnica do território necessidades de correção da proposta.

Tabela 2 – estado de Goiás – Autores proponente de projetos da Proinf (2003-2015)

117	Prefeituras goianas
15	SED. Científico e Tecnológico
14	SEAGRO
11	FUNDATER
3	IBRACE
2	CECAF/GO
2	COOSTEC
1	CEDAC
1	Centro social
1	Associação Gente Serra
1	COOPERVI
1	Central
1	FETAEG
1	COOPCERRADO
1	REDE TERRA
1	CUT
1	AEPAGO
1	SEC. de Políticas
175	Total

Fonte: CEF/CGMA-SDT, 2016. Elaboração: SILVA, Edson B. da.

Esses aspectos somados à reduzida obtenção de outras políticas públicas resultou em comportamentos constatados por Bonnal *et al.*, 2014, para outros territórios no Brasil. Os camponeses, diante da paralisação das políticas públicas, entenderam como “tempo perdido” participar do colegiado territorial, o que culminou em desmobilização e desmotivação. Medeiros e Miná (2011) acrescentam que isso expôs outras fragilidades, tais como: territórios construídos para transferir dinheiro, colegiados territoriais que não promoveram reflexão, acordos para solução de problemas, com imposição de demandas políticas nas diferentes esferas do Estado.

Isso os transformou em espaços de implementação de políticas públicas, em detrimento de territórios de vida e identidade. Quanto ao Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária – Terra Forte, do montante de três milhões de reais destinados em 2014 para o Brasil, foram selecionados cinco projetos para o Centro-Oeste. O estado de Goiás recebeu um projeto, cuja organização contemplada foi a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Vale do Araguaia (Asprafava), localizada em Bom Jardim de Goiás, com extensão em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. De modo geral, os projetos do Proinf em Goiás revelaram situações que foram constatadas na literatura nacional sobre a política de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil.

A despeito da constituição de espaços de participação, planejamento, avaliação, acesso à informação, diálogo, capacitação (Fialho; Waquil, 2008; Delgado; Leite, 2011), os territórios se converteram em regiões-problemas, uma vez que a pobreza se tornou um empecilho ao desenvolvimento do mercado (Geraldí, 2012). Os projetos tiveram recorte setorial, sem apoio à diversificação produtiva, valorização dos modos de vida, também abandonaram políticas estruturais (Bonnal *et al.*, 2014). O Proinf se

revelou burocrático, aprisionado ao rigor da Caixa Econômica Federal, submetido às regras do TCU, com desestímulo à atuação do poder público municipal (Sabourin, 2015).

Projetos de valorização de bens intangíveis, (patrimônio cultural, histórico, paisagístico), foram exíguos (Schneider, 2004; Fialho; Waquil, 2008). A política territorial, sobretudo do Territórios da Cidadania assumiram caráter *top-down*. Sem atingir seus desejados objetivos, o Pronat foi pouco significativo para a resolução da pobreza rural, distribuição de renda e geração de emprego (Sabourin, 2015). A permanência da questão agrária mantém as reações, os camponeses territorializam práticas espaciais insurgentes, como aquelas expressas nos acampamentos produtivos, tal como o acampamento produtivo Dom Tomás Balduino, fenômeno que nos ocuparemos no próximo capítulo.

ACAMPAMENTO PRODUTIVO DOM TOMÁS BALDUÍNO

Promessas não cumpridas,
camponeses(as) à contrapelo¹

A campar é determinar um momento e um lugar transitório (Fernandes, 2001). Conforme o autor, o acampamento desafia o sistema político-econômico vigente, se constitui em espaço de luta, de resistência, de mobilização, enquanto tempo/ espaço de transição. O acampamento é também um território dissidente, cinde com o projeto de campo do Estado e das classes hegemônicas articuladas em torno do agronegócio. O acampamento é um *devir* em construção, uma utopia em movimento. Trata-se de uma resistência cotidiana grafada no espaço, em que a ação coletiva emancipatória procura reestruturar, reorganizar o espaço.

O acampamento produtivo Dom Tomás Balduino é um território dissidente amplo, dado o enfrentamento das prerrogativas formais da propriedade privada. Devido a sua duração, aproximadamente cinco anos, também pode ser concebido como território dissidente duradouro. Nele há reestruturações do espaço

1 Artigo originalmente publicado na Revista Campo-Território, v. 16 n. 40 abr. (2021).

material, com imagens do lugar disputadas, circuitos econômicos alternativos instalados, redes espaciais dissidentes constituídas (Souza, 2013a). Seu caráter dissidente também se revela na instabilidade, no caráter explosivo, móvel.

ACAMPAMENTO PRODUTIVO DOM TOMÁS BALDUÍNO: A NARRATIVA DOS PROTAGONISTAS

No Brasil a reforma agrária não é uma política propositiva do Estado, mas uma resposta a pressão social (Oliveira, 2007). Na segunda década do século XXI, sobretudo no governo Bolsonaro, a prioridade absoluta é o agronegócio, com ações violentas, fascistizadas dirigidas aos movimentos sociais, somado ao aprofundamento da contrarreforma agrária (Alentejano, 2020). Quanto ao acampamento produtivo Dom Tomás Balduino, ele é proveniente da ocupação da fazenda Santa Mônica. A desocupação desse latifúndio aconteceu com o pacto de assentamento das famílias em três meses nas fazendas Crixá, Cangalha, Maltizaria, Laranjeira e Porteirinha em Formosa-GO. A acampada Leonilda narra o acordo estabelecido com o Inkra:

Foi assim [...], quando foi prá gerá a vinda prá cá foi feito várias reunião entre o dono da fazenda. Primeiro foi feita a reunião entre o dono da fazenda e o Inkra, [...] essa fazenda foi colocada no edital. Na época o Inkra tava procurando fazenda no edital, que nós já estava na segunda ocupação da Santa Mônica, que gerô essa procura. Prá gente saí de dentro da Santa Mônica, como o Eunício era o Senador e tinha o poder na mão, gerô também esse processo, que foram acordos feito pra tirá nós de Corumbá. Que nós saía de dentro da Santa Mônica, ia prá Corumbá, igual a

gente fez, mas de lá a gente retornaria prá Santa Mônica, era só tê o prazo vencido nós retornaria. Através disso houve esse acordo no edital. O Incra procurou o dono da fazenda, tiverô os acordo, procurô o movimento, a partir disso a gente foi sentá. Foi feito os comodatos, dessas reunião foi feito o primeiro comodato, que seria de três meses só. Por quê fez de três meses? Por quê com três meses seria assentado. Só que[...] o dono daqui morreu, que foi o Sr. Mauricio Bicalho, [...] o proprietário que tava com tudo na articulação do processo. Então a partir daí gerô uma briga, porque ele era casado [...] e em total separação de bens. Então, antes dele morrerê, [...] prá ela [*a esposa*] tê direito à herança ele colocou ela como inventariante junto com os filhos. Então ela acabô tendo um poder e o advogado, que era o doutô Valdemar, na época junto com ele eles não queriam que isso aqui virasse assentamento, o próprio doutor Valdemar. Então virô uma briga entre eles e sentô nesse processo durante dois ano. Ela embargou judicialmente, a viúva, porque ela tinha esse direito, porque ela era inventariante. Só que nisso os dois filhos mais velhos, que era os que ficô responsável pelo inventario, eles entraram na justiça e conseguiram derrubar o processo. Aí assumiram a representação, então a partir disso que o processo voltô a andá, porque eles têm dívida no banco. Aí nessa época que veio da Santa Mônica, que foi feito o acordo, o Incra junto com o tesouro nacional fez a retirada de R\$100 milhões em títulos de Dívida Agrária-TDA, do valor do orçamento do governo pra pagá essa fazenda aqui. Só que com essa confusão toda, com troca de governo, com a Dilma caindo, assume o Temer e ganha o Bolsonaro, então esse dinheiro também sumiu. Esses título também desapareceu do mapa. Essa fazenda chegô í pô tesouro nacional pá sê pagá, o TDA. Era pleno dia, véspera de natal, eu e outros companheiro estávamos dentro do Incra nacional, fechano o documento, mas um filho não deu a emissão, que eles tinham que assiná uma...

como eles estivesse passando o imóvel, não era para o Incra, o dinheiro ia sê depositado em juízo, prá garanti que os banco ia recebe. Então na hora houve um embargo, aí não passô o pagamento. Então nessa conjuntura houve isso, agora os fazenderô dizem que não vende mais e o Incra também não vai pagá porque não tem orçamento. [...] nesse imbróglgio nós tivemos uma reunião no Incra, na SR-28, da SR-28 nós fomos para SR-04 em Goiânia, o novo superintendente que está lá, ele questionô muito o Noemi, que sempre esteve à frente do nosso processo, que é o superintendente que mexe com a parte de obtenção de terra. Que não existe mais secretaria de obtenção de terras no estado de Goiás, nem em lugar nenhum, isso acabô também. Então houve esse questionamento, ele se comprometeu a investigar prá onde foi esse dinheiro. [...] Mas isso está em tramite, porque não é interesse deles assentá um monte de sem-terra. Ainda mais aqui pertinho de Brasília. Por isso que o Incra tem de sê responsabilizado [...]. O governo tem de assumi o acordo que fez.

O depoimento expõe a constituição de um território, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 2013a). A ocupação da fazenda Santa Mônica teceu um campo de forças classista macro-escalar. Os barracos de lona, as estradas vicinais não alteraram apenas o substrato material, atingiu a coalização de poder no governo Federal. Isso impôs ao Incra encontrar áreas suscetíveis de desapropriação.

Segundo o Diário Oficial da União, de 03 de dezembro de 2015, a Superintendência Regional do Incra-GO, em observação a decisão tomada na reunião de 16 de novembro de 2015, resolveu adquirir o imóvel rural, com área de 11.117,19 ha, denominado fazenda Crixá, Cangalha, Maltizaria, Laranjeiras e Porteirinha para criação de assentamento de reforma agrária, situado no município de Formosa. Consta da resolução que a compra atendeu

metas do programa de reforma agrária, especificamente do plano de obtenção de terras Corumbá de Goiás e região de Formosa, autorizado pelo decreto nº 2.680, de 17 de julho de 1998 e pela instrução normativa nº 83/2015.

A resolução descreve que o imóvel possui características edafoclimáticas, localização e infraestruturas favoráveis a agropecuária. O valor acordado foi de R\$86.969.904,63 em que R\$ 74.171.374,65 foram convertidos em TDA para indenização da terra nua e R\$ 12.798.529,98 para pagamento das benfeitorias. Somado a isso, a Superintendência Regional do Incra-GO, pela portaria nº 7, de 12 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, resolveu adquirir o imóvel rural registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Formosa com as matrículas nº 59.577, 59.576, 59.566, 59.120, 30.497, 9.920 e 9.919 nos valores mencionados. O pagamento se daria em nome de Maurício Bicalho Dias no período de quinze anos.

A superintendência também solicitou providências a Diretoria de Obtenção de terras e Implantação de Assentamento e a Diretoria de Gestão Administrativa, para o lançamento dos TDAs nas formas previstas na legislação e responsabilização dos vendedores com pagamentos de encargos e obrigações trabalhistas. A CPT (2020) informa que em 2017, no governo Temer, as TDA's foram emitidas para pagamento, mas o recurso foi contingenciado. Houve um pacto do Estado com o MST para o assentamento de aproximadamente quinhentas famílias.

A morte do proprietário do imóvel, o conseqüente conflito intrafamiliar. Adicionado ao *impeachment* de Dilma Rousseff, a ascensão de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro cindiu o pacto de poder tecido. Os governos Lula, Dilma, Temer buscaram dividir, cooptar, controlar os movimentos sociais, o governo Bolsonaro os qualificou como inimigos (Alentejano, 2020). Nessa conjuntura de enfrentamento houve a defesa da acumulação

primitiva, com despejos, expulsões, repressões, autoritarismo. Segundo os interlocutores, a aproximadamente cinco anos eles aguardam nas três áreas do acampamento Dom Tomás Balduino a desapropriação da área. As fazendas objeto de disputa são representação do caráter patrimonial, de reserva de valor, de uso da terra para mera especulação no Brasil (Oliveira, 2007).

Isso fere o artigo 186 da Constituição Federal de 1988, que prescreve que a função social da terra é cumprida quando a propriedade rural atende o aproveitamento racional e adequado, o uso condizente dos recursos naturais e a preservação do ambiente, o respeito as disposições que regulam as relações trabalhistas, com promoção de bem-estar aos proprietários e aos trabalhadores. A observação sistemática da paisagem, o depoimento dos interlocutores depõe contra esse regramento jurídico. O imóvel é utilizado para especulação, para extração da renda da terra.

Os acampados(as) mencionaram que desde a entrada na área encontraram as fazendas Crixá, Cangalha, Maltizaria, Laranjeira e Porteirinha em formação de capoeira. Espécies do Cerrado ocupam o solo e sombreiam a braquiária esparsa. A pastagem degradada é arrendada para criação bovina. A crise de 2008 aumentou o caráter da terra como reserva de valor. O agronegócio, apoiado pelo crescimento da bancada ruralista, pactuada com as bancadas da bíblia, da bala, dos bancos defendeu a ampliação dos estoques de terras, a incorporação e reincorporação de terras públicas, comunitárias ao mercado como os assentamentos rurais, as terras indígenas, com titulação dos assentamentos e destinação à exploração, a especulação (Alentejano, 2020). Logo, os acampados(as) também descrevem o abandono de infraestruturas de desenvolvimento da pecuária. O Sr. Francisco assevera:

[...]. Eles alugava, arrendava, mas não tinha o interesse de manutenção da área. Por exemplo, os bebedouro tá acabano, as cerca tá

acabano, os pasto, seis, sete ano que eles num roça. Ou seja, eles estavam explorando o máximo do que tinha na perspectiva de passar para o Inca sucateado. Por exemplo, as família que fosse, que tivesse aptidão de cria gado, eles ia tê a dificuldade, ia tê de reformar os pasto. Porque eles destruíram tudo na ganância do lucro.

O que se vê não é o aproveitamento racional e adequado da terra pelos proprietários. Mas sua condição de absenteístas, que extraem renda da terra absoluta pela posse privada do solo, em detrimento do interesse da coletividade. Nesse caso a renda obtida não resulta da concorrência entre proprietários capitalistas, mas do monopólio da terra. Isso atinge interesses coletivos, porque onera a sociedade com um tributo pago aos proprietários, o que eleva o preço dos produtos agropecuários (Oliveira, 2007).

Curiosamente, o recuo dos herdeiros quanto a venda do imóvel se somou a posição contemporânea do Estado brasileiro de suspensão da reforma agrária. O governo de Jair Messias Bolsonaro, no seu primeiro ano paralisou a reforma agrária, não realizou nenhuma desapropriação, suspendeu a destinação de terras para criação de assentamentos rurais, nomeou Luiz Antônio Nabhan Garcia como secretário da Secretaria de Assuntos Fundiários do Inca, presidente licenciado da União Democrática Ruralista-UDR, organização patronal associada a práticas violentas de combate a luta pela terra e reforma agrária (Alentejano, 2020).

Conforme os interlocutores, o subsolo do imóvel também interessa a mineração. Já houve extração de minérios, embargada por ação de ambientalistas. Há pesquisas em curso, o que indica agentes com alvarás de autorização de pesquisa para estudos de viabilidade econômica da atividade minerária. Isso também é sintomático para a retração da venda do imóvel pelos proprietários. O governo Bolsonaro propôs facilitar os mecanismos de expansão da atividade minerária (Alentejano, 2020).

Proprietários de imóveis rurais têm direito, conforme a legislação brasileira, de participação nos resultados da lavra minerária na forma e valor que dispõe a lei. Conforme o Departamento de Produção Mineral (DNPM) (2017), o município de Formosa possuía 41 alvarás de pesquisa expedidos. Além de 28 relatórios de pesquisa aprovados para extração de areia, calcário, filito, laterita, manganês, quartzito, cascalho, ouro, fosfato, ferro, siltito, titânio, turfa, água mineral, metassiltito, argila. Esses relatórios corresponderam a 19,5% daqueles aprovados no estado de Goiás. De acordo com o DNPM (2017), existiam 39 pedidos de lavra e extração efetiva de areia, água mineral, brita, calcário no município supracitado.

As famílias encaminhadas da fazenda Santa Mônica as fazendas Cangalha, Maltizaria, Porteirinha, Laranjeiras e Crixá pelo Estado brasileiro. Visto que o Incra, por meio de edital em 2015, acordou a venda do imóvel com o seu proprietário, as mesmas famílias na terceira década do século XXI são ameaçadas de despejo. Historicamente submetidas a violência sistemática, inerente ao funcionamento do sistema capitalista, objeto da violência subjetiva, visível na coerção física direta, nas ameaças, humilhações, opressões, preconceitos, do mesmo modo, submetidas a violência simbólica, aquela que ataca nossa casa do ser (Zizek, 2014), tais famílias também são vítimas da violência institucional.

O Estado brasileiro, ao deslocá-las para o imóvel supracitado sob a promessa de aquisição, ao descumprir a decisão expressa em resolução, prática a violência institucional. Age ao arrepio do texto constitucional, ignora o cumprimento da função social da terra, o direito a reforma agrária. Isso coloca em xeque o Estado como guardião da lei, da justiça. Em contraposição, pode originar ações de violência divina, de justiça popular, em que há atos, ações, práticas para além da lei, dado a descrença com as instituições do Estado para promoção da justiça social, da democracia (Zizek, 2014; Foucault, 1979).

Conforme Foucault (1979), nessas situações as massas não reconhecem os árbitros neutros, os guardiões da justiça, mas os vê como instrumentos do poder de classe. O reconhecimento do inimigo cinde os grilhões. Ele é identificado nas experiências de opressão, nos atos lesivos, na (in)ação, nas humilhações. Nessa condição os sujeitos sociais rompem com as instituições do Estado, executam a justiça conforme os critérios da justiça popular. A oligarquia agrária utiliza historicamente a violência subjetiva, a grilagem, o desmatamento para manter o controle histórico do campo brasileiro. A CPT (2020) informou que aproximadamente trinta trabalhadores, contratados pelos proprietários da fazenda Cangalha, trabalhavam fortemente armados na limpeza de pastagens. O Sr. Leonildo narra o episódio:

No causo eles não estavam roçando a pastagem. Estavam roçando as entradas aqui com um belo de um trinta e oito na cintura. Cê já viu um gerente pegá uma foice e roçá? É um...prá mim é um pistoleiro. Um morenã que anda mais ele, que é o segurança dele. Roçá beira de corgô? Não, o cara tava roçando, era [como] um pretexto. Eles fazia questão de mostrá a arma, dexava a arma por baixo roçando o pasto. O pretexto dele é que tinha medo da onça. Que onça de dia? Já viu roçá pasto armado? É só prá instiga mesmo, acha que nós tem medo de arma.

A contradição no exercício de determinadas funções, o uso de objetos como possibilidade para execução de violência subjetiva soma-se a outras táticas para eliminação do território dissidente. No campo de forças os depoentes relatam situações no acampamento Dom Tomás Balduino que envolvem desligamentos e cortes no fornecimento de água, soltura de rebanho bovino nas plantações com pastejo e pisoteio das culturas agrícolas, sujeitos não identificados rondando as mediações, infiltração, cooptação de membros

do acampamento para obtenção de informações. Adicionado a notificação de desocupação, realizada pelo próprio proprietário do imóvel. A acampada Clarice expõem a situação:

[...] lá na área três, lá acontece que nossa água é lá na mina [...], parece que é uns doze quilômetros [...]. Prá chegá lá na caixa, porque nós compramos, gastamos com dinheiro de mangueira até chegá lá. Então é doze quilometro de mangueira. Aí o que acontece? Eles vão lá e desliga nossa água. Porque a caixa grande, aí tem a água que vai prá fazenda, né. E tem o registro que desce água prá nós. Aí vão lá e desliga. Eles desliga. Eles desmedam nossa mangueira, eles corta nossa mangueira. Então assim, é um dia inteiro, porque não tem como í de carro. Então quando falta água no acampamento é um dia inteiro. Nós já passo vinte dias, um mês sem água com essa briga de í lá liga [...]. Aí cê volta, quando cê vai lá, aí quando volta, [para o acampamento], a água não chegô ainda. Aí cê volta lá eles desligô. Então nós já passô, liga eles desliga, í lá ligá e eles desligá. Isso é água prá consumo, porque a nossa água que tem lá do rio não é consumível, a água não é potável. Então as cisterna, cavamos cisterna lá, só que a água também é salobra [...]. Então a única água que nós temos de consumo lá é essa e eles faz isso com nós, os funcionário da fazenda. Eles também não respeitam a nossa área. Não sei sí aconteceu nas outras áreas, não respeita os limites. Lá na área três tevê um ano que eles atravessô o gado dentro do acampamento. O gado pisoteou a plantação de todo mundo. [...] A gente foi falá né, pediu prá eles não fazê aquilo né, que tava passando dentro da plantação. Eles falô prá nós que nós não era dono daquilo ali não. Nós “tava pegano o boi” de ficar alí dentro. Nós não tinha que reclamá. Então nesse ano, não sei se foi ano passado ou ano trazado que aconteceu isso. Cabô, teve plantação que eles passô com uma manada de gado lá dentro. Cabô, pisoteou tudo.

O que se vê é uma guerra de baixa intensidade (Focault, 1979), com tensionamento psicológico cotidiano, parte dos estrategemas dos latifundiários para explodir a violência divina. A fúria dos acampados(as) justificaria tipificá-los de vândalos, bárbaros. Na guerra de classes o desafio é ler as estratégias postas no tabuleiro, para não ser presa fácil do jogo orquestrado pela oligarquia agrária. Os limites não são inocentes (Raffestin, 1993), cortar a cerca, ocupar, acampar no latifúndio, do mesmo modo que cercar o acampamento, eliminar sua possibilidade de manutenção, romper os limites acordados compõem o campo de forças, o “*cabo de guerra*” instalado.

A formação de base é um importante instrumento para o enfrentamento. Os interlocutores garantem que isso os municia para lidar com as provocações, com a guerra de baixa intensidade. Os funcionários da propriedade assumem o discurso e as práticas do opressor, se não o fazem são demitidos. Os depoentes declararam que um empregado foi demitido depois de dezessete anos de trabalho no imóvel, devido seu envolvimento amoroso com a filha de um sem-terra. O “*cabo de guerra*” envolve os usos e as apropriações da área, permitido pelo comodato realizado. O Sr. Leonildo esclarece:

Tem outra, o gerente falou que estamos aqui de favor. [...] a gente tem o direito de tirá madeira aqui. Eles cortô nosso direito de tirá madeira prá gente arrumá nossos barraco. Um dia eu tava com a madeira lá, o homi quase num dexô eu trazê ela. Mas nós tinha autorização de pegá madeira lá. Ele queria que eu descesse uma carreta de madeira prá num trazê. Eu falei: “*Não, essa aqui eu vou levá!!!!*” Nós teve uma discussão danada lá. Ele falô: “*Céis mora lá de favô!!!*” Eu falei: “*De favô não, nós tem um documento de comodato garantindo a estadia lá dentro meu cumpanheiro!!!*” Aí ele largô eu prá lá e eu vim embora. Mas ele é bem atrevido, ele ameaça todo mundo [...].

O Estado, responsável pela presença dos acampados (as) na área não soluciona o conflito, abandona a política de reforma agrária. Em contraposição, deixa os acampados(as) à mercê dos mandos e desmandos dos proprietários, submetidos a violência simbólica e a violência subjetiva. A violência física é a estratégia historicamente utilizada pela oligarquia agrária para garantir o domínio no campo (Feliciano; Midiero Júnior, 2018). A (in)ação do Estado o torna partícipe da violência orquestrada contra os acampados(as), a barbárie, a acumulação primitiva não se realiza sem sua conveniência. Frente a essa situação os acampados(as) reagem com práticas espaciais insurgentes, (Souza, 2013b), com a produção agroecológica, objeto de atenção do próximo item.

ACAMPAMENTO PRODUTIVO DOM TOMÁS BALDUÍNO: PLANTAR, CRIAR, COLHER, COMER, FORNECER ALIMENTOS À SOCIEDADE

O acampamento Dom Tomás Balduino é um território dissidente produtivo porque o substrato material ocupado, entendido como o conjunto de condições naturais geológicas, que também se consubstancia como primeira e segunda natureza, (Souza, 2013b), foi reestruturado, refuncionalizado. O ambiente construído, a materialidade socialmente produzida o tornou um espaço social produtivo. O que se vê na paisagem não são apenas barracos e estradas vicinais que os conectam.

Mas hortas familiares e coletivas, plantio de grãos, criação de pequenos animais, hortos de plantas medicinais, armazéns de grãos, quintais agrobiodiversos (fotos 1, 2, 3 e 4). Na área 2, todo o espaço é utilizado para cultivo e criação, exceto uma porção diminuta com afloramento rochoso. Os acampados(as) plantam e criam para autoconsumo, também fornecem alimentos a

sociedade, sobretudo a classe trabalhadora urbana precarizada. O Sr. Leonildo discorre sobre a questão:

A produção em geral a gente planta arroz, feijão, mandioca, amendoim, quiabo, jiló, gergelim, batata doce, milho, abóbora, mamão, hortaliças, (alface, tomate, repolho, couve, rúcula, pimentão, pepino, cebola de folha, coentro), urucum, cana. De tudo que um pequeno produtor faz nós fazemos aqui dentro, de tudo. E nós todo ano, nós faz um coletivo de plantá feijão aqui. No coletivo nós arruma um grupo, que trabaia em coletivo ali, todo mundo junto aí. Trabaia na base de mutirão também, as vez a sua roça, em comparação tá suja, a gente vê que tá muito suja. A gente arruma o pessoal tudo e limpa, pá deixa tudo intacto. É como diz o otô, o sustento das nossas família aqui dentro é a produção que a gente cultiva e é o que nós comê. Aí sobra alguma coisa prá gente vende prá compra otô tipo de produto. Porco, galinha, pato é os tipo de criação que nós tem aqui dentro. Porque nós veí pras área, nós não pôde cria animal de grande porte. Se nós cria vaca aqui dentro onde é que nós vamos prantá? Nossa área é muito pequena.

As fotos 1, 2, 3 e 4 revelam combinações, complementariedades, elementos da racionalidade econômica camponesa. As sementes crioulas armazenadas são usadas para o cultivo de cereais. O plantio, o armazenamento, fornecem possibilidade de novo cultivo, alimentos aos acampados(as) e as suas criações animais. A agrobiodiversidade, concebida como diversidade biológica/cultural que se retroalimenta, condição para a vida e a construção de agroecossistemas sustentáveis no campo (Machado, 2012), se materializa na policultura para o autoconsumo com comercialização de excedente.

OS PARIDOS DA TERRA

Foto 1 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo
Dom Tomás Balduino – Banco de sementes crioulas (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

Foto 2 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo
Dom Tomás Balduino – Área preparada para cultivo de feijão (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

Foto 3 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo
Dom Tomás Balduino – Banco de sementes crioulas (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

Foto 4 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo
Dom Tomás Balduino – Área preparada para cultivo de feijão (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

Foto 5 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo
Dom Tomás Balduino – Banco de sementes crioulas (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

A monocultura de pastagens foi substituída por cultivos sem agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes transgênicas, realizados com complexificação das relações inter, intra espécies. O Sr. Leonildo relata:

Aqui nós trabaiamô com a semente crioula. Essa semente que nós mesmo produz ela. A “praga” nós faíz o próprio remédio da pranta, nós faíz o combate nas “pragas”[...]. O adubo aqui, nós num usa adubo aqui. Nós num usamô adubo.

Outros interlocutores contestam, mencionam o uso de adubos verdes, como o feijão guandu e a mucuná.

Também utilizam o gergelim, o cravo de defunto como barreira de proteção contra as “espécies-praga” e produzem caldas naturais de fumo, nim, mamona e de espécies do Cerrado como o “*pai de cobra*”, inseticida natural para o controle de formigas.

As relações de ajuda mútua, entendida como forma espontânea coletiva de auxílio no trabalho, sustentada num código moral de reciprocidade, com auxílios familiares mútuos (Santos, 1984), representa um pacto de poder local que fortalece esse território dissidente. A produção é também regulada pelo Aditivo ao Instrumento Particular de Comodato de Fração de Bem Imóvel Rural (2015), tecido entre o entre o proprietário Mauricio Bicalho, o MST tendo o Incra como interveniente.

Esse contrato destinou 159,16 hectares as famílias divididas em três áreas (Silva, 2018). Conforme o autor, na área 1 foram autorizados o uso de 34,5 ha, na 2, 75,2 e na área 3, 50,9 ha. Isso permitiu o plantio de culturas de ciclo curto e perfuração de cisternas. Os depoentes avaliam que, a despeito de permitir a produção, o contrato impossibilitou o uso de outros preceitos legais, como a lei de usucapião. O que se vê no acampamento é um território dissidente, com a produção desenvolvida segundo os princípios, conceitos e condutas inteligentes da agroecologia. O Sr. Francisco acrescenta:

[A] produção nossa é basicamente hoje, [...] dentro da filosofia de resistência e alimento para as famílias que estão aqui dentro. Lucro muito pouquinho porque não tem as condições, mas nós produzimos de abóbora, quiabo, jiló, de tudo um pouquinho. Mandioca com um pouquinho mais de escala, mais escala para farinha e polvilho. Consegue *[vender]* aqui interno, externo, tem as feiras nossas do movimento, as feiras anuais em São Paulo. Mas têm dois anos que nós não conseguimos porque o Doria *[governador]* não deixa, ou *[vende nas]* feiras em Formosa.

A área exígua, a ausência de políticas públicas dificulta a produção agroecológica. Mas sua realização fortalece a soberania alimentar. O alimento é entendido como direito humano, sua produção

e distribuição como questão de soberania popular e nacional, produzido de modo adequado ao bioma, com controle do processo produtivo e ruptura com o mercado agrícola conduzido pelas corporações multinacionais, com fortalecimento dos regimes alimentares locais e do comércio transparente, com controle das sementes, da água, da terra (Carvalho; Stédile, 2012).

Em contraposição, no Brasil assiste-se à ampliação da insegurança alimentar, com a escassez de alimentos básicos referendada pelo Estado, que garante prioridade absoluta as políticas públicas para o agronegócio (Alentejano, 2020). O acampamento produtivo Dom Tomás Balduino, como território dissidente, também oportuniza a constituição de redes de comercialização alternativas. Nele a agroecologia se efetiva como prática, movimento e ciência (Silva; Souza, 2019). Conforme os autores, como prática social relaciona-se ao uso de técnicas, conhecimentos que conservam o solo, os bens naturais, promove a autonomia no uso de insumos e tecem redes alternativas de comercialização, com reciprocidade ecológico-social. Como movimento se revela nos *agri-cultores*, que retomam o conhecimento empírico, originário, aliados a agentes e movimentos que defendem a saúde coletiva, a justiça social, a soberania, a segurança alimentar e nutricional.

Como ciência se coloca como área de conhecimento científico interdisciplinar, para promoção e construção de agroecossistemas sustentáveis. Silva (2018) constatou que o MST reavaliou a constituição dos acampamentos na segunda década do séc. XXI. Os acampamentos produtivos de massa tiveram o intuito de formar os camponeses na matriz produtiva da agroecologia. Por isso o acampamento produtivo Dom Tomás Balduino aderiu a essa matriz produtiva. Desde seu início os camponeses (as) apreenderam técnicas, princípios e conceitos da agroecologia.

Para isso foram desenvolvidos os Seminários de produção I e II, com discussão de cooperativismo, agroecologia, administração da

produção. Somado à atuação do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR, com cursos de compostagem, húmus, olericultura, apicultura, piscicultura e cultivo de bananeiras (Silva, 2018). Acrescenta-se as redes dissidentes locais, com intercâmbio de conhecimentos *campesino a campesino*. O campesinato possui conhecimentos geofísicos, biológicos, pedológicos, astronômicos (Bassols; Toledo, 2015).

Segundo os autores, na terra esses sujeitos sociais retomam as experiências, os conhecimentos coletivos, locais, experimentados e adequados aos ecossistemas locais. Por isso que sem reforma agrária não há agroecologia, sem agroecologia não há reforma agrária (Rosset, 2002). Os acampamentos produtivos, os assentamentos agroecológicos são saltos fora do *de-senvolvimento* agropecuário hegemônico. No acampamento produtivo Dom Tomás Balduino os camponeses promovem a agrobiodiversidade, com cultivo de inúmeras variedades de abóbora, como: goianinha, casca de jacaré, jacaré de pescoço, moranga. Silva (2018) também identificou as variedades baianinha, jacarezinho, menina, cabutia, moranguinho verde, jandaia.

Soma-se a isso o plantio de feijão crioulo das variedades jaulo, (roxo, rajado), carioca, catador, corujinha, preto e feijão de corda. Acrescenta-se os tipos carioquina, manteiga, gordo, sempre verde, roxão, jaulão, fradinho, fogo na serra, fígado de galinha, fava pintada, fava branca e feijão arroz (Silva, 2018). Os interlocutores também mencionaram o plantio do milho crioulo caiena, sol do amanhecer, hibra, pamonheiro. Na pesquisa efetuada em 2018 foram encontradas as variedades de milho pipoca, (branco e preto), vermelho e branco (Silva, 2018). Adiciona-se as variedades de amendoim vermelho, pampa, amarelo, preto, roxo e miúdo.

Além dos tipos de mandioca pão, cacau, cacau roxa, água morna, amarelinha, rosa, vassourinha, vassourona, japonesinha, sabará, buriti e roxa. O cultivo das pimentas malagueta (calabresa, malagueta normal),

passarinho, bode, vermelha, cumari, dedo de moça (Silva, 2018). As culturas de arroz (bico ganga, agulhinha, esmeralda), de tomate (cereja e tapera), de cana (roxa, caiana [roxa, chita, amarela, branca e argentina]). Adicionado a banana (pacová, maçã, maçã argentina, prata, nanica e marmelo), a batata doce (beterraba e roxa), o quiabo, maracujá, taioba, maxixe, jiló (pequeno e gigante), cará, inhame, gergelim, abacaxi, cabaça, cará, mamão e sorgo.

Os depoentes também destacaram o cultivo de espécies raras na agricultura camponesa, como o melão croá e a batata da Índia. O primeiro usado na produção de sucos, sorvetes, sopas, cremes, vitaminas e licores. Também consumido verde e cozido como legume, possui propriedades medicinais contra dor de garganta, verminoses, febres e mordidas de cobras. A segunda, conhecida pelos acampados(as) como “*insulina natural*” porque “*tira os diabéticos da agulha.*” No acampamento produtivo esses sujeitos retomam a medicina popular, com saberes biológicos/etnotaxonômicos, guardados na memória de sujeitos que são bibliotecas orais do grupo (Silva, 2018).

A acampada Fernanda esclarece: “*Falando da medicação, aqui tem o horto, que é uma horta só de plantas medicinais, em todas as áreas tem. Que é um projeto que nós fizemô, então tem o horto, que é plantas medicinais.*” Silva (2018) identificou as seguintes espécies medicinais cultivadas pelos acampados(as): arruda, alecrim, babosa, losma, sete dor, tanchagem, erva santa maria, hortelã, erva doce, manjerição, capim cidreira, guiné, bálsamo, algodão e gengibre. Segundo os depoentes, as plantas medicinais solucionam febre, diarreia, gripe, diabetes. Nesse território dissidente o que se assiste são práticas espaciais insurgentes.

De acordo com Souza (2015), práticas materializadas em ações e processos de resistência, de reconstrução socioespacial, com construção, por exemplo, de redes locais e extra locais de apoio, cooperação, solidariedade, comercialização alternativa. Além de

manifestações de descontentamento, protesto, desejo de emancipação. Com produção de espaços refuncionalizados, reestruturados. Conforme o autor, são práticas que criam dissidências, expressões de outra sociedade frente a sociedade instituída. A acampada Leonilda revela elementos dessas práticas espaciais insurgentes:

Desses nossos feijão. Esse ano que nós fez esses plantio. Nós tivemô uma grande colheita de feijão aqui orgânico. Mas como nós não podemos falá que é orgânico, porque nós não temos o selo e nem como prová, né. Então a gente, esse feijão nosso uma parte dele foi vendida. A CPT comprou uma parte de alguns companheiros e foi vendida. Foi feito cesta para serem doadas pela igreja. Então uma parte foi doada pela igreja, outra parte foi comprada e outras nós duamos pelo próprio movimento. E o movimento colocou nas cestas, aonde foi doado na periferia viva de Goiânia. Então, além da gente plantá para o nosso sustento, plantá para matar a fome de outras pessoas, que a gente fez prá cê doada. E desses feijão que foi doado em todas as área, a gente fez doação em Formosa, [...]. Fizemô um grande ato em frente à igreja católica [*de Formosa*]. Todo ano nós faz esse ato. De quando nós chegamô aqui. O nosso propósito. A gente plantá. Quando a gente colhê, que tem aquele excedente, que começa bastante coisa, bastante quiabo, então colhe aquilo alí tudinho, que a gente não usa tudo, a gente faz essa doação [...]. Esse ano, [2020], nós fizemô a mesma coisa, doamos muito alimento em frente à igreja. Doamos muito feijão e muitas verduras e muitas leguminosas. Então a gente trabalha nesse sentido. Porque esse assentamento aqui, quando ele foi projetado, desde quando ele foi projetado. [...] ele está registrado para virar um assentamento modelo de agroecologia.

O acampamento como território dissidente expressa outro projeto de produção de alimentos. O descontentamento e o

desejo de autonomia dos impérios agroalimentares movem a tessitura de redes dissidentes de apoio, solidariedade, cooperação, de comercialização alternativa extra local, com criação de outra unidade campo-cidade. Os depoentes relatam entrega direta de polvilho e farinha sob encomenda, especificamente para consumidores em Brasília, Formosa, Goiânia, Anápolis pelo valor aproximado de R\$ 6,00 a R\$8,00 o quilo. Também mencionaram doações recebidas de vestuário e protestam contra o preconceito, arregimentado inclusive por meios de comunicação locais, que os tipificam de desocupados. Leonilda expõe:

A situação nossa em Formosa é assim... A mãe dela sempre fez, acho que foi uma das primeiras companheiras a fazer feira aqui em Formosa. A mãe dela e outros companheiro da área 1 [...]. Eles começaram a fazer feira, só que no começo em Formosa e até pouco tempo, agora que nós tá conseguindo entrá no mercado de Formosa. O preconceito é muito grande com nossa mercadoria. O preconceito, assim, se você chegá, principalmente nas feiras, tanto que um dia eu ouvi um cara falá no rádio [*emissora de rádio do município de Formosa*], porque nós tinha ido pedi uma área prá gente coloca nossos produto à venda. E teve um debate na rádio e esse nosso pedido, essa nossa fala, não sei como alguém falo dele na rádio. Um radialista, filho de uma mãe abençoada, aí o cara falô que tinha de joga nós: *“Tem de jogá aquele bando de desocupado lá po final da rua, porque como é que nós vamô pegá, nós paga imposto e tudo, nós vai trazê eles pá coloca numa feira em frente, perto de nós. Pra nos prejudica nós vende. Isso não é justo, tem que bota eles lá po final da rua.”* E num foi só nós, isso eu percebi que é em todos nossos companheiro que são assentado, que tem por aqui por esse entorno todo. Só que eles não têm a cara de pau que nós temos, de í atrás, de enfrenta, se não vai por bem, vai de outro jeito!!! Se não aceita de um jeito,

nóis pega a mercadoria e põe lá, se nóis não vende ela, nóis doa ela!!! Mas pelo menos desafia!!! Nóis faíz, porque nóis precisa mostrá!!! Igual, tava um projeto de nóis fazê uma feira uma vez por mês só em frente à praça da igreja. Embargô que não pôde de jeito nenhum. Mas eles que nos aguarde!!! A prefeitura diz que não pode, porque vai comprá uma briga com os feirantes, então num pode isso. Então ela, [a prefeitura] arrumo lá prá nóis. É prá nóis e lá e toma posse do ponto. Um ponto pras três áreas na feira de domingo. Vamô toma posse agora. Nessa outra que é de quarta-feira, a gente sempre teve acesso a ela, no Jardim Califórnia, que onde nóis tá agora. Aí a gente retornô porque a gente fez um projeto com a CPT, a CPT nos ajudô com algumas coisa. Então nóis precisa mostrá que o projeto funciona e começamo com as cesta, que a gente começo a vendê. Então nóis não tinha um local prá chega e montá a cesta. Aí o que eu falei com as minina: “Nóis vamô arruma um local. Nóis vamô prá feira do Jardim Califórnia. Além de nóis fazê a feira, mostrá os nossos produto, lá nóis vira um ponto de referênciã pros companheiro í retirá as cestas.” Foi assim que a gente começô, eu, o companheiro, a companheira e o companheiro alí com a cara de pau. Nóis falamô, nóis vamô e vai dá certo!!! O primeiro dia nóis foi e ocupo a casa do companheiro, ocupamô a casa do Maurélio [professor]: “olha, nóis precisa monta essa cesta aqui, pode?” Ele disse: “tranquilo, pode montá aqui.” Ficamô na casa dele, montamô a cesta tudinho lá. Ele falô assim: “olha, ocês pode continua aqui.” Aí nóis sentô de novo aqui os três, a companheira tava no grupo com nóis. Avaliamo que na casa do professor não ia dar certo. “Gente nóis tem que acha um lugá!!!” Construimo para alugá uma casa, ficava complicado. Aí eu falei: “nóis já tem o lugá, a feira do jardim Califórnia. Nóis vai bota uma banca lá, constrói o local e lá nóis pode montá as banca, enquanto a pessoa retira a cesta, nóis tá vendeno nossos produto.” Aí assim nóis tá fazeno, agora já

começamo, os companheiro da área 3 também já foi junto com nós. E nisso nós vai construí prá inseri todos no local. Além da gente fazê a cesta, a gente faz o nosso debate.

“*Sem-terra*” é também um termo apropriado de modo ideológico pelas classes hegemônicas, sobretudo pela oligarquia agrária para tipificação dos camponeses acampados e assentados como tomadores de bem alheio. Nos municípios goianos é corriqueiro no imaginário social a menção aos assentados de reforma agrária como “posseiros.” O *habitus* de enfrentamento (Almeida, 2006), dos camponeses organizados pelo MST instala um campo de forças classista. O debate do projeto de sociedade se desloca para o urbano, se revela no conflito com instâncias do Estado, na localização adequada nas feiras livres, na construção de feiras da agricultura familiar. Nesse campo de forças se tece arcos de poder de apoio e solidariedade de sujeitos sociais, entidades e consumidores.

O território dissidente instala tentáculos de apoio em redes alternativas de comercialização, como aquelas oriundas de Consumidores que Sustentam a Agricultura-CSA, organizadas, por exemplo, em grupos do aplicativo *WhatsApp*. O território dissidente zonal conforma-se em território dissidente-rede contra hegemônico. O grupo de comercialização de cestas agroecológicas do acampamento Dom Tomás Balduino, denominado: “*Cestas Dom Tomás Balduino*” contém quarenta sete participantes. Desse montante, somente três são acampados(as). Eles, todas terças-feiras publicam os produtos disponíveis para comercialização.

Os pedidos são realizados pelos consumidores no aplicativo e entregues as quartas-feiras na Feira do Jardim Califórnia, realizada das 7hs às 12 hs. Comumente são disponibilizadas na cesta verduras, como: alface, (crespa, americana, repicada, roxa), tomate, pimentão, rúcula, couve (Kale frisada, normal), brócolis,

acelga, repolho, cenoura, beterraba, salsa, coentro, rabanete, cebola de folha, mostarda, almeirão, pepino. Essas culturas olerícolas são produzidas nas hortas comunitárias, como a horta da área 2. Na foto 2 se observa a extensão da área cultivada, com as diversas culturas cultivadas e vendidas na cesta camponesa.

Na cesta também são comercializados polvilho, farinha, quiabo, ovos, abobrinha de pescoço, pequi, maxixe, mel, pimenta de cheiro. Adiciona-se produtos da indústria artesanal camponesa, como: polvilho, farinha, açafraão, conservas de pequi com pimenta, geleias de frutas nas variedades: maracujá, amora, cagaita, chocolate, tamarindo, abacaxi, cremes de pimenta picantes das variedades: vermelha, amarela, verde, suave (fotos 6, 7, 8 e 9). Apesar de serem produtos agroecológicos, são vendidos pelo valor dos artigos convencionais, em algumas situações por preços inferiores. A produção das geleias e dos cremes (fotos 6, 7, 8 e 9), é realizada pelo coletivo de mulheres: “*Especiarias da Terra.*”

Foto 6 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino – Área preparada para cultivo de feijão (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

OS PARIDOS DA TERRA

Foto 7 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino– Indústria artesanal camponesa de produção de farinha de mandioca (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

Foto 8 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino – Quintal agroecológico agrobiodiverso (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

Foto 9 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo Dom Tomás Balduino – Indústria artesanal camponesa de produção de farinha de mandioca (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

A coordenadora Celina esclarece a fabricação dos produtos:

A geleia é a base de pectina [...], que é da própria casca do maracujá, mais a pimenta e o açúcar. E aí escolhe a fruta que quer, porque não é em si [*o sabor do maracujá*], porque maracujá só se quiser mesmo de maracujá. No caso da cagaita a gente usa a casca do maracujá, que é a pectina, a pimenta, o açúcar e a cagaita, a de abacaxi é do mesmo jeito. Escolhe o sabor que quer e todas vão a pectina, o açúcar e só. Já o creme é... Ele vai o óleo vegetal e vai as pimentas. Os amarelos é nas pimenta amarela e vermelha. O verde é somente a pimenta verde, que vai as pimenta de cheiro, as pimentas dedo de moça. Se for suave é as pimenta que arde menos, se for picante é as mais ardente [...]. E as extra picante que é aquelas chamada de “*saco de velho*”, aquelas mais picante possível. E aí o controle da acidez é o vinagre, a gente

controla um pouco com as pimenta e tira o ardido e conserva com o vinagre. Se a gente tem plantio de vinagre, dá para usá aquelas frutinha. Se não tem, por exemplo, que tá escasso, aí a gente utiliza mesmo o vinagre do mercado. Infelizmente a gente utiliza o vinagre, porque é um dos produto que a gente usa. É o vinagre e o açúcar que é industrializado, o restante é tudo natural. Aí colhe nas hortas né, coentro, cebolinha é só isso que vai.

A foto 9 expõe o controle do processo produtivo da mercadoria camponesa. O cultivo de mandiocas destina-se a comercialização *in natura*, a fabricação de polvilho e farinha. Os quintais agrobiodiversos permitem a produção para o autoconsumo, a elaboração de produtos artesanais, como os cremes, as geleias e as conservas, vendidas nos canais de comercialização alternativos. Esses provêm de disputas e experiências pretéritas.

Os entrevistados relataram a construção de uma barraca para comercialização as margens da GO-116, localização marginal na feira livre de domingo em Formosa, realizada das 7 hs às 12 hs. A despeito disso, a cesta camponesa mantém desafios como: arregimentação das famílias acampadas, planejamento da produção, manutenção das redes de cooperação e solidariedade de consumidores, custos logísticos de deslocamento, defesa de outro projeto de produção de alimentos, violência institucional e tratamento subalternizado dos acampados(as)/feirantes pelo poder público. Leonilda argumenta:

O problema [...] com a cesta é porque a gente se desafiou, sabe? Mas ainda dentro das nossas próprias famílias [...] é complicado. As pessoas vê aquele desafio de extrema necessidade no momento. Então é um desafio que a gente tá fazendo. Tem dia que a gente fala: “*olha num vai dá essa semana!!!*” Mas aí a gente vai. Nós fala assim: “*nóis tem que í com o que nós temos e temos que por lá o*

que nós temos!!! E í conversá com os companheiros pra continuá nus apoiando nesse desafio!!! ” A gente vende tudo. As distância é longe. Então as vezes a gente vai levá prá vendê, num compensa nem a gasolina que a gente vai gastá. Mas devido à situação que nós estamos é o nosso desafio. E tem que pegá e tem que í!!! Nós tem que fazê isso, porque lá é onde nós vamô mostra!!! E nós já conseguimos, a partir disso a gente já realizô reunião. As pessoas que tá lá já começô nos vê. Já começô fazê debate. Hora que tem uma pessoa que é um prefeito, vai lá, que é um secretário a gente tá ali, a gente tá ali mostrando, porque o nosso desafio agora é esse. Porque nós não temos documento. Tanto que o nosso desafio, desde quando nós chegô aqui, que tem hora que eu fico por aqui, querendo fala prá ele [*prefeito de Formosa*]. Mas infelizmente a gente tem que sabe dosá. Mas desde quando nós chegô aqui, nós nunca conseguimos tê ajuda da prefeitura prá nada!!!! Nada!!! Em termos de produção a prefeitura nunca nos ajudô em nada!!!! Nenhum tipo de assistência!!! Quando você vai atrás, que vai falá, que você questiona, que você fala. “*Olha, aquelas pessoas é daqui. Eles precisam disso. Eles são cidadão, são direito eles tá lá.*” A prefeitura diz: “*mas infelizmente nós não podemos fazê nada, porque nós não temos DAP.*” Então tudo que essas famílias têm. Que você anda hoje nas três área. Tudo que essas família planta. Tudo que tá arado aqui ôhhh!!! Foi tirado de um dia prá comprá o alimento prá quem tem filho. Prá fazê isso aí, prá produzi. Porque nós num ganha uma hora de trator sequer. Se tem, nós temos que ralá e corre atrás e conquistá o dinheiro prá fazê. Tudo aqui é investimento próprio nosso, não temos ajuda de ninguém, de nada!!!!

A violência institucional permeia as esferas do Estado. O poder público de Formosa transfere a responsabilidade para o governo federal, vê os acampados(as) como problema do Incra. Esse instituto, que encaminhou os acampados(as) para o imóvel,

emitiu resolução e portaria de aquisição da terra, os deixou à mercê da violência simbólica, subjetiva da oligarquia agrária. O abandono, a subalternização se revelam na manutenção das estradas vicinais para o acampamento. O último concerto ocorreu em 2015, requerimentos sucessivos foram efetuados sem sucesso. A infraestrutura inadequada danifica os veículos utilitários e promove dificuldades para comercialização da produção.

A violência se expressa também na proposta de educação. A educação urbana, descontextualizada do projeto camponês, soma-se a precariedade do transporte escolar. Os depoentes relataram os longos períodos das crianças e jovens no ônibus, seu mau estado de conservação, a constante manutenção, com falta de equipamentos de segurança, o que resulta em faltas à escola, além do transporte de materiais impróprios. A ausência contínua resulta em notificação dos pais. A denúncia da prefeitura à Vara da Infância e Juventude não tem solucionado a questão.

Os entrevistados, apesar disso, constroem alianças com a sociedade, tanto com as organizações sindicais, os partidos progressistas, quanto com a classe trabalhadora urbana precarizada. Pactos de poder os fortalecem dentro da conjuntura de negação da reforma agrária do governo Jair Messias Bolsonaro. Os depoentes revelam tenacidade em defesa dessa política pública. Como mencionam: *“estamos lutando com unhas e dentes.”* Eles sabem da inviabilidade da cidade para os precarizados: *“na cidade o pessoal tá morrendo tudo de fome.”*

No entendimento deles os centros urbanos não são mais o lugar das oportunidades. Suas experiências socioespaciais como vendedores ambulantes, cozinheiras, operadores de máquinas, cuidadoras de idosos, auxiliar de serviços gerais revelaram seu lugar social na cidade. O nomadismo, a liberdade de locomoção, de deixar uma região pela outra, uma fazenda pela outra (Martins, 1981) permeia a vida desses sujeitos sociais. Como antigos residentes de municípios

goianos (Anápolis, Goiânia, Alexânia), provenientes do Distrito Federal, Mato Grosso, Piauí, Maranhão os acampados(as) seguem cultivando a utopia da terra de trabalho.

Cultivadores de revoluções feitas à mão, se levantam contra aqueles que não os deixam sonhar. Os depoentes mencionam o desejo de conquistar a terra, criar e reproduzir a família, produzir o próprio alimento, dar sentido a luta dos mártires da luta pela terra e pela reforma agrária. A herança da terra os impulsiona, mas desejam terra própria, sabem do jugo que envolve viver em terra alheia. Como menciona Clarice: “*morá nas fazenda dos otô e sê mandada por patrão.*” Portam a ideia do sítio, do uso e apropriação do solo assentado na geografia camponesa (Paulino, 2012). A Sr^a Márcia esclarece:

Meu sonho é esse, né. [...]. Meu sonho é tá na minha terra. Porque eu fui criado em roça. Meus pai trabaiava de arrendo. Porque meu pai nunca teve uma terra. Ele trabaiava de arrendo, arrendava, né. Então eu fui criada cum meu pai. Ele trabaiano em terra dos otô, de arrendo. E o único tempo que eu fiquei na cidade foi dez ano, porque eu fui prá Anápolis, né. E a gente ficô morando lá uns dez ano, [...]. Eu vivia era de renda também, vendia enxovais e remédios naturais. Mas o sonho da terra nunca morreu. Tô aqui nessa luta a cinco ano, né. E a gente tem aquele sonho que a gente prantá. Igual a gente tá aqui, a gente num tem aquela segurança de prantá uma coisa, um sítio por exemplo. Umas frutífera mais igual laranja, mexerica, por exemplo. A gente num tem como a gente prantá porque num sabe se vai ficá aqui né. Então meu sonho é tê meu pedacinho de terra e fazê meu sítio. Quero fazê um sítio bem arrumadinho, sabe?

O depoimento revela que o espaço é constituinte e constituído pelos sujeitos sociais. Eles, estereotipados no discurso social como vândalos, vagabundos se revelam no acampamento Dom Tomás

Balduíno como homens e mulheres de pele queimada, mãos grossas da lida na terra (foto 10). Na foto 10 o camponês prepara o solo para plantio de mandioca. Conforme seu depoimento, naquela oportunidade aguardava a “lua boa” para semear o cultivo. Nos confessou que ainda jovem aprendeu esse conhecimento etnoastronômico.

Numa determinada ocasião preparou a terra para o plantio, advertido por um adulto desacreditou do ensinamento. As mandiocas nasceram, cresceram, ficaram bonitas, mas não produziram boas raízes. Desde então só planta as “ramas” de mandioca entre a lua minguante e a lua nova. Esses camponeses(as) acampados carregam olhares cansados e, ao mesmo tempo, esperançosos. São *agri-cultores*, dominam o saber/fazer agropecuário (foto 4). Nos relatos recolhidos na caminhada transversal a menção a produção os faziam mover em direção a sacas de farinha, de polvilho, a garrafas de semente crioula, ao paiol de milho, ao galinheiro, ao chiqueiro, aos produtos da indústria artesanal camponesa.

Foto 10 – Brasil – estado de Goiás – Acampamento produtivo Dom Tomás Balduíno – preparo da terra para o cultivo de culturas agrícolas (2020)



Fonte: Acervo do autor. Pesquisa de campo, 2020.

No gesticular de braços, nos passos apressados, na cabeça apurhada, no olhar entrecruzado ao do pesquisador a timidez, a desconfiança, o comportamento reticente inicial é substituído pela fala segura. O camponês e a camponesa acampada que trabalham a terra e garantem o sustento da família sentem orgulho do que fazem. Sorrisos, indicações das galinhas, dos porcos criados, das plantações realizadas. Um ou outro “*estica*” o diálogo até um cultivo de mandioca, de abóbora. Com enxadão na mão *cavucam* a terra, abrem a folhagem, mostram com alegria a mandioca, a abóbora sadia no ponto de colheita. Manifesta-se a tríade terra-família-trabalho do campesinato brasileiro (Almeida, 2006). A Sr^a Margarida explica:

Meu sonho, como disse as companheira, [...] é conquista meu pedacinho de terra prá produzi meu alimento. Prá que eu não precise ir lá no mercado e ver um pacote de arroz que é R\$20,00 reais e meu dinheiro é só quinze. Aí eu vô tê que contá as moedinha prá interá os vinte prá pode comprá um pacote de arroz, entendeu? Meu sonho é esse, conquista meu pedacinho de terra, plantá, cria meus bicho. Prá não sê preciso í na cidade prá comprá nada pra mim comê e nem sustenta minha família e nem meus neto que venha mora comigo.

Os camponeses(as) plantam, criam para colher, comer e fornecer alimentos à sociedade. Na revolução feita a mão garantem o cumprimento da função social da terra e sonham com o direito ao alimento. Sabem que a comida se tornou mercadoria, inacessível aos precarizados e desvalidos do mundo. A experiência urbana precarizada, a fome, a vivência pretérita na terra os ensinou que terra é sinônimo de produção de alimentos, fundamentais a vida digna. Eles experimentam, atualmente, a dura realidade da contrarreforma agrária.

O Estado brasileiro é comandado por interesses dos grileiros, dos agentes do agronegócio (Alentejano, 2020). Esse Estado, que nega aos camponeses a terra, a política agrícola condizente, também é negligente com o direito à educação do campo, construída pela luta dos movimentos sociais, que articulam o movimento de educação do campo. No próximo capítulo se analisa a contraposta neoliberal do estado de Goiás para a educação no/do campo, pela aprovação do projeto de lei Goiás *Tec*.

ONDE FICA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENSINO MÉDIO AO ALCANCE DE TODOS?¹

Nesse momento há um aprofundamento de políticas neoliberais no Brasil e em Goiás, o que significa a eliminação de direitos coletivos arduamente conquistados. No estado de Goiás o projeto de lei que institui o “*Ensino Médio ao Alcance de Todos*”, aprovado em segunda votação na Assembleia Legislativa do estado de Goiás (Alego), encaminhado para sanção do governador propõe o ensino com uso de recursos tecnológicos para atender escolas situadas em distritos, regiões de difícil acesso e aquelas que possui *déficit* de professores em áreas específicas.

A sua execução dar-se-á por meio de ferramentas tecnológicas, com salas de aulas interativas instaladas nas comunidades, em que professores habilitados em estúdio transmitirão aulas via satélite, que serão assistidas em tempo real pelos estudantes. A proposta do Goiás *Tec* será desenvolvida via plataformas de

1 Texto originalmente publicado no periódico *Caderno Territorial*, v. 10, n. 12. jan./dez. 2020.

telecomunicação. Consta também no projeto de lei a existência de um professor mediador, responsável pela comunicação e interação entre os participantes via *chat* (professores habilitados, estudantes). Essa legislação cria cargos, funções comissionadas e terá um custo estimado de R\$ 676.264,98 no ano de 2022.

Para votação na Alego, contou com aprovação do Conselho Estadual de Educação (CEE) e constitucionalidade conferida pelo artigo 156 da constituição do estado de Goiás. Apesar do rechaço da sociedade goiana, em consulta ao site da Alego, em 23 de junho de 2020, 75% dos participantes eram contrários ao projeto, 25% a favor. Mesmo assim não foi submetida a audiências públicas e recebeu voto contrário dos deputados: Humberto Teófilo, Adriana Accorsi, Major Araújo, Coronel Adailton e Lêda Borges. Os deputados citados alegaram que o projeto de lei é ilegal, contraria dispositivos constitucionais.

Eles recorreram ao artigo 206, inciso I, da Constituição Federal, associado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394), ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao artigo 156 da constituição estadual. Também alegaram o ferimento do direito de tratamento isonômico entre os estudantes, a falta de qualificação dos professores para o trabalho com ensino mediado por tecnologias, as disparidades de acesso dos estudantes a tecnologias informacionais.

Do mesmo modo, questionaram se as instituições educacionais conseguem executar 100% da carga horária a distância. Mas não compareceu nos seus argumentos o desrespeito a outros regramentos legais, como a Lei nº 18.320, que institui a política estadual de educação do campo, a Lei nº 18.969, que cria o Plano Estadual de Educação, a Resolução nº 5, de junho de 2011, do CEE. Nessas normatizações o estado de Goiás, na instalação e manutenção de escolas no campo, o que envolve escolas de distritos e

regiões de difícil acesso, deve atentar-se para provimento de professores com habilitação específica para tais unidades escolares.

Adiciona-se a formulação de projetos político pedagógicos específicos, conteúdos e metodologias condizentes as demandas das populações do campo. Portanto, cabe ao estado oferecer condições materiais e humanas de funcionamento da educação no/do campo. O projeto de lei do “*Ensino Médio ao Alcance de Todos*” ignora a educação no/do campo, institucionaliza a subalternidade. Esse projeto de educação proposto às populações do campo destrói seus projetos de vida. Claro, posições contrárias ao projeto são contestadas, por exemplo, com argumentos *ad hominem* ou preleções simplistas.

Ataques são direcionados aos sujeitos e grupos de oposição, com definição de suas exposições como “*mimimi*”, contraditoriamente emanado daqueles que possuem argumentos simplistas. Outro posicionamento usual nessas situações é inverter a realidade. A educação mediada pelas plataformas digitais reduz custos, realiza-se de forma qualitativa. Os professores habilitados são capacitados, diferente dos profissionais incompetentes do ensino presencial, dispendiosos e inábeis ao trabalho. Essas ilações, realizadas sem dados comprobatórios, são desprovidas de índices de evasão, de conclusão, de inserção no mercado de trabalho dos estudantes egressos do Ensino a Distância. Quando questionados, os defensores dessas propostas recorrem as experiências individuais, complicadas para realização de avaliações científicas.

Tampouco são apresentados dados que mensuram a aprovação em exames nacionais. Ao fim e ao cabo é um conjunto de palavras desconectadas da vida do povo trabalhador do campo e da cidade. A redução dos custos, do mesmo modo, é apresentada sem dados, não há exposição de quanto será dispendido com a contração das empresas capitalistas que ofertam as ditas plataformas digitais. Os ideólogos do neoliberalismo, também, quase

sempre, aproveitam essas situações para reforçar os falsos inimigos do povo, tendo em vista capturar o próprio povo para seu projeto de sociedade. A culpa é do professor, do funcionário público, adjetivados pejorativamente de “*incompetentes, desqualificados, aspones, parasitas.*”

Contraditoriamente, nenhuma linha é dita sobre o dispêndio do orçamento da união com juros e amortizações da dívida, com a negação dos representantes eleitos de uma auditoria das dívidas dos estados e da união. Do mesmo modo, o silêncio é absoluto quanto a negação do pagamento do piso nacional de professores por estados e municípios. Ser professor é um sacerdócio, um dom, não é uma profissão, mediada por conhecimentos específicos, didático-pedagógicos, psicossociais. O horizonte dos ideólogos neoliberais é aprofundar a existência de dois mundos, o dos precarizados e o dos plutocratas, ou seja, o mundo do trabalho deve ser destituído de direitos.

As dores, o gemido do povo pobre, negro, camponês, proletário pouco importa, são tratados como custos, como fardos ao Estado. O que vale é a caneta, o famigerado ajuste fiscal. “*No saco*” do orçamento público não há fundo para o pobre, enquanto para os agentes parasitários do capital financeiro sempre é possível mais um socorro. O que significa dizer que para os precarizados o Estado é mínimo. Os ideólogos neoliberais também são defensores do fim da história, negam até que o sistema capitalista tem diferentes formas e modos de realização, alguns próprios da barbárie. Mas o povo não tem compromisso com discursos, falácias ideológicas neoliberais.

A régua de medida do ideólogo neoliberal, estruturada no ajuste fiscal, na democracia representativa é contrariada pelo homem de carne e osso, preocupado com a qualidade da educação dos seus filhos(as). Por isso historicamente ocuparam secretarias municipais de educação, secretarias estaduais, dentre outras

autarquias do Estado, marcham, manifestam, gritam e bradam aos quatros ventos que não era essa a educação que queriam. Constroem o seu projeto de educação, conquistam leis, regramentos jurídicos, políticas públicas.

Agora poderão não obedecer aos supostos caminhos “corretos” de mudança das suas condições de existência ditadas por discursos neoliberais. A Educação a Distância-EAD engendra a venda de produtos, a compra de pacotes de empresas de telecomunicações, preconiza como solução dos problemas educacionais receituários mercadológicos. Também negligencia as relações interpessoais, a aula como encontro de sujeitos que aprendem coletivamente. O professor, com sua visão sintética do conhecimento, os educandos com uma visão sincrética se encontram na sala de aula e por meio da linguagem, dos gestos, das expressões, do contato constroem o conhecimento.

Portanto, a EAD desconsidera a educação como processo, despersonaliza o ensino, ignora o tempo de atenção de crianças e adolescentes a tela de computadores. Adiciona-se a destruição da privacidade de estudantes e professores, a instituição de bolhas individualistas, a adesão a meritocracia, expressão do protofascismo. Associado a isso se estrutura na pedagogia tradicional, precariza o trabalho docente, em que professores/tutores orientam até trezentos alunos e possui elevados índices de abandono. Segundo Bittencourt e Oliveira (2020), utilizando resultados da pesquisa do Boletim informativo dos Resultados com Estudantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil, 63% dos estudantes dos cursos em EAD ouvidos possui problemas com a abordagem do tutor.

O Jornal Folha de São Paulo, de 27 de junho de 2017, mencionou que o último Censo da Associação Brasileira de Ensino a Distância, realizado em 2015, apontou que cursos ofertados totalmente on-line tiveram evasão de até 50%, nos semipresenciais

esses valores foram de 25%. Portanto, a educação no Brasil, seja no campo, seja na cidade obterá resultados positivos quando for tratada como política de Estado, não como custo e encargo indesejado. O Goiás *Tec* não expressa o projeto de educação desejado pelos camponeses, mas tentáculos da reforma empresarial neoliberal sustentada pelo Estado, que nega o direito à educação de qualidade aos sujeitos do campo. O projeto camponês de educação se expressa, por exemplo, nas Escolas Famílias Agrícola-E-FAs, objeto de preocupação do próximo capítulo.

DA EDUCAÇÃO DO CAMPO À EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

Concepções e experiências de
ensinar e aprender na escola família
agrícola de Goiás (2019)¹

São poucos os laboratórios que discutem educação do campo nos cursos de formação de professores de Geografia na Universidade Estadual de Goiás-GO. Os estudantes participantes do projeto: “*Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática*”, apreenderam entendimentos de educação do campo e de educação geográfica.

O processo de inter-relação teoria/prática desenvolvido pelo projeto contribuiu para formação de professores críticos e reflexivos, com observação de princípios, de saberes docentes, do conhecimento pedagógico geográfico, tendo em vista a execução de práticas de ensino de Geografia imbricadas à educação do campo. Os discentes da escola, com base no seu nível cognitivo, construíram instrumentos para o raciocínio geográfico crítico. A extensão concomitante à pesquisa corrobora com a formação de professores de Geografia capazes de construir o raciocínio geográfico crítico.

1 Artigo originalmente publicado na Revista Nera, v. 23, n. 53, p. 335-360, maio/ago., 2020.

EDUCAÇÃO DO CAMPO/EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: IMBRICAMENTO POSSÍVEL

Segundo Gallian (2008), o currículo, elemento utilizado pela instrução pública, defende muitas vezes a manutenção da ordem. O Estado regula e instrui o discurso pedagógico, que difunde símbolos, habilidades, princípios, determinações que atendem os agentes hegemônicos. O conteúdo do livro didático envolve produção, adaptação, transformação, regulação, e expressa o tipo de conhecimento autorizado aos sujeitos sociais. Os discursos, as competências, as atitudes, os conhecimentos, os significados comunicados visam o controle e o domínio da consciência.

Na escola, entretanto, pode ser produzido um discurso pedagógico específico, relacionado à comunidade escolar e à prática docente. Esse discurso, a despeito do vínculo com o discurso instrucional, pode materializar resistências, transformações. A prática pedagógica pode formar alunos críticos e autônomos. O professor como intelectual tem uma especificidade de posição de classe, funciona como pequeno burguês a serviço do capitalismo, *[ou]* intelectual 'orgânico' do proletariado (Foucault, 1979). Conforme o autor, o intelectual possui condições de vida e de trabalho específicas, a essas se submete ou contra elas se revolta. Também está imerso numa política de verdade da sociedade contemporânea. Como esclarece o autor:

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. [...] A verdade é deste mundo, ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. *[Há na sociedade]* os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros[...] (Foucault, 1979, p. 12).

A educação do campo como projeto de educação gestado pelos camponeses nega o discurso de verdade da educação rural, do agronegócio. Por isso, a educação do campo tem como traços identitários: a experiência educativa de resistência e a observação da realidade camponesa (Caldart, 2004; Fernandes, 1997), ou seja, o discurso de verdade que veicula, propõe o campo vivo, diverso, agroecológico. O movimento de educação do campo também propugna políticas públicas de educação para o campo, desde a educação básica até o ensino superior.

A despeito do desafio teórico posto na sua construção, a educação do campo sustenta-se na tradição pedagógica socialista, na pedagogia do movimento, na educação popular (Caldart, 2004), possui viés de classe, defende o vínculo entre trabalho, cultura e educação. O processo educativo deve promover novas alternativas de trabalho, novas práxis de fazer/produzir, necessita propor outros modos de viver, conviver, existir no espaço/tempo, o que implica transformações no modo de vida camponês.

O Movimento de Educação do Campo luta contra o fechamento de escolas no campo, propõe escolas no e do campo, com professores comprometidos com as particularidades e necessidades dos camponeses. As escolas do campo devem desenvolver entre os estudantes, socializações cooperativas, justas, coletivas, para construção de outro mundo possível. Do mesmo modo, deve se sustentar no contexto político, econômico, cultural, ambiental dos discentes (Caldart, 2004). Seu intuito é a formação crítica e autônoma. Por isso, faz uso de práticas educativas que valorizem a memória, a cultura, as resistências, as utopias do campesinato.

A educação do campo também deve observar o diálogo do conhecimento científico com o conhecimento empírico. Fernandes (1997) destaca que a educação do campo, concebida como disputa imaterial, permite determinada tessitura do espaço material, com promoção da reforma agrária e da agroecologia.

Segundo Freitas e Molina (2011), o direito à terra, ao trabalho e à justiça social são coetâneos à educação do campo. A educação do campo suscita a discussão dos projetos de desenvolvimento rural (Caldart, 2009; Freitas; Molina, 2011). Isso impõe a observação do movimento, das contradições da realidade.

Segundo Caldart (2009), a observação das particularidades dos camponeses implica cuidado com assunção de posições secretárias, que fazem adesão a particularismos. A educação do campo necessita ser emancipatória, deve vincular-se ao projeto de educação da classe trabalhadora, para construção de outro projeto de sociedade. Mas ela promove incômodos; os subalternos interrogam como educar para a vida e o trabalho no campo.

A escola, o currículo, o trabalho pedagógico necessita conhecer os camponeses como sujeitos, representantes de outro projeto de sociedade (Caldart, 2009). Há uma desnaturalização dos processos educativos, normalmente conduzidos apartados da vida, dos sujeitos atendidos (Freitas; Molina, 2011). O não a educação urbana, a escolarização profissional do agronegócio acirra a luta de classes, a tensão no interior do Estado.

Freitas e Molina (2011, p. 1) advertem:

As principais questões que devem ser transformadas para que as escolas do campo atuem de acordo com os princípios do movimento referem-se a: formular e executar um projeto de educação integrado com um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora; garantir a articulação político-pedagógica entre escola e comunidade a partir do acesso ao conhecimento científico; e, vincular os processos de ensino/aprendizagem com a realidade social e as condições de reprodução material dos educandos.

Não há uma pedagogia do campo, mas perspectivas pedagógicas radicais em que se sustentam a educação do campo. O Movimento de Educação do Campo se contrapõe ao imaginário coletivo de inferioridade do campo. Os gestores públicos destinam às escolas do campo o que sobra do urbano, desde o mobiliário até os meios de transporte (Freitas; Molina, 2011). A isso se soma a rotatividade dos professores contratados, suas condições de trabalho e a infraestrutura da escola, comumente instalada em antigas casas destinadas à habitação.

As escolas no e do campo devem enfrentar o desafio de formação de outro ser humano. O êxito vincula-se à inserção da comunidade camponesa na escola, com construção de espaços coletivos de decisão e a promoção de práticas pedagógicas coletivas (Freitas; Molina, 2011). Nelas os educadores não devem estigmatizar as crianças e os jovens camponeses, necessitam colocar-se juntos às comunidades, precisam gerir processos educativos escolares e processos educativos comunitários.

O método da pedagogia da alternância contribui historicamente para a educação do campo. A formação na alternância privilegia tempos e espaços diferentes (escola, família, comunidade), com formação integral dos estudantes para o desenvolvimento local (Jesus, 2011). A escola funciona como *locus* de reflexão, de debate de situações e de problemas que incidem sobre a vida das famílias camponesas. A família e a comunidade são ambientes de confronto teoria/prática, com realização de pesquisas, experimentações, experiências. A pedagogia da alternância é

um processo, uma metodologia, [...] um método dinâmico e complexo, que vai desencadear dentro de um contexto a integração de tempos em diferentes espaços a partir de uma problematização que exigirá do corpo docente uma preparação/formação (Jesus, 2011, p. 5).

São aspectos importantes desse método a integração de diferentes espaços/tempo, a construção coletiva e participativa do processo de ensino/aprendizagem.

Além disso, são representativos os seguintes instrumentos pedagógicos: o Plano de Formação, o Plano de Estudo, a Socialização da Pesquisa e o Caderno da Realidade. No Plano de Formação, encontra-se os conteúdos formais, as experiências e os conhecimentos empíricos dos estudantes. No Plano de Estudo, estão condensados os temas oriundos da realidade dos estudantes. A Socialização da Pesquisa coloca em comum os resultados do Plano de Estudo. Segundo Jesus (2011), esse método nasceu na França, nas Casas Familiares Rurais, local em que se concretizaram três modalidades de alternância: as alternâncias justaposta, aproximativa e real.

A primeira caracteriza-se pela falta de relação entre o tempo de trabalho e o tempo de estudo, a segunda integra esses dois tempos de formação, contudo, somente na terceira há interpenetração, relação dialética entre esses diferentes espaços/tempo. Na pedagogia da alternância, a associação da escola, os professores/monitores, os pais, as instituições de apoio devem ter claros a metodologia, para formação do camponês agente do desenvolvimento local (Jesus, 2011).

Segundo Jesus (2011), há três escolas famílias agrícola em Goiás: a Escola Família Agrícola de Orizona (Efaori), a Escola Família Agrícola de Goiás (Efago) e a Escola Família Agrícola de Uirapuru-EFAU. Nelas, há espaços para realização de atividades didático-pedagógicas, com a práxis da piscicultura, apicultura, olericultura, bovinocultura, suinocultura. Contudo, existem inúmeras dificuldades de infraestrutura laboratorial e de assessoria técnica, o que compromete a educação profissionalizante. Segundo a direção da Efago:

Um dos maiores desafios que se encontra na gestão da Efago tem sido a falta de recursos: financeiros, humanos, materiais, equipamentos e tantos outros necessários para o bom desenvolvimento de uma instituição de ensino. Essa carência afeta muito o bom desenvolvimento *[da escola]*. *[Também]* há uma carga horária excessiva que inclui pernoites e monitorias de finais de semana, o que torna exaustiva para os poucos servidores que a escola tem direito. As diretrizes da Secretaria Estadual de Educação, Desporto, Lazer e Cultura (Seduc) determinam que o número de servidores seja de acordo com o número de alunos e as especialidades da escola não são levadas em consideração. Também outra demanda árdua e exaustiva são os cuidados com a propriedade, não há servidores designados para isso, contamos apenas com alguns membros da associação que contribuem de acordo com suas condições. Os demais problemas são comuns as demais escolas: indisciplina, estrutura física e falta de compromisso de algumas famílias.

O Estado é negligente com os homens e as mulheres do campo, desconsidera as especificidades da educação do campo. Na Efago, há dificuldades de fornecimento de alimentação, de manutenção das dependências físicas, de dotação de laboratórios e equipamentos para realização de pesquisas, de realização de atividades práticas, de provimento de pessoal suficiente. A isso se soma a frágil participação das comunidades camponesas, dado seu vínculo precário com movimentos sociais camponeses.

O projeto de extensão desenvolvido na instituição procurou oportunizar experiências docentes, mediadas pela educação do campo e a educação geográfica. O imbricamento da educação do campo com a educação geográfica se deu na leitura crítica das contradições do espaço vivido. As experiências realizadas partiram do espaço vivido dos discentes da escola, para a

compreensão dos problemas, dos determinantes do modelo civilizatório contemporâneo e do modelo hegemônico de produção no campo que se materializam na geografia cotidiana.

Callai (2005) entende que o ensino de geografia necessita desenvolver a leitura do espaço vivido. Aprende-se a ler lendo o mundo e a escrever escrevendo sobre o mundo. Ler o mundo impõe ler o espaço para além das representações cartográficas, implica abordá-lo nas suas contradições, utopias e enfrentamentos. Torna-se relevante desenvolver no estudante a perspicácia do olhar, do observar, do descrever e registrar. Para a autora, o desafio é a compreensão do estudante do seu lugar no mundo. Por isso as concepções de Geografia e educação do professor são relevantes.

Silva e Silva (2012) defendem partir do espaço vivido, dos conhecimentos geográficos discentes para construção de conceitos geográficos. Os estudantes de cursos de formação de professores de Geografia devem ter acesso à formação epistemológica qualitativa, bem como manter diálogo com professores do ensino médio e fundamental. O trabalho docente deve fornecer instrumentos para o raciocínio geográfico articulado e crítico do estudante. Isso reclama reflexão das concepções pedagógicas, da didática, das metodologias utilizadas nas aulas de Geografia (Silva e Silva, 2012).

Cavalcanti (2005), tendo como base as concepções de Vygotsky, propõe refletir sobre o que acontece na cabeça do estudante com os conceitos que lhes são apresentados na escola. A educação geográfica é importante porque a vida cotidiana impõe o uso do raciocínio espacial. Os estudantes possuem conhecimento geográfico do espaço vivido, são agentes ativos da aprendizagem, o professor é um mediador, deve propiciar o confronto da geografia cotidiana com a geografia científica.

Perez (2005) entende que o ensino de Geografia precisa articular a leitura de mundo com a leitura da palavra. As classes

populares devem pensar o espaço geográfico para organizarem-se contra a opressão e a injustiça. A leitura do espaço pode ser desenvolvida pelo trabalho de campo. Trata-se de uma metodologia eficaz na obtenção de informações sobre as relações espaciais (Marafon, 2011). No trabalho de campo, os conceitos e as categorias transformam-se em experiências e vivências que concretizam os conteúdos.

Castrogeovanni (1996) afirma que o ensino de Geografia precisa analisar, contextualizar as vivências, as experiências, os conflitos, as ansiedades dos estudantes. Os espaços históricos e contraditórios devem ser entendidos no movimento constantemente entre o vivido e o percebido. Já Straforini (2018) defende o ensino de Geografia enquanto prática espacial de ressignificação. O papel da Geografia escolar é ser uma prática espacial que atua nos espaços de disputas com outro sentido discursivo.

Castellar (2006) compreende como inviável transferir de modo automático a Geografia acadêmica para a Geografia escolar. O conhecimento geográfico acadêmico deve ser transformado; o professor deve assimilar princípios para oferecer possibilidades de elaboração do raciocínio geográfico crítico pelos discentes. A prática docente necessita refutar o tratamento superficial das categorias, a desqualificação da cartografia e a negação da abordagem dos aspectos físicos do ambiente.

O professor de Geografia deve possuir saber geográfico qualificado, com formação pedagógica e epistemológica consistente. Cabe ao professor reestruturar os conteúdos, construir objetivos claros, tomar como base o espaço vivido e analisar os fenômenos cotidianos na dimensão multiescalar (Castellar, 2006). A Geografia escolar necessita realizar-se para uso prático e estratégico. A autora acredita que a educação geográfica se materializa no raciocínio geográfico, na leitura do espaço construído:

Pensar na perspectiva da educação geográfica é superar as aprendizagens repetitivas e arbitrárias, e passar a adotar outras práticas de ensino, investindo nas habilidades: análises, interpretações e aplicações em situações práticas; trabalhar a cartografia como metodologia para construção do conhecimento geográfico, a partir da linguagem cartográfica; analisar os fenômenos em diferentes escalas; compreender a dimensão ambiental, política e socioeconômica dos territórios [...] (Castellar, 2006, p. 12).

Logo, no desenvolvimento do projeto, o espaço vivido, as experiências discentes, o saber empírico, o projeto hegemônico de campo, os projetos alternativos, a formação docente crítica e reflexiva foram pressupostos importantes. No próximo tópico desse capítulo discorre-se sobre as experiências desenvolvidas e os conhecimentos constituídos no projeto de extensão.

AS EXPERIÊNCIAS DE ENSINAR E APRENDER, APRENDER E ENSINAR NA EFA-GO

Tendo como pressupostos a realidade concreta, constituída pela relação dialética objetividade/subjetividade (Freire, 1981), a intensa relação teoria/prática e a valorização do conhecimento discente, o projeto realizou encontros de diagnóstico e planejamento para a execução dos Espaços de Diálogos Temáticos (foto 11). Nesse momento, constatou-se o frágil entendimento de educação do campo dos acadêmicos do curso de Geografia, os quais não tinham tido contato com discussões, seminários, artigos científicos concernentes à educação do campo, situação similar dos professores participantes da educação básica.

Foto 11 – Goiás – Município de Goiás – Reunião de planejamento para realização de espaço de diálogo temático do Grupo Educação do Campo/GWATÁ (2019)



Fonte: Silva, Edson B. da, abr. 2019.

Com isso, tornaram-se necessários a localização, o levantamento, a leitura e o fichamento de referências sobre o tema em questão. A consolidação do entendimento de educação do campo ocorreu com a realização dos Espaços de Diálogos Temáticos. O Acadêmico Fernando² avaliou nos seguintes termos essa etapa:

No início [do] projeto eu visualizava a educação do campo como pouco relevante, por não ter muito contato e informação. No decorrer pude compreender melhor essa prática, pois de início buscamos uma fundamentação teórica, para adentrarmos no assunto e nos fornecer informações teóricas que contextualizasse essa modalidade de educação. [...].

2 Estudante do 6º período do curso de Geografia-Campus Cora Coralina (UEG).

A acadêmica Viviane³ acrescenta:

A princípio [...] debatemos textos sobre o que é a Educação no campo e do campo, no qual tínhamos como objetivo a elaboração de metodologias para o ensino de geografia nas escolas do campo. O grupo de Extensão de Educação do Campo nos propiciou uma grande oportunidade que não temos muito contato durante a graduação, que é a de conhecer e aprender sobre a Educação do campo e no campo de uma forma mais prática e interativa, agregando para nossa vida acadêmica e profissional.

A educação geográfica recebeu menor atenção em razão das disciplinas: “*Didática e Prática de Ensino I*” e “*Didática e Prática de Ensino II em Geografia*”, presentes na matriz curricular dos cursos de Geografia da UEG. Devido ao tempo exíguo para realização do projeto, a equipe teve de fazer escolhas teórico-metodológicas. Nos Espaços de Diálogos Temáticos houve o imbricamento reflexivo da educação geográfica com a educação do campo, tendo em conta os princípios pedagógicos, epistemológicos e do contexto escolar a serem observados pelo professor de Geografia.

Segundo Lopes e Pontuschka (2011), no exercício da docência o professor de Geografia mobiliza conhecimentos geográficos, pedagógicos e do contexto da ação educativa que formam o conhecimento pedagógico geográfico. Esse conhecimento constitui domínio de excelência do professor. Concomitante a esse momento, elegeu-se a Escola Família Agrícola de Goiás (Efago) para o desenvolvimento da práxis do projeto. Levando-se em conta o conhecimento do contexto escolar, realizaram-se leituras de textos sobre a instituição e seu método pedagógico, especificamente o estudo:

3 Estudante do 6º período do curso de Geografia-Campus Cora Coralina (UEG).

“A pedagogia da alternância e o debate da educação do/no campo no estado de Goiás.” Também foi feita visita exploratória, com anotação do que despertou a atenção e desenvolvido contato inicial com a comunidade escolar. Esse instante de inter-relação teoria/prática foi sucedido pelo diálogo franco e aberto com a direção da Efago. A respeito desse momento, Analice⁴ observa:

[...] tivemos a oportunidade de nos depararmos com o que é uma escola no campo e assim foi possível colocarmos em prática um pouco das discussões feitas no grupo e também compreender o funcionamento de uma escola no campo que usa como método de ensino a Pedagogia da Alternância.

Isso permitiu entender que o ensino da Geografia envolve domínio dos temas, conceitos e, ao mesmo tempo, traz formas adequadas de desenvolvê-lo conforme o contexto social da escola (Lopes; Pontuschka, 2011). Segundo Pontuschka (2010), conhecer a escola é relevante, pois o professor desempenhará papéis para além da docência. Nas reuniões com a direção foi elaborada a proposta de trabalho, que se materializou nas rodas de conversa, oficinas, cine debates e caminhada transversal.

Foram realizadas rodas de conversa com os estudantes de ensino médio da Efago sobre os seguintes temas: “*O Cerrado serrado, os efeitos socioambientais do uso e apropriação do bioma pelo agronegócio*”; “*Formação e produção do espaço agrário, conflitos agrários no mundo, no Brasil e em Goiás*”; “*O planeta terra: formação e evolução*”, “*a dinâmica sócio espacial brasileira: os fluxos migratórios campo-cidade*”. Além dos temas: “*A formação do planeta terra*”; “*O Brasil no contexto geopolítico internacional*”, dentre outros temas (fotos 12 e 13).

4 Estudante do 7º período do curso de Geografia-Campus Cora Coralina (UEG).

A práxis desenvolveu-se no espaço vivido, no conhecimento prático discente, nas experiências, nos conflitos, nas ansiedades e na identidade camponesa dos estudantes da Efago. O intuito foi confrontar a geografia cotidiana com a geografia científica, para compreensão dos espaços históricos, contraditórios, num movimento constantemente entre o vivido e o percebido (Castrogevanni, 1996; Cavalcanti, 2005). Tendo como base Castellar (2006), a educação geográfica empreendida na Efago procurou superar aprendizagens repetitivas e arbitrárias.

O processo de ensino/aprendizagem investiu na interpretação de situações concretas, na cartografia como metodologia de elaboração do conhecimento geográfico, na análise multiescalar dos fenômenos. Para o desenvolvimento da perspicácia do olhar, do observar, do descrever, do registrar (Callai, 2005), aderiu-se a diferentes procedimentos metodológicos, como: a tempestade mental, a discussão circular e em grupos, a leitura e reflexão de reportagens de periódicos jornalísticos, a exposição dialogada com uso de *slides*, a exposição de experiências, conhecimentos empíricos dos discentes, a análise e a discussão de documentários, a produção de pequenos relatos, etc.

Foram utilizados os documentários “*Ser Tão Velho Cerrado*”, “*sertão Serrado*”, “*Por uma outra globalização*”, “*A formação do Planeta Terra*”, etc. Nas imagens das fotos 12 e 13, esses diferentes momentos estão apresentados. Nelas os acadêmicos, municiados pelo conhecimento pedagógico geográfico, procuram ensinar pelos exemplos, pelas analogias, atividades em grupo, metáforas, demonstrações, ilustrações, vivências, experiências, etc. Também, conforme adverte Straforini (2018), a prática de ensino de Geografia se desenvolveu como prática espacial de ressignificação, com proposição de outro sentido discursivo nas disputas espaciais.

Essas metodologias criaram situações docentes. Os futuros professores de Geografia foram desafiados na escolha de

princípios da educação do campo e de educação geográfica, sobretudo das categorias espaço, natureza e território, tendo em conta a construção do raciocínio geográfico crítico. A estudante Sabrina⁵ avaliou nos seguintes termos a metodologia adotada: *“Achei que foi legal, porque a gente não costuma usar esses métodos, foi muito interessante os documentários.”*

Os recursos audiovisuais comunicam com adolescentes inseridos no meio técnico-científico-informacional. O estudante Pedro⁶ reafirma: *“[foi] Muito bom, porque com as imagens prestamos mais atenção, então eu gostei muito.”* A atenção, a observação, o registro atento oportunizou instrumentos de problematização de conceitos, denominações, teorias, pré-conceitos geográficos. O recurso audiovisual também permitiu uso simultâneo das linguagens visual e oral. As rodas de conversa não se converteram em aulas enfadonhas, retóricas, superficiais, decorativas.

Foto 12 – Estado de Goiás – Município de Goiás
– Rodas de conversa realizadas na Efago, GO (2019)



Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2019.

5 Estudante do 2º ano do ensino médio da Efago.

6 Estudante do 1º ano do ensino médio da Efago.

Foto 13 – Estado de Goiás – Município de Goiás
– Reprodução de documentário na Efago, GO (2019)



Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2019.

O diálogo, a negação da heteronímia, a observação do espaço vivido construiu e consolidou canal de comunicação eficiente entre os discentes da escola e os futuros professores de Geografia. O estudante Fabricio⁷ mencionou: *“Eu gostei bastante da metodologia utilizada [...], colocaram todos os envolvidos em roda, em troca de saberes.”* O estudante Alessandro⁸ complementou: *“Sim, [a metodologia foi boa] porque eles conseguiram fazer nós interagirmos com eles.”*

A estudante Marcela⁹ definiu nos seguintes termos a metodologia das rodas de conversa: *“Criativas, tendo muitas explicações e vídeos, para não ficar na falação durante as aulas.”* A estudante Cristina¹⁰ destacou o êxito da proposta adotada: *“Sim, não foram*

7 Estudante do 3º ano do ensino médio da Efago.

8 Estudante do 2º ano do ensino médio da Efago.

9 Estudante do 3º ano do ensino médio da Efago.

10 Estudante do 2º ano do ensino médio da Efago.

aulas chatas, foram aulas legais. Gostaria de ter mais aulas assim.” Já alguns estudantes teceram críticas relevantes, como o discente Roberto¹¹: *Bem, gostei bastante, [...] pois nos apresentaram alguns vídeos, sendo que o primeiro foi meio complicado de entender por ser um pouco grande. Mas avalio essa metodologia nota dez ...”*

Parafraseando Castellar (2006), as rodas de conversa oportunizaram o ensino de Geografia para o uso prático e estratégico. O estudante Jefferson¹² argumentou: *“Aprendi muitas coisas novas que não sabia, que servirá muito para minha pessoa.”* Outros estudantes ressaltaram os conhecimentos apreendidos sobre a evolução da vida, a formação do planeta terra, as placas tectônicas, a característica dos biomas brasileiros, portanto, nas rodas de conversa, não se negou a abordagem dos aspectos físicos do ambiente.

Os estudantes também revelaram aprendizagens dos efeitos da mineração, das características dos povos indígenas e quilombolas, do continente africano, da formação do povo brasileiro e da globalização. Sobre o último tema, a estudante Juliana¹³ destacou a sua abordagem multiescalar:

[Foi uma] aprendizagem global expandida, podendo ter [...] conhecimento do país, das regiões, de onde vivemos hoje em dia [...]. Outros discentes evidenciaram a negação da estigmatização das crianças e jovens camponeses pelos acadêmicos.

Segundo Rafael¹⁴: *“Gostei de tudo, da forma como eles [os acadêmicos] trataram nós.”*

11 Estudante do 3º ano do ensino médio da Efago.

12 Estudante do 1º ano do ensino médio da Efago.

13 Estudante do 3º ano do ensino médio da Efago.

14 Estudante do 1º ano do ensino médio da Efago.

Os relatos produzidos sobre a representação e a importância do Cerrado revelam a adesão a práticas conservacionistas no uso e apropriação do bioma. A aluna Cintia¹⁵ descreveu:

Por que conservar o Cerrado? Porque nele há várias espécies de plantas, animais, etc. Entre eles plantas medicinais, frutos e uma parte da água doce está concentrada no Cerrado. Sem Cerrado, sem vida!

Gustavo afirmou¹⁶:

Nós devemos proteger o Cerrado porque ele é o berço das águas, nele passa três bacias hidrográficas. O Cerrado é muito importante para nós porque ele tem muitos recursos para serem explorados, mas [devem ser explorados] sem causar danos no bioma...

O contato com a escola despertou nos alunos o desejo, a escolha pela docência. O êxito da atividade desenvolvida se vinculou ao pressuposto de que componentes cognitivos e afetivos interferem na aprendizagem (Castellar, 1999). O sucesso também se vinculou ao entendimento da escola como espaço multicultural, o professor como orientador, organizador da atividade discente, com promoção da interação professor-estudante, estudante-estudante, a observação da cultura e o interesse discente (Aquino *et al.*, 2016).

Enfim, são ações que incitam o posicionamento e a reflexão crítica do aluno. Os documentários, as análises de textos, etc. funcionaram como “*gatilhos*” para pensar e refletir sobre o

15 Estudante do 1º ano do ensino médio da Efago.

16 Estudante do 1º ano do ensino médio da Efago.

cotidiano, sobre o mundo, com produção do raciocínio geográfico crítico.

A adesão aos princípios das categorias natureza, território, espaço, região, etc., atrelados à concepção de que o ser humano é natureza que pensa, também mediaram a construção do raciocínio geográfico crítico. As avaliações dos discentes da escola também remetem às condições de trabalho do professor da educação básica.

A ocupação em duas escolas, o número elevado de aulas e avaliações, o material didático precário e insuficiente, os espaços de aprendizagens fechados (bibliotecas), refletem na qualidade do trabalho docente (Pontuschka, 2010). Após a execução das rodas de conversa, os participantes do projeto de extensão realizaram reflexões das experiências vividas, das avaliações positivas e das ponderações críticas dos discentes da escola. Nesse momento, externaram preocupações com a formação pedagógica e epistemológica frágil, dado o comprometimento do exercício qualitativo da docência. Também reafirmaram a especificidade da educação do campo e a necessidade de a educação geográfica considerar o espaço vivido do estudante. O acadêmico João¹⁷ argumentou:

Entender sobre a educação do campo, pensar a realidade dos alunos do campo é necessário, pois é uma situação completamente diferente dos alunos que estudam em escolas urbanas. Principalmente porque essas escolas do campo contêm em sua grande maioria alunos que vivem do campo. Assim é importante ressaltar que essas instituições de ensino devem levar em consideração a realidade do aluno. Deve incentivar a permanência desse indivíduo no campo. [...] ser professor de Geografia em uma escola do campo

17 Acadêmico do 6º período do curso de Geografia-Campus Cora Coralina (UEG).

vai além de ensinar os aspectos geográficos para seus alunos, é apresentar esses aspectos e inseri-los na realidade em que vivem.

Aquino *et al.* (2016) reafirmam essas ponderações. A formação docente deve fundamentar-se numa variedade de conhecimentos muito além do saber disciplinar específico, para qualificar a atuação do professor como formador de seres humanos críticos e reflexivos. As reflexões oriundas da inter-relação teoria/prática, propiciadas pelos Espaços de Diálogos Temáticos e as rodas de conversa, culminaram com a realização do Seminário: “*Educação do Campo e Pesquisa Participante*”, instante em que os membros dos grupos participantes discutiram experiências de ensinar/aprender em escolas no/do campo e consolidaram compreensões sobre educação do campo, pesquisa participante, educação geográfica.

Aquino *et al.* (2016) ressaltam a relevância dessa práxis na formação do professor crítico e reflexivo. A prática reflexiva promove conscientização, solução de problemas, libertação da prática mecânica e decorativa, análise contínua da ação docente. O professor reflexivo utiliza sua experiência e sua prática como possibilidade de reflexão para sua formação docente. Por isso o desafio dos cursos de formação de professores é produzir profissionais que critiquem sua prática, que cindam os padrões tecnicistas, que reafirmem sua autonomia, que sejam capazes de reorientar seu trabalho.

Nesse momento, também foi construído com a Efago o evento de extensão: “*A universidade na escola/ a escola na universidade: o campus Cora Coralina na Efago.*” Nesse evento, foram desenvolvidas as seguintes oficinas: Matemática na Horta, Produção Audiovisual, Crise Hídrica, Sistemas Agroflorestais (SAFs), Medicina Natural e Fitoterapia, Masculinidade Tóxica, Economia Política do Consumo de Drogas e Criminalidade no Brasil, Importância, Integração e Dinâmica do solo. Nele também promoveu-se a exposição de fotos de violência contra as mulheres e foi

realizada a caminhada agroecológica transversal: “*da Efago ao Assentamento Serra Dourada.*”

A oficina de Matemática na Horta foi executada pelo Grupo Ticas da Matema. O intuito foi promover a educação matemática com o uso de recursos locais, tendo como premissa o saber/fazer discente. As oficinas de Produção Audiovisual, Masculinidade Tóxica, Economia Política do Consumo de Drogas e Criminalidade no Brasil realizadas pelos membros do Núcleo de Direitos Humanos, Educação e Movimentos Sociais (Nudhem), renderam conhecimentos para produção de conteúdos audiovisuais, educação para relações simétricas de gênero e análise da ampliação do consumo de drogas coetâneo ao crescimento da criminalidade no Brasil.

A oficina de Medicina Natural e Fitoterapia, desenvolvida pelo agente de pastoral Reginaldo, da Comissão Pastoral da Terra-CPT, visou apresentar os camponeses, os povos indígenas, as comunidades quilombolas como sujeitos pensantes, ativos e produtores de conhecimento. Na oportunidade, foram apresentadas espécies do Cerrado, da horta familiar camponesa, indígena, quilombola usadas no combate a endemias humanas e animais. Sua realização contou com uso de recursos locais e o respeito ao conhecimento popular.

A oficina sobre SAFs, desenvolvida por integrantes do Grupo de Extensão de Educação do campo/Gwatá objetivou demonstrar alternativas de contraposição à perspectiva de produção da primeira e da segunda “Revolução Verde”, base técnica e cultural do agronegócio. Também procurou apresentar o solo como organismo vivo e propor a produção de alimentos saudáveis no campo. A foto 14 destaca alguns momentos de realização dessa atividade. Nela, observa-se que a atividade prática foi antecedida de exposição dialogada.

Os acadêmicos responsáveis pela atividade prática questionaram os discentes sobre as formas de produção hegemônicas no

campo e os conhecimentos de formas alternativas de produção. Instante que foi sucedido pela explicação de alternativas de produção de alimentos saudáveis, como os SAFs. Também foi esclarecido o que são os SAFs, seus efeitos ambientais, sociais, econômicos e políticos e os aspectos técnicos que envolvem sua implantação. A etapa seguinte se vinculou à construção do SAF na área física da escola, com a escolha, limpeza, rega, perfuração, preparação do solo e plantio das mudas no terreno.

A caminhada agroecológica transversal: “*da Efago ao Assentamento Serra Dourada*”, promovida pelo Grupo de Extensão Educação do Campo/Gwatá e a disciplina de “*Geografia Agrária Aplicada ao Ensino*” debateu a situação atual do campo, especificamente do Cerrado e discutiu formas alternativas de produção nesse território (fotos 15, 16 e 17). Dessa atividade participaram os integrantes do Nudhem, do Grupo de Extensão de Educação do Campo/Gwatá, da Efago, (estudantes e professores), além de camponeses do Assentamento Serra Dourada.

O envolvimento da disciplina: “*Geografia agrária aplicada ao ensino*” foi relevante porque a formação qualitativa de professores de Geografia requer a didatização das disciplinas específicas, a escola necessita de professores que tornem inteligíveis os temas, conceitos e categorias geográficas, não de técnicos/planejadores (Campos, 2012). Nas imagens das fotos 15, 16 e 17 observam-se diferentes momentos de realização da atividade, tais como: o deslocamento por propriedades camponesas, o debate de problemas ambientais, produtivos, econômicos, políticos, sociais do Cerrado e as alternativas de produção desenvolvidas por camponeses, associado ao diálogo entre discentes da educação superior e da educação básica.

Foto 14 – Estado de Goiás – Município de Goiás – Oficina sobre “Sistemas Agroflorestais na EFAGO (2019)



Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2019.

Foto 15 – Estado de Goiás – Município de Goiás
– Caminhada agroecológica transversal: “da EFAGO ao Assentamento Serra Dourada (2019)



Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2019.

OS PARIDOS DA TERRA

Foto 16 – Estado de Goiás – Município de Goiás
– Caminhada agroecológica transversal: da EFAGO ao
Assentamento Serra Dourada (2019)



Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2019.

Foto 17 – Estado de Goiás – Município de Goiás –
Caminhada agroecológica transversal: da EFAGO
ao Assentamento Serra Dourada (2019)



Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2019.

Na visita à propriedade camponesa do Sr. Manoel ele explicou quais são as alternativas tecidas pelo campesinato no Cerrado contrapostas ao modelo do agronegócio. Apresentou as técnicas, os conhecimentos, as práticas, as ações, os insumos utilizados na produção agroecológica realizada na sua unidade familiar. A caminhada transversal, técnica utilizada no DRP, pode ser usada no trabalho de campo. O trabalho de campo se constitui como metodologia eficaz na consolidação de conceitos, categorias, conteúdos pelas experiências e vivências experimentadas pelos estudantes (Marafon, 2011).

Como parte das atividades de extensão na Efago, também foi executada a oficina de Crise Hídrica (foto 18). Vê-se na foto que, no primeiro momento, foi realizada discussão circular. Nela, os acadêmicos destacaram a importância da água para o ser humano, as razões da escassez hídrica, do estresse hídrico e a geopolítica mundial da água, além de como esses processos atingem o estado e o município de Goiás. Em seguida, os estudantes conheceram técnicas de mensuração de vazão nos cursos hídricos próximos à escola.

Também foi realizada a oficina: “*Importância, Integração e Dinâmica do Solo*” (Foto 19), tendo como premissa o solo como componente fundamental do ambiente, como organismo vivo e a necessidade de educação ambiental numa abordagem pedológica, associado à dinamização do ensino de geografia física. O objetivo foi analisar o que é o solo e seu processo de formação no Cerrado, levando-se em conta a necessidade de observação de suas características para o uso e a ocupação do espaço.

De início, realizou-se uma roda de conversa, para troca de saberes de diferentes entendimentos populares e científicos de solo. Devido à complexidade da linguagem técnico-científica, os acadêmicos lançaram mão de linguagem acessível a todos participantes. Em seguida, com uso de amostras de solo do

Foto 18 – Estado de Goiás – Município de Goiás
– Oficina sobre “crise hídrica” na EFAGO (2019)



Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2019.

laboratório de Pedologia do Campus Cora Coralina (UEG), foram realizados diversos experimentos. O intuito foi demonstrar os elementos que caracterizam os solos e suas diferentes propriedades físicas, como: porosidade, textura, densidade, consistência, capacidade de filtração e retenção de água, etc. (Foto 19).

A realização de oficinas é importante nos cursos de formação de professores. As experiências vividas em oficinas e outras atividades práticas na escola permite a inter-relação teoria/prática, fundamental na construção do professor de Geografia (Campos, 2012). A autora acrescenta que o confronto entre a teoria e as situações reais do cotidiano da escola, da sala de aula, possibilita o questionamento, a reelaboração, a reinvenção do conhecimento docente. Aquino *et al.* (2016) adicionam que a identidade profissional autônoma se constitui pelo conhecimento epistemológico e pedagógico, pelas experiências docentes cotidianas, pela escola entendida como lugar de conflitos e encontros.

A importância das oficinas também se relaciona à proposição de problemas que promovam o conhecimento científico discente (Castellar, 1999). Além do fato de que o professor em sua formação inicial necessita aprender a ser mediador, pesquisador, capaz de orientar seus estudantes para a descoberta, para a investigação (Pontuschka, 2010). O fato é que a formação inicial e continuada crítico-reflexiva necessita negar os modelos aplicacionistas. O professor de Geografia deve conceber, refletir sobre a natureza de seu ofício.

Os futuros professores também devem recorrer às experiências práticas profissionais da docência, o que fortalece o exercício constante de reflexão pedagógica, de diálogo entre a universidade e a escola (Lopes; Pontuscha, 2011). As atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão: “*Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática*”, foram avaliadas pelos acadêmicos participantes. A acadêmica Sofia¹⁸ destacou o entendimento de educação, especificamente de educação do campo, dadas as experiências e os diálogos experimentados. Também ressaltou o desafio de professor, de ser professor, atividade que envolve reflexão, planejamento, escolha, execução e avaliação.

O grupo de extensão de Educação do Campo pode proporcionar muitas experiências para o crescimento profissional de nós futuros professores de Geografia. Pode mostrar a realidade das escolas no campo e proporcionou uma reflexão mais profunda sobre a educação. Experiências que nos proporcionaram e aos alunos da Escola Família Agrícola de Goiás (Efago) a saída da monotonia de sala de aula. As oficinas ministradas pelos integrantes do grupo de extensão foram importantes para os alunos na escola e para os universitários. Nós, como participantes do grupo de extensão,

18 Acadêmica do 5º período de Geografia do Campus Cora Coralina (UEG).

tivemos autonomia suficiente para planejar e executar nossas [atividades], [...]. Isso proporcionou uma experiência mais intensa e com mais engajamento, pois tudo dependeria de nós. Os encontros para o estudo e leituras de livros também tiveram seu papel fundamental no decorrer desse processo[...].

Foto 19 – Estado de Goiás – Município de Goiás – Oficina: “importância, integração e dinâmica do solo” na Efago (2019)



Fonte: Pesquisa de campo, out. 2019.

A esse respeito, Castellar (1999) defende que a formação inicial de professores precisa construir um profissional autônomo, reflexivo, emancipado, capaz de pensar sobre a práxis, de produzir novos conhecimentos para a prática docente. Na sua avaliação, o acadêmico João relatou como o projeto discutiu o imaginário social sobre os sujeitos do campo. Essa compreensão reforçou que, historicamente, os homens e as mulheres do campo como tendo direito somente ao ensino das primeiras letras.

Segundo o interlocutor, as políticas de modernização também ocasionam alterações no campo e na vida dos sujeitos que o

habitam. Segundo ele, a valorização do campesinato associa-se ao investimento na educação no/do campo, por exemplo, nas EFAs. O estudante também narra a experiência de ser professor, sua adesão aos princípios do espaço vivido, de leitura de mundo do discente, ao mesmo tempo, reflete sobre as diferenças de ser professor de Geografia em escolas no campo.

Através do Grupo de Extensão em Educação do Campo, sub-núcleo do GWATÁ, tive a oportunidade de conhecer e participar ativamente na Escola Família Agrícola-EFAGO [...]. Tal experiência proporcionou uma enorme carga de reflexão tanto sobre o campo como os sujeitos que vivem no e do campo. [...] viver nesse espaço se torna uma incógnita, dado a inserção de novas técnicas produtivas e as novas/velhas ideologias que se impõem na desqualificação destes homens e mulheres. A EFAGO é construída tendo em conta todos esses fatores que inviabilizam os habitantes do campo a permanecerem no campo. Por isso, sua grade curricular é produzida em torno de todas essas problemáticas, com intuito de superar esses dilemas na vida do aluno e oferecer alternativas para lutarem pelo seu território, construído historicamente pelos seus pais e outros, os quais nesse espaço formam a sociedade camponesa, tendo suas formas de trabalho bem definidas e também sua cultura, economia, hábitos etc. Ser um professor da Escola Família Agrícola, não menosprezando as dificuldades impostas pelo urbano, requer um rigor expressivo, pois antes de construir a aula é necessário submergir na vida dos alunos e suas realidades. [...] trabalhar na terra não impede o ser humano de ser um pensador e indagador de sua realidade, quebrando a ideia de que para ser intelectual é necessário conviver em um aglomerado urbano. Portanto, a experiência, enquanto aluno, de ser professor para outros alunos de realidades heterogenias à minha me colocou

por alguns momentos na realidade, não só destes jovens, mas a de ser professor, enxergando as dificuldades desta profissão e principalmente nas escolas do campo, onde as verbas esqueceram de chegar. Por fim, gostaria de agradecer a Escola Família Agrícola, um lugar onde ensinei e aprendi mais que minha vã imaginação sonhava aprender (Estudante do 7º período de Geografia do Campus Cora Coralina (UEG).

Aquino *et al.* (2016) defendem que o professor se forma nas experiências vividas na escola, na relação professor/estudante. Essa formação inicial precisa construir o entendimento de que o professor está sempre aprendendo e ensinando, num processo crítico e reflexivo. Esse profissional modifica constantemente o ato de professar, de ser professor. Francisco¹⁹, no seu relato, identificou como relevante a realização das oficinas. No desenvolvimento dessa atividade, entendeu a dinâmica de funcionamento das escolas do campo, especificamente das EFAs. Da mesma forma, se aproximou dos estudantes, aprendeu com eles e compreendeu seus anseios, desejos, projetos, o campo que vivem e o campo que desejam para si e seus descendentes.

Outra experiência muito interessante foram as oficinas que realizamos e participamos junto com outros grupos na Escola Família Agrícola, onde ministramos a oficina: “*Integração e dinâmica do solo*”, e conseqüentemente vivenciamos o dia a dia da escola e participamos das tarefas diárias dos alunos, agregando novos conhecimentos [...], durante esses dias tivemos uma maior interação com os alunos e conhecemos um pouco mais da realidade de cada um.

19 Estudante do 7º período de Geografia do Campus Cora Coralina (UEG).

Campos (2012) destaca que os cursos de formação de professores devem garantir o contato do estudante com a escola para além do estágio supervisionado, para apreender a complexidade da escola, para preparar-se para lidar com o estudante, para atuar diante do inesperado. A acadêmica Luiza²⁰ versou sobre as especificidades da prática de ensino de Geografia em escolas do campo. Segundo a interlocutora, o professor de Geografia deve atentar-se para o espaço vivido, para a geografia cotidiana do estudante, para as necessidades de aprendizagem de outros modos de produzir a vida. Também ressaltou que a inserção na Efaço propiciou experiências que possibilitaram a articulação teoria/prática, com construção de saberes docentes.

A extensão nos proporcionou oportunidades de desenvolver práticas docentes em um contexto escolar diferente do que estamos acostumados [...]. No caso, a escola do campo nos permitiu perpassarmos a sala de aula, propiciando experiências por meio do contato direto com a comunidade, contribuindo com o desenvolvimento de projetos. Na escola do campo em que estávamos inseridos através da extensão, nos possibilitou compreendermos e ter um viés diferente tanto do cotidiano dos alunos, quanto [acesso as] suas concepções e percepções da realidade, introduzindo sempre sua vivência ao objetivo da escola do campo voltada a agroecologia. Desse modo, um dos maiores êxitos foram a realização de oficinas que priorizaram essa temática, o qual por fim possibilitou-nos articular e trocar conhecimento de forma teórica e prática.

O acadêmico Fernando salientou a importância do conhecimento pedagógico e epistemológico para realização da

20 Estudante do 7º período de Geografia do Campus Cora Coralina (UEG).

educação do campo e da educação geográfica. De acordo com ele, a experiência de ser professor de Geografia de educação do campo oportunizou a inter-relação teoria/prática. Por isso defende a necessidade de projetos de extensão que abordem a educação de campo nos cursos de formação de professores de Geografia.

O desenvolver das atividades do projeto na escola foi fundamental, pois já estávamos teoricamente embasados, pudemos com o projeto ter a experiência de ser professor de educação do campo, na disciplina de geografia da Efago. Esse contato foi o ponto chave, pois a junção de teoria e prática permitiu melhor compreensão. Então é perceptível a grande relevância de práticas de extensões no curso de geografia pertinentes à educação do campo.

Rafaela²¹ realçou as diferenças entre educação no campo, do campo e a educação rural. A estudante entende como relevante o entendimento desses conceitos pelos professores de Geografia. Segundo ela, as experiências, as vivências e as práticas de ensino desenvolvidas na Efago permitiram construir conhecimentos sobre o que é o campo, os sujeitos do campo, a educação que lhes é oferecida, com precariedades evidentes de infraestrutura física e humana. No seu entendimento, a educação no Brasil, de modo hegemônico, não atende aos interesses da classe trabalhadora.

O projeto de Extensão de Educação do Campo se iniciou em março do ano de 2019 com o objetivo de ampliar nossos conhecimentos acerca do que é educação do campo, bem como nos mostrar as diferenças de uma escola do campo, no campo e a educação rural e como essas concepções contribuem para o

21 Estudante do 7º período de Geografia do Campus Cora Coralina (UEG).

desenvolvimento de nós alunos enquanto professores de geografia, entre outras questões que foram discutidas e construídas ao longo desse projeto. Ao longo deste estudo podemos perceber que existem importantes diferenças entre educação do campo e no campo. A princípio, parecia ter o mesmo sentido, mas foi possível compreender que educação do campo é basicamente uma escola construída para os sujeitos do campo, que pensam, tem cultura, produzem saberes e desenvolvem diferentes atividades dentro do seu próprio espaço. A mesma é pensada, planejada e coordenada pelos próprios sujeitos do campo. A Educação rural é um modelo de desenvolvimento que compreende o espaço das comunidades rurais como local de atraso, de sujeitos ignorantes, sem cultura, inferiores [...]. Dessa forma, o espaço do campo, bem como o trabalho camponês, é desvalorizado e associado à experiência e características de pessoas e de lugares atrasados em contraposição à cidade. Levando em consideração os aspectos mencionados e outras discussões realizadas nas reuniões, bem como no seminário: “*Educação do campo e pesquisa participante*”, promovido pelo Grupo de Educação do Campo/Gwatá, Ticas da Matema, Nudhem e [as atividades para] os alunos da Efago só vieram contribuir de forma extremamente importante para nossa formação enquanto seres pensantes e futuros professores. Aprendemos a olhar do outro lado, a experiência na Efago nos permitiu sentir e vivenciar a necessidade desses sujeitos. É possível perceber a situação precária que esses alunos vivem pela falta de recursos pedagógicos e pela falta de professores, enquanto os interesses da classe dominante for prioridade no ensino brasileiro, a situação continuará da mesma forma para pior.

A formação de professores implica refletir o ato de ensinar, que envolve a quem se ensina, o contexto onde se ensina, a

especificidade da disciplina, a forma justa de ensiná-la (Lopes; Pontuschka, 2011). É no contato com a escola, com a sala de aula, que muitos estudantes se encantam com a profissão, descobrem-se professores (Campos, 2012), apesar da desprofissionalização do professor, da negligência com sua formação, com reflexos na qualidade da educação (Castellar, 1999).

Para enfrentar os desafios para formação de professores críticos e reflexivos, a aproximação da universidade com a escola é fundamental. Parafraseando Pontuschka (2010), é relevante a participação de futuros professores em grupos de discussão, de investigação, de estudos com estímulos de integração teoria/prática, possibilidade constituída pelas parcerias universidade/escola. Além disso, a universidade deve se comprometer com outro projeto de campo, outras propostas de desenvolvimento rural. Para isso os cursos de licenciatura devem fortalecer o debate e o projeto de educação do campo.

CRÔNICAS DO CAMPO BRASILEIRO E GOIANO

Este capítulo reúne crônicas, expressam a necessidade de dizer. A elaboração emana das sensações, percepções, experiências e vivências no campo. Não possui compromisso com a linguagem acadêmica, com palavras eruditas, rebuscadas. Mas com o desejo, a necessidade, a angústia do sujeito que escreve em libertar o pensamento, dar vazão as emoções, transportar para o texto sua razão e emoção. A feitura dos manuscritos diz muito do sujeito que escreve e o coloca em diálogo com o leitor. O texto aqui é a mediação entre escritor e leitor, para conversarem sobre a materialidade/mundo. Talvez num bom café da manhã, degustando as quitandas da cozinha goiana.

ROÇAS TATUADAS

O senhor veja, não quero tomar seu tempo com essa prosa. Mas já que encostou aqui nessa paragem, sente, tome um café e vamos trocar dois dedos de prosa. Olha, veja bem, o senhor que

anda pelo mundo, vê coisas que eu não vejo. Mas repare, “*não bote sal no que vou dizer*”, nem sempre ver significa que a gente coloca o cérebro para pensar sobre o visto. A gente às vezes vê sem ter visto. É porque não guarda na memória, não pergunta porque as coisas são assim desse jeito, tem essa arrumação, se podia ter outra.

O senhor me desculpa de tomar seu tempo, a vida anda tão corrida, mas às vezes carece de frear a corrida para pensar sobre a carreira. As coisas mudam muito rápido e carece de pensar sobre a mudança. A propósito, nesse fio de prosa, de uns tempos para cá parece que as coisas desmancham no ar. O dia, à noite, a paisagem, a cidade, tudo sofre de aceleração. O Senhor mesmo, não se avexe, sente um pouco, tome um folego, depois tome a rédea do caminho. Conversar desanuvia a cabeça da gente.

Bem, esse aceleração do mundo, dizem que é tal da modernidade. Os meus vizinhos daqui dizem que isso é muito bom, traz o tal do desenvolvimento. Mas uma coisa me encabula. Será que esse trem é bom mesmo de forma igual, será que tudo que é feito é bom para todo mundo. Tenho ruminado muito sobre isso, porque a gente carece de desconfiar das coisas que a gente escuta, vê e olha. Tenha paciência, minha conversa é assim mesmo. Conversa vagarosa, de rodear toco, de dar volta feito rio já desacelerado. Mas veja, eu sempre vou na festa de Trindade, olhar o Pai Eterno. A gente não sabe rezar muito, mas a gente olha e mostra respeito para iluminar as correrias da vida.

Meu pai foi agricultor em Goiás, conhecia tudo, do tempo certo para plantar, colher, cortar a madeira, podar as frutíferas. Ele não sabia ler palavra, mas lia a lua, o céu, o sol, o cantar dos pássaros, o florear das árvores. Também era bom peão, corria esse sertão atrás de rês perdida, trazia para o curral com seu laço de couro. Quando desceu de Minas Gerais nos idos de 1940 para Goiás trouxe tudo que é semente, de milho, de arroz, de legume,

de frutífera. Não sei se o Senhor se lembra, mas tinha uma ciência para plantar o milho, o arroz, o feijão.

Nós éramos uns meninos “*miradim*”, mas já ajudava no preparo da semente. Lembro que papai ia no paiol e escolhia as melhores espigas, tirava ali os grãos da ponta e do pé, os grãos do meio era o mais graúdo e servia para plantar a roça. Sabe, eu fico pensando naquele tempo, a gente tinha milho para pamonha, milho para tratar de galinha, milho para fubá. Porque não sei se o Senhor sabe, milho que passa a grana rápido e é mais duro não é bom para pamonha, milho duro é bom para galinha. Elas demoram mais sentir fome, mantém o papo cheio mais tempo.

A roça não era fácil não, isso é verdade, nunca foi fácil. Porque tudo era nos braços: machado para derrubada da mata, fogo para limpar as árvores derrubadas, ajuntamento dos troncos e galhos que não foram queimados. O tal do coivaramento, nova queimação dos montes ajuntados e plantio das sementes. Eu vou falar para o senhor, era muito trabalho, o caboclo tinha de arrochar no serviço senão não dava conta. Ví muito caboclo deixar roça morrer no mato. Mas quando o milho, o arroz estava assim crescido, nós íamos na roça, às vezes pegar uma melancia, um melão, uma abóbora plantada no meio das leiras e a gente ficava feliz com a beleza da plantação.

Papai sempre ia com a gente, ele gostava de ver o resultado do nosso trabalho. Me lembro, papai parava em frente ao milharal, assim num ponto mais alto. Os olhos brilhosos, marejados, o peito arfando do cansaço da subida, ele tirava o chapéu, passava as costas da mão na testa, retirava o suor juntado e transpirava um ar de realização com a plantação. Ficava um tempo em silêncio nessa contemplação. O milho estava esverdeado escuro, as folhas largas, cada cana de pé dessa grossura, as bonecas já estavam apontano. Ele arfava o peito novamente, soltava um ar de calma e em seguida resumia: “*É, mas está uma beleza, a roça*”

está bonita, vai dar uns dez carros de milho, ôhhh... esse ano vai ser de fartura!!!!

Papai dava meia volta, ajeitava o chapéu na cabeça, olhava para o céu, agradecia a Deus o bom tempo e saía feliz do roçado. O Senhor veja, parece que ali papai determinava a roça e por ela era determinado. Parece que ele fabricava a roça e era por ela fabricado. Claro, nem todo mundo tinha a sorte de papai, dono da sua roça, não tinha de pagar tributo a patrão, como muitos dos nossos vizinhos tinham de fazer. Aquela dureza de trabalho, o sujeito preparava, plantava a roça, cuidava, colhia e depois repartia no meio com o dono da terra. E isso não era o bastante, ainda tinha de entregar pasto formado para o patrão ter pastagem para colocar o gado.

O senhor espere, dizem que a espera permite a gente decidir melhor o caminho caminhado. Mas como eu estava dizendo, nessa ida a Trindade a gente não vê só o Divino Pai Eterno, lá pelos rumos de Itaberaí, Inhumas, Goianira uma coisa me chamou atenção. Vi umas placas nessas roças que a gente perde de vista, nessas roças fabricadas com trator, colheitadeira, agrotóxico, adubo comprado. Papai dizia que essa roça a gente não tinha controle, quem controlava era a casa agropecuária, porque a semente, o adubo, o veneno eram comprados.

O senhor veja, papai não lia palavra, mas aprendeu a ler o mundo, ele não registrou esses conhecimentos no papel, talvez até fosse de alguma serventia para gente pensar sobre a tal da modernidade. Mas ele colocou uma pulga atrás da minha orelha com essa sabedoria, faltava eu arrematar o raciocínio, fechar a porteira. Na ida a Trindade, quando eu olhei essas roças, daí veio na minha cabeça as conversas de papai com os vizinhos, nas rezas de São João, São Pedro, Santa Luzia, Nossa Senhora da Aparecida. Fiquei pensando [...] bem, essa roça não é nossa, nós não temos o domínio dela, isso papai já dizia. Mas será que esse

fazenderão, dono disso tudo também domina essa plantação, ou ele só reproduz o que outros de fora mandam.

Mas quem são esses de fora, é o dono da casa agropecuária? Matutei, percebi na hora que o pensamento de papai esbarrava aí. Se eu quisesse desnudar o mistério, tinha de caçar ideia que ajustasse uma explicação. Vi aquelas placas, coisa estranha, nunca tinha visto assim roça emplacada. Já vi gado marcado, uma espécie de tatuagem, quase igual essas figuras que muitos usam no corpo. Marca de gado é coisa antiga, “*desde os tempos dos zagai*”, ou como diz em Goiás, “*desde quando a Serra Dourada era brejo*”, remonta ao tempo do gado criado na larga, os mais antigos chamavam marca de ferro, usado para determinar quem era dono.

Mas roça tatuada nunca tinha visto, nossas roças não tinham isso. Daí pensei, certo é porque determina quem é dono, mas aí eu fiquei confuso. O dono não era aquele fazenderão? O cérebro não encontrou uma resposta assim de imediato, o pensamento já e vinha e nada de novidade. De repente, o pensamento retornou para o gado marcado, determinei a ideia de que o gado tatuado dizia quem era dono dele, nem sempre quem era dono da terra era o dono do gado. Então desembarcei a questão, a roça tatuada não queria dizer quem era dono da terra, mas quem era dono da semente, a modernidade tornou a semente propriedade, e não era dono o dono da casa agropecuária e nem o fazendeiro.

A semente tinha nome e dono. Eles não moram na roça, nem na rua onde a gente fazia compra. A maioria eram estrangeiros, tinha dono maior, que eles chamam de majoritário e dono menor, que é os minoritários, cada um tem um pedaço, chamam esse pedaço de ação. Fiquei sabendo que os proprietários das sementes, as multinacionais são quem produz as roças tatuadas. Mas ainda tem roça como a do meu pai por aí, embora a maioria desmanchou no ar, a modernidade trouxe a modernização, nós que determinávamos a roça passamos a ter nossos plantios

determinados pela roça tatuada, passamos de fabricante de semente para consumidor.

O Senhor veja, para a arrematar nossa prosa, não sei se isso é bom. Acredito que a melhoria da semente é uma coisa boa, desde que nós dominemos a melhora, por isso a gente precisaria discutir a quem interessa essa modernização. O problema não é a modernização, mas quem a controla. Os pequenos do campo nesse “*brasilsão*” de meu Deus, além de serem explorados pelos grandes, os donos de terra, agora também são deprimidos pelos grandes do estrangeiro, os donos dos insumos. Por isso que eu digo, o povo pensa que nós pensamos pouco. Mas cá no meu canto, eu sei que a tal da roça tatuada domina o lavrador da terra. Por isso o Senhor tolere, essas coisas podem não ser de nenhuma serventia para vossa pessoa, mas quem sabe ajuda alguém pensar sobre a caminhada do mundo.

REJEITADOS¹

De repente, ouve-se ao longe um barulho estranho. Algo se mexe, se move, vem descendo, correndo, não se sabe se traz notícia boa ou ruim. Parece tempestade, mas concentrado desse modo não é chuva de relâmpago, de trovoada, daquelas que risca o céu, retorce as árvores, fazem as folhas cantar o canto do desespero, as crianças correrem para os braços da mãe. Sr. João mata e diz: – *é coisa de homem, não é coisa de Deus isso não!!!*

Logo se chega a notícia, o rio rejeitado decidiu seguir seu curso, o cercamento da vida se rompeu. Sr. João sai em disparada, resta-lhe as pernas, não tem carro, avião, helicóptero que lhe possa salvar nessa situação. Na corrida, pensa na D. Maria, a senhora que mora ao lado

1 Texto publicado originalmente no periódico *Caderno Territorial*, v. 9, n. 11. jan./dez. 2019.

de sua casa, na cachorra Bela, no gato Frederico, na vaca Mascarada, no compadre Zé Inocêncio. Torce para que a notícia tenha se aligeirado, de modo que esses entes vivos possam escapar.

No final da ladeira, Sr. João, com o fôlego já encurtado, atropelado pelos anos, pela lida custosa da vida no campo, pensa na comunidade de nascimento. Todo mundo ali se conhece, todo mundo é parente, todo mundo se ajuda, mas agora não tem jeito, não tem prazo. A rapidez daquilo é maior do que a vontade que lhe atravessa o peito de salvar o gado, os animais de criação, de estimação, as crianças, os anciãos, a comunidade...

Sr. João senta no alto da ladeira, dá uma, duas, três, quatro puxadas no ar para ver se melhora um pouco o sufocamento. Observa a poeira vinda lá, uma massa grossa, vermelha, barrenta, lamacenta. Correndo em disparada, a água rejeitada carrega consigo os rejeitados do mundo, as árvores que atrapalham o progresso, os animais de pouca raça, os velhos, a agricultura de pobre, os sujeitos de mãos calejadas.

Sr. João matuta desolado, na água rejeitada não está descendo o Estado, essa coisa que não é gente registrada em cartório. Como diz os sujeitos letrados, não é pessoa física, mas foi inventada por gente para mandar em outras gentes. Sr. João mistura a coação na cabeça e os olhos marejados, pensa na dificuldade de furar um pocinho de criação de peixe, de aproveitar a lenha e a madeira da reserva de mata que deixou no seu sítio. Por outro lado, como pode essa tal mineradora ser dona do rio, da água, dos minérios, da vida de toda essa gente que desce pelo rio?

Logo chega à conclusão: os rejeitados do mundo são pouca coisa que valha para serem considerados. Hoje, os rejeitados estarão nas capas dos jornais, nessa tal de *internet*. Os mandantes do Estado aqui vão encostar, fazer paragem, dizer palavras bonitas. Os donos do rio, da água, do minério, vão dizer que lamentam o acontecido. Ao fim e ao cabo, Sr. João sabe que para o seu

povo é preciso morrer para talvez ser visto. O correr dos dias desnudia a comoção, o povo esquece logo.

Os que ficam vão ter de carregar novos gemidos de dor. Para gente malvista, não vista, perder o pouco que se tem significa morrer um pouco a cada dia, aligeirar a existência bastarda e fofida. Agora, o Sr. João está sem as vacas, sem a cachorra que o recebia com presteza, sem a casa de morada, sem o cavalo da lida, sem a D. Maria e o compadre Zé Inocência, sem a comunidade. Sobrou dor, saudade, tristeza, revolta, raiva, desesperança. Roubaram-lhe tudo, menos os braços, as pernas, as mãos, a cabeça. Nessa condição, resta-lhe juntar os cacos, colar mais ou menos o pouco que sobrou e levantar-se de novo.

O Sr. João descobre que é preciso lutar contra os roubadores de sonhos. Esses sujeitos da morte que andam por aí, cercando rios, lameando as águas, derrubando árvores, pilhando minérios, produzindo rejeitados: o rio, as árvores, as matas, os animais, o proletário, o negro, a mulher, o camponês. O Sr. João não entende; é para isso que se vive? Para acumular objetos, vaidade, arrogância, poder, dor, sofrimento, exploração, miséria, opulência? Como não há respostas para todas perguntas, o Sr. João ainda está tentando entender o sentido da vida para os roubadores de sonhos. No fundo, ele sabe que são um mal para o mundo, seria muito bom se eles não existissem.

LUGARES E SUJEITOS PROIBIDOS²

Logo quando mudei para Itapuranga, numa conversa inicial com os habitantes locais, fui advertido sobre lugares que

2 Texto originalmente publicado como nota de pesquisa na Revista *Elisée*, v. 7 n. 1 (2018).

continham sujeitos perigosos. Fiquei interessado no discurso social elaborado e alimentei a prosa. Me disseram:” – *Olha, as casinhas é um local muito perigoso. Lá tem muita droga, prostituição e violência.* “ Me chamou atenção o termo “*casinha*”, um diminutivo de “*casa*” que ressoava certo teor pejorativo. Do mesmo modo, a localização restritiva das drogas, prostituição e violência despertou meu interesse.

Logo percebi que o local era habitado por subempregados, tais como: cisterneiros, podadores de jardins, roçadores de pasto, boias frias, diaristas, etc. Naquele momento me recordei de como, no discurso social, Aparecida de Goiânia tornou-se sinônimo de violência, tráfico de drogas, sobretudo nos bairros periféricos. Quando dizia às pessoas que trabalhava no setor Jardim Tiradentes, elas esbugalhavam os olhos. Logo vinham as questões presentes no discurso social: “*Você nunca foi assaltado lá?*” “*Nunca viu ninguém ser assassinado?*”

Em Minaçu, não foi diferente, os habitantes falavam sobre os perigos dos bairros próximos à Praia do Sol. Há poucos dias estive no Tocantins, especificamente em Colinas do Tocantins, mais uma vez o discurso do lugar, que contém sujeitos perigosos, foi revelado. Ao mencionar que faria um *tour* pela cidade, fui advertido. “*Olha, cuidado com o bairro do Cacau.*” Denominação dada ao setor Santo Antônio. Ao deslocar pelo local e conversar com um morador que me acompanhava, entendi que os habitantes, em sua maioria, eram trabalhadores agrícolas. Mas o que aponta os discursos elaborados sobre todos estes lugares? Que a violência, o crime, o tráfico de drogas ocorre em bairros pobres.

Eles e seus habitantes são, no mínimo, perigosos, proibidos aos ditos “*cidadãos de bem.*” Violência, crime e bandidagem parecem ser sinônimos de pobreza neste discurso estrategicamente arquitetado. Poucos de nós ouvimos: “*Olha, naquele bairro reside*

o ex-prefeito e ex-vereadores desta cidade que roubaram a sociedade, inclusive para construir suas suntuosas casas. “ Ou do tipo: “Está vendo aquela casa ali? Pertence a um empresário que defende o neoliberalismo, mas sempre mamou nas tetas do Estado, inclusive com obras superfaturadas.” Ou também: -”Aquele bairro ali tem um grande número de sujeitos que tem carrões importados à custa do tráfico de drogas e apropriação ilícita de recursos da Receita Federal.”

Nesta prosa infere-se que nosso entendimento de violência é pobre e simplista. Não se entende como violência o roubo, a apropriação ilícita de dinheiro público. Ou um sistema que gera riquezas e, contraditoriamente, produz milhares de pobres vivendo na mais absoluta miséria. Há uma criminalização deliberada dos pobres. Eles são perigosos porque residem em áreas pobres, ou porque reagem à sua condição social. Com isso, se nega que a corrupção, a desigualdade social, a miséria, a fome gerada pela injustiça social e apropriação desenfreada da riqueza matam, atrofiam e ampliam as favelas nas pequenas e grandes cidades conformando o “Planeta Favela”, denominação do belo livro de *Mike Davis*.

As favelas são lugares proibidos, porque perigosos, habitadas por criminosos, traficantes, estropadores. Nestes lugares a face do Estado deve chegar pelo Caveirão, pelo fuzil, pois contém sujeitos perigosos. Daí o silêncio e não indignação social com a inexistência de políticas públicas para estas áreas, assim como a naturalização dos assassinatos de “*Amarildos*”, de crianças, os pontapés e tapas na cara, no rosto de trabalhadores e nas portas de suas casas. Afinal, a ideologia dominante fez belamente seu trabalho, estes locais contém sujeitos perigosos, proibidos ao contato com os ditos “cidadãos de bem.”

A FEIRA

Todas quintas-feiras, de toda semana, de todo mês, eles chegam, recipientes cheios de abóbora, mandioca, alface, tomate, mexerica. Outros trazem ovos, quitandas, queijo, polpas, doces. Outros tantos trazem guariroba, milho verde, abacate, cheiro verde. Ajeitam as barracas, dispõem seus produtos, esperam chegar às 17 horas para o apito de autorização para a comercialização. Trabalho e saber acumulado, suor do dia-a-dia. Eles viram as criações e plantações nascerem, crescerem e chegarem no ponto da venda. Para isso, teve a lua, a hora certa de plantar, carpir, apartar. O ponto do doce, do bolo, da farinha, do polvilho.

Também teve a capadura do porco, da porca, do animal de lida. Ali estão mercadorias, produto de saberes invisibilizados, desconhecidos, não comprovados nos laboratórios de *Harvard*. A despeito disso, eles rendem sabores à culinária goiana, tem a carne de porco caipira, o quiabo, o milho verde para fazer o angu, o milho cozido, a pamonha, tem a carne de frango, de galinha caipira. O sol já está baixo como se diz no campo. A rua não é ocupada apenas por transeuntes que vagam a ermo. O senhor na sua velha “*Monark*”, o professor que saí da escola, o médico que fechou o consultório, a atendente da loja de eletrodomésticos, de materiais de construção, de roupas se desloca para um único ponto, “A Feira”.

Como ninguém come apenas soja e cana todo dia, mesmo que sejam culturas agrícolas necessárias, a feira é o lugar de satisfazer uma necessidade natural do homem e da mulher não produzida pelo agronegócio monocultor, produtor de *commodities*, mas pelos homens e mulheres do campo, pelos *agri-cultores*. Lá está a comida, o alimento produzido pelos rostos queimados pelo sol, pelas mãos marcadas pelo trabalho cotidiano na terra e com a terra, solícitos a vender o que produziram. É preciso ganhar a vida. Os sons se espalham, gargalhadas, galhofas, risadas.

Os sujeitos da oralidade, pouco afeitos a quem não dá um bom dia, boa tarde, boa noite estão no urbano. Reocupam a praça “*Castelo Branco*” de Itapuranga, dão outro sentido a um espaço que não tem sentido nenhum de ter este nome, apenas de reafirmar ditadores e não homens do povo, construtores desta cidade do Centro-Goiano. Vendem e encontram velhos amigos do campo e da cidade, atualizam os assuntos da vida custosa do dia a dia; os políticos que roubam, as empresas que exploram, a natureza que muda.

Na prosa adiantam: – *Você já viu prefeito, governador e presidente pobre? – Não, pobres somos nós, mas com saúde, graças a Deus.* A conversa continua: – *Por quanto você está vendendo seu leite? – Barato, muito barato.* E a carne: – *Vixe, essa caiu demais, mas no açougue continua o mesmo preço, você viu?* – Conversam sobre o sol mais quente, a água mais escassa, a chuva pouca, as doenças que aumentam. Os fregueses pechinçam, especulam o preço, negociam o valor do alimento. Mas também proseiam sobre a vida.

São convidados para um café, um almoço. No campo se conversa e come, come e conversa. A linguagem está na fala e na comida. A feira, ah... a feira em Itapuranga e em todos lugares é espaço de trocas para além da mercadoria. Mas a comida ali é importante. Comida que deveria ser preocupação de quem também está no urbano, a diminuição dos camponeses representa sua diminuição em quantidade e diversidade.

Ainda não vi máquinas sozinhas, vagando como robôs, produzindo arroz, feijão, alface, carne, doce. São sujeitos de carne e osso, com seu trabalho e de sua família que colocam a comida na mesa dos trabalhadores urbanos. Cuidam com esmero e cuidado das plantações e criações para nós comermos. Por isso os homens e mulheres de mãos calosas, rostos queimados pelo sol, corpos judiados e extenuados pela labuta cotidiana são os produtores de alimentos e cuidadores da mãe terra.

CONCLUSÃO

No texto inicial, mencionei que tenho medo de narrativas, daquilo que vagueia de um conceito, de uma palavra para a outra como simples exercício da abstração, daqueles que concebem a verdade como “ponto de vista, descolada da materialidade mundo.” Gosto das palavras que representam sujeitos de carne e osso, com suas mãos grossas, sua pele queimada, seu olhar cansado, atento e esperançoso, não sou muito dado a divagações e idealizações. Por isso, no meu entendimento, o camponês como universalidade dos camponeses assentados, ribeirinhos, proprietários, deve ser uma representação do real, não uma criação inventiva do intelecto.

O camponês como categoria não deve desconectar-se dos seres reais. O desafio é retornar da representação para especificar as diferenças reais dos camponesin(at)os, desenvolver a dialética da singularidade/particularidade com a universalidade. O que se quer dizer é que se o conceito adquire vida autônoma, desconecta-se dos seres reais torna-se especulação. O camponês é um ser dinâmico, histórico, processual, que comporta superações e

permanências, continuidades e descontinuidades, sua apreensão é sempre contingente. Como conceito, comporta insuficiências e possibilidades, mas descartá-lo contém sentido estratégico. A despeito disso, a concepção de desenvolvimento territorial rural no Brasil e em Goiás ignorou o campesinato.

A concepção nacional das políticas públicas, com a devida adequação e enquadramento dos camponeses territorializados, engendrou a idealização dos sujeitos. O sujeito idealizado, o agricultor familiar, em inúmeros espaços, foi negado pelos sujeitos existentes. O espaço material, com extrema concentração fundiária, com relações de poder coronelista, clientelista, paternalista e ausência de organizações econômicas camponesas, se revelou distante dos pré-requisitos para a instalação da política territorial. O espaço existente pesou nos sucessos do projeto de desenvolvimento territorial capitalista para o campo brasileiro.

Isso não significa que não houve melhorias cosméticas, conjunturais, com redução da pobreza rural, melhorias da distribuição de renda, geração de emprego, por exemplo, por meio das políticas de comercialização, agroindustrialização, educação, saúde, mas os desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar permanecem no Brasil e em Goiás. Não se nega a importância das políticas públicas, o que se crítica é a atuação desde espaços e sujeitos ideais, que promovem desencontros, fracassos na implementação dessas políticas.

No desenvolvimento territorial rural no Brasil, nas primeiras décadas do século XXI, o território também foi coisificado, convertido em região. O uso instrumental serviu à idealização do espaço, ao projeto capitalista mediado pelo Estado, que visou à construção de ajustes espaciais no campo. Mas a realidade escapa aos desejos intelectuais e partidários, ela se impõe em algum momento, porque se move pelas contradições, que revelam o conflito, o campo de forças, recolocam no lugar a relevância do

território relacional, como expressão do campo de forças das classes sociais.

São expressões disto as disputas pelo entendimento, pela forma, pela repartição, pela execução do poder, pelo controle das relações sociais, pelo modo de uso e a apropriação da natureza, pela forma de arranjo, de ordenação e estruturação do espaço material, pela divisão dos resultados do trabalho. Essas lutas multiescalares promovem mudanças efêmeras ou duradouras, (multitemporais), no espaço material preestabelecido. As ocupações, acampamentos, manifestações, feiras agroecológicas, mercados alternativos revelaram o desejo de outro projeto de desenvolvimento rural. Associado aos experimentos microescalares de produção agroecológica, como o que é realizado no acampamento produtivo Dom Tomás Balduino.

Nesse território dissidente, o que se vê é a reestruturação, a reordenação do substrato material. As práticas espaciais insurgentes instituem um campo de forças, levantes contra o uso da terra como reserva de valor. Os acampados(as) constroem e defendem outro projeto de produção de alimentos. Não resistem, não lutam para continuar do mesmo modo. Cindem, experimentam, elaboram possíveis saltos fora do *de-senvolvimento*. Não discursam, tentam praticar outro mundo possível aqui e agora. Instalam práticas espaciais insurgentes por meio da agrobiodiversidade, da soberania alimentar, da autonomia dos insumos, das relações de ajuda mútua, das redes intra, extra local de comércio alternativo. Tais territórios dissidentes agroecológicos em Goiás tornam-se territórios-rede.

Como cultivadores de utopias feitas à mão, levantam-se cotidianamente contra aqueles que não os deixam sonhar. O sonho do desenvolvimento rural alternativo esbarra nos “*roubadores de sonhos*”, em Goiás representados pela oligarquia agrária, pelas frações da burguesia urbana, pelo Estado legal ficcional. A oligarquia agrária, pelo domínio da propriedade capitalista da terra,

garante a divisão dos lucros e da renda da terra com frações da burguesia urbana, também participa, domina a produção do espaço. O controle do Estado viabiliza os negócios oligárquicos, a condução intelectual das classes exploradas, a idealização dos sujeitos da classe dominante. Assim sendo, a estrutura fundiária em Goiás releva *geo-grafias* hegemônicas do latifúndio, contrapostas a *geo-grafias* subalternizadas do campesinato, como aquela que *grafa* o acampamento Dom Tomás Balduino.

Por isso, a correlação de forças desigual solicita atenção dos geógrafos às pequenas escalas para avaliar as cisões ao projeto hegemônico de desenvolvimento no campo. Essa cisão se revela também na educação do campo, entendida como experiência educativa de resistência a educação defendida pelo pacto de economia política do agronegócio. Nesse projeto de educação há integração político-pedagógica escola/comunidade, o processo de ensino/aprendizagem é realizado conforme as necessidades dos homens e das mulheres do campo. Dentro da educação do campo, a educação geográfica desenvolve a leitura crítica do espaço vivido, da geografia cotidiana, para que os estudantes do campo reajam às situações de opressão e injustiça expressas no espaço geográfico.

Nesse íterim, esse texto reafirma, junto com os camponeses, com os movimentos sociais do campo, com seus territórios dissidentes, com suas práticas espaciais insurgentes, contraposição ao projeto hegemônico de desenvolvimento para o campo. O campo homogêneo, excludente, seletivo, violento, bárbaro, injusto não pode ser tolerado. Os geógrafos têm a responsabilidade de se atentar para outro devir em gestação, no seu fazer-se, contrário, cindido com o fazer-se hegemônico. É preciso analisar as pequenas escalas, as reações efêmeras e duradouras, as insurgências, as dissidências, não significa que delas surgirão outro mundo, mas nelas parece estar a gestação do “novo”, daquilo que nos impulsiona a caminhar...

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; FILHO, Luís Carlos Beduschi. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: **XLI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER)**, 27 a 30 de Jul. de 2003. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), Juiz de Fora – MG: SOBER, 2003. p. 1-23. Disponível em: <https://sober.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2020.

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. A apropriação fundiária: Goiás século XIX. **Revista Anhanguera**, Goiânia, v. 1, nº 1, 167-182, jan./dez. 2000.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. **Estrutura fundiária de Goiás**. Goiânia: Editora UCG, 1993. 180 p.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, São Paulo, v. 16. nº. 29, p. 351 – 390, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege> Acesso em: 02 dez. 2020.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Edunesp, 2006.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p.

AQUINO, Maria Imaculada da Conceição; BARBOSA, Zênia Regina dos Santos *et al.* Processo de construção da identidade profissional de professores

de Geografia em uma perspectiva crítica e reflexiva. In: **Semana de estudos, teorias e práticas educativas**. Natal, RN: Editora SETEPE, v. 1, nº 16. 12 p.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro da. **Região da estrada do boi**: usos e abusos da natureza. Goiânia: Editora UFG, 1997. 154 p.

BASSOLS, Narciso Barrera; TOLEDO, Victor M. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 272 p.

BERNARDO, Maçano Fernandes. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2008, p. 197-216.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central, eco-história do Distrito Federal**: do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994. 299 p.

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antônio; DELGADO, Nelson Giordano. Et al. Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, nº. 17, v. 9, p. 540-573, abr. 2014

BORBA, Carlos Alberto Vieira. “**Um povo sem-terra numa terra sem povo**:” uma análise sobre a propriedade fundiária em Goiás 1930/1960. 2018. 330 p. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, Departamento de História. São Paulo, 2018.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 34-41.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade & Cultura**, Goiânia, v. 10, nº. 01, p. 11-27, jan/jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br>. Acesso em: 8 dez. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)/CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CONDRAF). **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: MDA/SDT (Documentos Institucionais, 1), 2005. 32 p. Acesso em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – COORDENADORIA DE MONITORAMENTO AUTORIAL. **PROINF**: lista de projetos. Brasília: CEF/CGMA, 2016. s/p.

- CALDART, Roseli Salette. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Trabalho necessário**, ano 2, nº 2, p. 1-16, 2004.
- CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 1983. 113 p.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Questões Agrárias: bases sociais da política goiana**. Goiânia: KELPS, 2015. 133 p.
- CAMPOS, Margarida de Cássia. A formação do professor de Geografia: a difícil construção do saber fazer docente. **GEOSABERES: revista de estudos geoeeducacionais**, v.03, nº 6, p. 3-15, jul./dez. 2012.
- CARVALHO, Horácio Martins de; STEDILE, João Pedro. Soberania Alimentar. In: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salette *et. al* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 714-723 p.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A formação de professores e o ensino de geografia. **Terra Livre**, nº 14, p. 51-59, 1999.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Currículo, educação geográfica e formação docente: desafios e perspectivas: **Tamoios**, ano II, nº2, p. 1-14, jul./dez. 2006.
- CASTROGEOVANNI, Antônio Carlos. E agora, como fica o ensino de Geografia com a globalização? **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 21, p. 95-97, ago. 1996.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidade económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974. 339 p.
- CLEMENTE, Evandro César. Análise da proposta do desenvolvimento territorial na realidade brasileira. **Geoambiente on-line: revista eletrônica do Campus Jataí**, nº 21, p. 127-151, 2013.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Conflitos no campo Brasil-2019**. Goiânia: CPT nacional, 2020. 247 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: mar. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO. **Comissão Pastoral da Terra Regional Goiás alerta para o risco de violência em acampamento no município de Formosa/GO.** Goiânia, CPT Goiás, 2020. 3 p. Disponível em: www.cptnacional.org.br Acesso em: 5 dez. 2020.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEE n.º 5, jun. 2011.** Goiânia: SEDUC, 2020. 41 p. Acesso em: www.seduc.go.gov.br/imprensa/odocumentos . Acesso em: 15 jun. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Modalidade do projeto:** Multiterritorial-Abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável e igualdade de renda e gênero nos territórios Médio Araguaia, Vale do Araguaia, Norte (GO) (Chamada CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014). Brasília: CNPQ, 2015. 35 p.

CRISTOBAL, kaio. Para uma renovação dos estudos de desenvolvimento: Teorias latino-americanas e neoliberalismo na era da estrutura ajustamento. **Third World Quarterly**, n° 4, v. 14, p. 1-9, 1993.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. **REDES**, Santa Cruz do Sul, n° 3, v. 15, p. 165-186, set/dez. 2010

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n° 2, v. 54, pp. 431-473, 2011. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br>. Acesso em: 29 mar. 2020.

DIAS, Marcelo Miná; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Introdução. In: LEITE, Sergio Pereira; DELGADO, Nelson Giordano. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. p. 13-34.

ESTADO DE GOIÁS. **Projeto de Lei do Programa GOIÁS TEC – Ensino Médio ao Alcance de Todos.** Goiânia: Alego, 2020. 32 p. Disponível em: <https://opine.al.go.leg.br>. Acesso: 23 jun. 2020.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei n° 18.320, de 30 de dezembro de 2013.** Goiânia: CPISP, 2013. Disponível em: <http://cpisp.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2020.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição?” **Estudos Avançados**, n° 68, v. 24, p. 299-319. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 25 abr. 2020.

- FELICIANO, Carlos Alberto; MITIDIÉRO JUNIOR, Marcos. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v.12, n° 2, p. 220-246, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: **I ENPEC: associação brasileira de pesquisa em ciências**. Águas de Lindoia, SP: 1997. 10 p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001. 318 p.
- FERREIRA, Idelvone Mendes; MENDES, Estevane de Paula Pontes. A organização do espaço agrário em Goiás: povoamento e colonização (do século XVIII ao XX). In: **XIX Encontro nacional de Geografia Agrária**, 2009, São Paulo. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo: USP, 2009. 27 p.
- FIALHO, Marco Antônio Verardi; WAQUIL, Paulo Dabdab. O desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, p.129– 165, jan./jun. 2008.
- FORIGO, Adriano de Almeida; LERRER; Débora. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n° 3, v. 27, p. 1-26, 2019/2020.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal, 1979. 295 p.
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora brasiliense, 1981, p. 34-41.
- FREITAS, Helena Célia de Abreu; MOLINA, Mônica Castagna. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em aberto**, v. 24, n° 85, p. 17-35, abr. 2011.
- FARRET, Ricardo. Resenha: Território, Estado e políticas públicas espaciais. **R. B. estudos urbanos e regionais**, São Paulo, n° 2, v. 15, p. 217-218, nov. 2013. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- GALLIAN, Claudia Valentina Assumpção. A contribuição da teoria de Bernstein para a descrição e a análise das questões ligadas à educação. **Educativa**, Goiânia, v.1, n° 2, p. 239-255, jul/dez. 2008.

GERARDI, Juliano. Análise conceitual da política de Territórios Rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Rio de Janeiro, nº 39, p. 155-185, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Análise das situações**: correlações de forças. 2010, 7 p. Disponível em: <http://www.fundaçãoolaurocampos.org.br> Acesso em: 10 jan. 2020.

GUDYNAS, Eduardo. Extrativismo: tendências e consequências. In: WISE, Delgado Raúl; MUNK, Ronaldo (Ed.). **Reformulando o Desenvolvimento Latino-americano**. Londres: Routledge, 2018. 16 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Brasília: Incra, 2020. 334 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra) SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL(SNCR). Imóveis do estado de Goiás 2019/2020. Brasília: Incra, 2018. Disponível em: <https://snrcr.serpro.gov.br> Acesso em: 14 jun. 2021.

JESUS, José Novaes de. A pedagogia da alternância e o debate da educação no/do campo no estado de Goiás. **Nera**, ano 14, nº 18, p. 07-20, jan./jun. de 2011.

KAY, Cristobal. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. **Caderno CRH**, Salvador, nº 84, p. 451-462, set./dez. 2018.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LÊNIN, Vladimir I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. (tradução de José Paulo Netto). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.

LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 16, p. 29-40, jan./dez. 1996.

LUKÁCS, György. Complexo de complexos. In: _____. **Para uma ontologia do ser social II**. (Tradução de Nélio Schneider). São Paulo: Editora Boitempo, 2013. p. 147-183.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MAIA, Claudio Lopes. Lei de terras e a ocupação da fronteira: uma abordagem sobre a História da ocupação das terras em Goiás. In: **XXVI**

- Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011. 16 p. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/> Acesso em: 22 mar. 2022.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. Agrobiodiversidade. *In*: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete *et. al* (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 46-50 p.
- MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em Geografia Agrária. **Revista Geográfica da América Central**, número especial EGAL, Costa Rica, p. 1-13, I sem. de 2011.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terras para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas de trabalho no renascimento político no campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986a. 122 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. (tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano). São Paulo: Editora Boitempo, 2007. 612 p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 68 p.
- MARX, Karl. A “Crítica crítica” na condição de merceeira de mistérios ou a “Crítica crítica” conforme o Senhor Szeliga. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. (tradução de Marcelo Backes). São Paulo: Editora Boitempo, 2003. p. 79-104.
- MARX, Karl. A Crítica crítica absoluta ou a Crítica crítica conforme o Senhor Bruno. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família**. (Tradução de Marcelo Backes). São Paulo: Editora Boitempo, 2003. p. 105-177.
- MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e Entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. *In*: **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima (org.). Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. Desempenho do setor mineral-35 anos. Brasília: DNPM, 2017. 280 p. Acesso em: <https://www.gov.br> Acesso em: 05 dez. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Rural do Médio Araguaia**. Brasília: MDA/SDT, 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs> Acesso em: 27 jul. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Rural da Estrada de Ferro**. Brasília: MDA/SDT, 2010. 44 p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs> Acesso em: 27 jul. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Rural das Águas Emendadas**. Brasília: MDA/SDT, 2006. 122 p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs> Acesso em: 27 jul. 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil territorial do Território Rural do Vale do São Patrício**. Brasília: MDA/SDT, 2006. 7 p. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MOTTA, Márcia; SECRETO, Maria Verónica. **O direito às avessas**: por uma história social da propriedade. Guarapuava: UNICENTRO, 2011. 479 p.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia; PINEIRO, Theo Lobarinhas. **Voluntariado e universo rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001. p. 1-32. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/> Acesso em: 22 mar. 2022.

NÚCLEOS DE EXTENSÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO TERRITÓRIO RURAL NORTE GOIANO. **Relatório das atividades realizadas pelo Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial Norte goiano, de 2015 a 2017**. Goiânia: não publicado, 2017. 63 p

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de geografia Teorética**, nº 25, p. 15-58, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 185 p.

OLIVEIRA, Denilson. Taxa de Evasão em Cursos On-line chega a 50% e desafia Instituições. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2017, educação. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 23 jun. 2020.

OLIVEIRA, Walter Pinto de; BITTENCOURT, Wanderley José Mantovani. A evasão na EaD: Uma análise sobre os dados e relatórios, ano base 2017, apresentados pelo Inep, UAB e Abed. **Educação Pública**, v. 20, nº 3, 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso em: 23 jun. 2020.

- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. 437 p.
- PEREIRA, Sebastião Lazaro. **De fazendeiros a agronegociastas: aspecto do desenvolvimento capitalista em Goiás**. 2006. 251 p. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica (PUC), Ciências Sociais, São Paulo, 2006.
- PEREZ, Carmen Lúcia Vidal. Ler o espaço para compreender o mundo. **Revista Tamoios**, nº 02, ano II, p. 23 – 30, jul./dez. 2005.
- PONTUSCKA, Nídia Nacib. Convergências e tensões na formação de professores de Geografia: a formação inicial de professor-debates. **Olhar do professor**, v. 13, nº 1, p. 37-46, 2010.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-CASA CIVIL (subchefia de assuntos jurídicos). **Constituição da República Federativa do Brasil-1988**. Brasília: Casa Civil, 1988. Acesso em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil> Acesso em: 06 dez. 2020.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.
- RATZEL, Friedrich. El territorio, la sociedad e el estado. *In*: MENDOZA, Josefina G.; JIMÉNES, Julio M.; CANTERO, Nicolas O. (orgs.). **El pensamiento geográfico**. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales). 2 ed. Barcelona: Alianza Editorial, 1988, p. 193-203.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-IMPRESA NACIONAL. **Diário Oficial da União**, Brasília, quinta-feira, 3 de dezembro de 2015, p. 78. Disponível em: <https://www.in.gov.br> Acesso em: 4 dez. 2020.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-IMPRESA NACIONAL. **Diário Oficial da União**, Brasília, sexta-feira, 13 maio 2016, p. 171. Disponível em: <https://www.in.gov.br> Acesso em: 4 dez. 2020.
- ROSSET, Peter. A agroecologia é o único meio que pode permitir que o pobre seja produtivo. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v.3, n. ° 3, p. 5-10, jul./set. de 2002. Disponível em: <http://www.emater.tche.br>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 439 p.
- SANCHES LOPES, Claudivan; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Mobilização e construção de saberes na prática pedagógica do professor de geografia. **GEOSABERES: revista de estudos geoeducacionais**, v.02, nº 3, p.89-104, jan./jun. de 2011.

SANTOS, Jose Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-20.

SABOURIN, Eric Pierre. Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial: conceitos, estratégias e atores. In: TEIXEIRA, Olívio Alberto; SABOURIN, Eric Pierre (edit.). **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 21-37.

SABOURIN, Eric Pierre. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém-Pará, n. 1, v. 18, p. 123-143, jan-jun. 2015. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea>. Acesso em: 21 abr. 2020.

SABOURIN, Eric Pierre. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, n. 1, v. 18, p. 123-143, jan-jun. 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 04, nº 02, p. 391-431, outubro de 2014. Disponível em: <http://www.sociologiaeantropologia.com.br> Acesso em: 4 dez. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Plano Estadual de Educação de Goiás (2015-2025) – Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015**. Goiânia: SEDUCE, 2020. 142 p. Acesso em: <http://www.site.seduc.go.gov.br> . Acesso em: 10 maio 2020.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1925)**. (Tradução Fernando Andrada Tapia). Madrid: Alianza Editorial, 1983. 327 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações– o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista Nera**, nº 07, jul./dez 2005, 21 p. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/nera. Acesso em: 15 jun. 2020.

SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a Via Russa: Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 383 p.

Schneider, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, nº 11, p. 88-125, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SILVA, Anderson Antônio. Brasil: compreendendo as políticas públicas de desenvolvimento territorial rural (PDTRS) durante os governos LULA e Dilma Rousseff. In: **CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION**, Boston, USA, 24 a 27 de ma. de 2019. LASA, Boston: Congress of the Latin American Studies Association, 2019. p. 1-20. Disponível em: <https://www.lasaweb.org>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SILVA, Edmilson Gomes da; SILVA, Maria do Socorro Ferreira da. O ensino de Geografia e a construção de conceitos científicos geográficos. In: **VI Colóquio Internacional educação e contemporaneidade**, São Cristóvão-CE, 20 a 22 de setembro de 2012, p. 1-15.

SILVA, Edson Batista da. **Cercados e a contrapelo**: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015). 2018. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, universidade Federal de Goiás, Goiânia, 21 set. 2018.

SILVA, Edson Batista da. **Camponeses: cercados e a contrapelo**. Curitiba: Editora CRV, 2021. 517 p.

SILVA, Edson Batista da; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Agroecologia e geografia agrária: aproximações a partir dos conceitos de território e campesinato. In: CHELOTTI, Marcelo Cervo; MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019. 27-46.

SILVA, Felipe Prado Macedo da. Pierre Bourdieu e o Desenvolvimento Territorial. **Textos para Discussão**, Porto Alegre, nº 15, p. 1-12, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 24 mar. 2020.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Terra “Sem lei, nem rei:**” Goiás (1822-1850). 2000. 153 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrária, Goiânia, 2000.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do território. **Agrária**, São Paulo, nº 10-11, p. 99-130, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SOUZA, José Gilberto de. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, Lisandra Pereira (orgs.). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Ithala, 2016. p. 55-96.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Território e (des) territorialização. In: **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 77-110.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato *et al.* (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 78-116 p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Cantariam eles “A Internacional”? Territórios dissidentes, práticas insurgentes e as contradições do hiperpreariado. In: **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação e análise política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. p. 185-194.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Metodologias participativas em extensão universitária: o diagnóstico rural participativo (DRP). In: **Extensão Universitária: metodologias e experiências**. CARVALHO, Guido de Oliveira; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de (orgs.). Goiânia: Editora da PUC Goiás. p. 47-66.

STRAFORINI, Rafael. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, Ensino de humanidades, nº 32, p. 176-195, 2018.

TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMODATO DE FRAÇÃO DE BEM IMÓVEL RURAL. **Incra, SR-28**. Formosa, 25 nov. 2015, 11 p.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chaynoviano** (Estudos Camponeses e Mudança Agrária). Tradução de Cláudia Freire. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016. 192 p.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (o caso da agricultura no capitalismo). In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977. p. 43-177.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. São Paulo: Boitempo, 2014. 195 p.

SOBRE O LIVRO

Formato: 15,5x23 cm
Tipologia: Minion Pro
Número de Páginas: 230
Tiragem: 100

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.



EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

BR-153 – Quadra Área – CEP: 75.132-903

Fone: (62) 3328-4866 – Anápolis-GO

www.ueg.br/editora | e-mail: editora@ueg.br

OS PARIDOS DA TERRA

O livro se origina dos projetos de pesquisa: *O Campo Goiano: o avanço do capital e os desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa* e *Os paridos da terra estranhos em sua própria casa: cercamentos camponeses em Goiás, 2021 a 2023*. Estas pesquisas foram desenvolvidas entre 2019 e 2023 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), sediada no Campus Cora Coralina, bem como no curso de Geografia, localizado no Campus Nordeste – Sede Formosa, somadas à realização do projeto de extensão intitulado “Geografia científica, Geografia escolar: os desafios da transposição didática”.

ISBN: 978-65-83606-20-4

